

Economia em Debate

nº 264

(08/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Risco político é temor dos investidores

O Estado de S. Paulo - 08/06/2018

Nos últimos meses, a perspectiva de os EUA elevarem sua taxa de juros, o que atrairia recursos para aquele país, provocou a desvalorização das moedas dos emergentes. No Brasil, o problema foi agravado pelo cenário político.

A disparada do dólar nos últimos dias foi motivada pelo desfecho que teve a greve dos caminhoneiros, associada ao retrocesso da economia e às dúvidas sobre o rumo da política econômica após as eleições – quase uma tempestade perfeita, na avaliação de economistas. O temor dos investidores é que o quadro eleitoral que vem se desenhando nas pesquisas – sem um candidato de centro no segundo turno – se confirme.

“Tudo está vinculado às eleições, sendo que as pesquisas eleitorais apontam para um segundo turno com dois extremos, um de direita e outro de esquerda. Algo a que o investidor, principalmente o externo, tem forte rejeição, especialmente com o histórico da América Latina”, diz o ex-presidente do Banco Central e diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getulio Vargas (FGV), Carlos Langoni. “O risco político domina a formação do risco do País.”

Uma pesquisa encomendada pela XP Investimentos, publicada ontem, mostra que 44% dos investidores acreditam em um segundo turno com Jair Bolsonaro e Ciro Gomes – e 48% veem uma vitória de Bolsonaro. Além disso, uma eventual candidatura de Fernando Haddad, com apoio de Lula, teria 11% das intenções de voto.

Segundo o ex-diretor do Banco Central (BC) e chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV, José Júlio Senna, as condições financeiras internacionais, que foram favoráveis ao Brasil durante dois anos, começaram a piorar em janeiro e estão estáveis desde maio. A partir daí, o que houve de piora está ligado ao ambiente doméstico, com destaque para a paralisação dos caminhoneiros. “No momento em que percebemos que existe uma espécie de identificação de um governo impopular com uma agenda de reformas, os eleitores tendem a rejeitar candidatos que falem de reformas. É isso o que o mercado está vivendo agora. Está caindo a ficha”, afirmou Senna.

Embora o cenário atual remeta aos meses que antecederam as eleições de 2002, quando o dólar atingiu o patamar de R\$ 3,99, o economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, diz que o movimento de saída dos investidores guarda diferenças importantes com o que se viu naquele ano. Naquele momento, as contas externas brasileiras estavam ruins, além de as empresas estarem mais endividadas em dólar. Havia em 2002 uma “espiral que realimentava a crise”, diz o economista, que agora se reduziu. Já as contas fiscais agora estão muito piores do que em 2002 e mais difíceis de serem corrigidas, ressalta Schwartzman. Com o fiscal tão ruim, ele afirma que cresce a expectativa por um candidato com perfil mais reformista.

Sem essa alternativa, a avaliação de Luis Eduardo Assis, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, é de que a volatilidade deve aumentar até as eleições de outubro. “Até a semana passada, o dólar refletia muito a turbulência internacional. Agora, em cima disso, vem uma percepção crescente do mercado de que talvez não exista um candidato de centro que seja viável”, afirma. “Sobram o Jair Bolsonaro, o Ciro Gomes e, eventualmente, um candidato do PT; tudo isso é muito ruim para o mercado.” Segundo Assis, ainda que haja simpatizantes do economista Paulo Guedes (responsável pelo programa econômico de Bolsonaro), os investidores estão se acostumando com a ideia de um processo eleitoral que vai ser mais difícil e que talvez tenha um segundo turno em que nenhum dos dois candidatos levante a bandeira das reformas que o mercado defende.

O economista-chefe da Mapfre Investimentos, Luis Afonso Lima, pondera que o forte movimento de venda de ativos brasileiros é uma reação atrasada do mercado. “O mercado comprou um cenário muito positivo, de muita tranquilidade. E essa volatilidade veio pra ficar, ao sabor das pesquisas eleitorais”, disse Lima. Ele rejeita a tese de que o mercado está em meio a um ataque especulativo e defende que se trata de um movimento de proteção dos investidores. “No mundo o dólar está perdendo em relação a outras moedas. Só perante o real que está ganhando. Isso sinaliza uma desconfiança, uma insegurança em relação ao Brasil.”

Receita vê omissão de bancos na Lava Jato

O Estado de S. Paulo - 08/06/2018

A Receita Federal encontrou indícios que apontam para a responsabilidade de instituições financeiras em crimes investigados na Lava Jato. São citados cinco tipos de omissões por parte de bancos e corretoras de valores relacionados a contratos de câmbio utilizados para lavagem e envio de dinheiro desviado da Petrobrás ao exterior. Um dos casos envolve empresas de fachada utilizadas pelos doleiros Alberto Youssef e Leonardo Meirelles.

A Receita Federal encontrou indícios que apontam para a responsabilidade de instituições financeiras em crimes investigados na Lava Jato. A informação consta em balanço produzido pelo Fisco sobre sua atuação na operação. O documento cita cinco tipos de omissões por parte de bancos e corretoras de valores relacionados a contratos de câmbio utilizados para lavagem e envio de dinheiro desviado da Petrobrás ao exterior.

A descoberta das omissões é resultado do trabalho da Equipe Especial de Fiscalização (EEF OLJ), da Receita, criada para executar os procedimentos fiscais relacionado à Lava Jato. O Estadão/Broadcast apurou que essas irregularidades foram uma das razões que motivaram a insistência dos bancos para que o governo Michel Temer autorizasse o Banco Central a fechar acordos de leniência com pessoas físicas e jurídicas do setor financeiro que confessarem a prática de infração às normas legais. A autorização vale desde junho do ano passado. Procurado, o BC não quis responder com quantos

bancos já fechou acordo de leniência, afirmando que não pode comentar casos específicos.

O documento da Receita não cita os bancos cujas omissões foram mapeadas, mas a reportagem apurou que um dos casos envolve empresas de fachada utilizadas pelos doleiros Alberto Yousseff e Leonardo Meirelles. Os dois foram alvos das primeiras fases da investigação e se valiam de contratos de importação e exportação falsos para lavar dinheiro desviado de órgãos públicos e enviar para paraísos fiscais. O modelo teria substituído o tradicional dólar-cabo, quando o operador recebe em reais no Brasil e entrega dólar no exterior.

O Estado teve acesso às planilhas da Lava Jato que mostram os contratos de câmbio fraudulentos das empresas dos doleiros. Elas informam datas, valores e instituição financeira responsável. As principais empresas utilizadas são a Labogen Química Fina e Biotecnologia, Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen, Hmar Consultoria em Informática, Piroquímica Comercial, Bosred Serviços de Informática. Essas empresas movimentaram cerca de US\$ 200 milhões em contratos de câmbio fraudulentos por meio de bancos como Sofisa, Bradesco, Citibank e Rendimento e corretoras como a Pioneer e TOV.

“Em relação ao núcleo das operadoras de câmbio fraudulento, há indícios de responsabilidade também por partes das instituições financeiras no envio de recursos para o exterior, por meio da celebração de contratos de câmbio fraudulento”, diz o balanço da Receita.

Para o Fisco, os bancos não foram “diligentes” na adoção de políticas, procedimentos e controles internos que poderiam evitar a lavagem de dinheiro por parte dessas empresas. No entendimento dos auditores da Receita, se as instituições tivessem atuado de forma “compatível com seu porte e volume de operações”, dificilmente ocorreria a remessa ilícita de divisas ao exterior pelo sistema financeiro.

O BC informou que recebeu comunicação do Ministério Público Federal sobre essas instituições e adotou as providências de competência do órgão. Sobre os exemplos de omissões citados pela Receita, o BC afirmou que, em decorrência da identificação de irregularidades da mesma natureza, instaurou 18 processos administrativos punitivos e decretou a liquidação extrajudicial de 10 instituições financeiras. Além disso, afirmou que fez 31 comunicações sobre operações atípicas ou suspeitas ao MPF, 30 comunicações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e 12 comunicações à Receita sobre indícios de crime, irregularidade ou ilícito administrativo de competência desses órgãos. Mas não informou os nomes das instituições.

Alvo. Em suas investigações, a Receita encontrou ao menos cinco tipos de omissões por parte dos bancos que permitiram a celebração de contratos de câmbio fraudulentos. A primeira irregularidade foi a permissão de alguns bancos para celebração de contratos de câmbio com firmas sem habilitação no Sistema Integrado de Comércio Exterior. O Siscomex é um instrumento

administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior.

A Receita também mapeou contratos firmados sem a coleta da assinatura do representante da empresa pela instituição financeira. Outra irregularidade foi a permissão dos bancos para contratos elaborados sem a comprovação da origem dos recursos movimentados ou sem a devida “solicitação de identificação” dos beneficiários finais das remessas de divisas.

Por fim, em alguns casos, os bancos não comunicaram ao Coaf no prazo de 180 dias sobre as remessas fraudulentas. Os bancos, como as empresas de outros setores, estão entre as “pessoas obrigadas” pela lei de lavagem de dinheiro a informar movimentações suspeitas ao Coaf. Segundo a Receita, em casos investigados na Lava Jato, os bancos só comunicaram o Coaf após a imprensa noticiar a prisão das pessoas envolvidas nos contratos de câmbio fraudulentos usados para evasão de divisas.

Para conter dólar, BC fala até em usar reservas

O Estado de S. Paulo - 08/06/2018

Sob críticas à sua atuação em meio ao pânico que atingiu ontem o mercado financeiro, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, anunciou no início da noite uma oferta de US\$ 20 bilhões até o final da próxima semana para segurar a disparada do dólar que se aproximou ontem de R\$ 4,00. Ele também afirmou que pode recorrer às reservas internacionais “se for necessário”.

A oferta adicional de dólares será dada por meio de contratos de swap cambial (que funcionam na prática como venda de dólares). Principal mecanismo utilizado pelo BC para conter as flutuações da moeda americana, essa vai ser novamente a ferramenta para evitar o nervosismo já esperado pelos investidores para a abertura dos mercados nesta sexta-feira.

Em meio à preocupação com a corrida eleitoral, nem o esforço conjunto do BC e do Tesouro Nacional foi suficiente para segurar a disparada do dólar ontem no Brasil. O dólar à vista fechou o dia em alta de 2,0%, aos R\$ 3,9146, no maior patamar desde 1.º de março de 2016. A disparada ocorreu mesmo após o BC despejar US\$ 3,19 bilhões no mercado para segurar as cotações. Nas casas de câmbio, o dólar turismo já é cotado, em média, a R\$ 4,0630. A Bovespa desabou 2,98%.

Profissionais do mercado chegaram a falar em ataque especulativo ao Brasil, numa espiral negativa que contaminou também a Bolsa e o mercado de juros. O movimento foi comparado ao vivido durante as eleições de 2002, quando o dólar bateu a marca de R\$ 4,00 sob a expectativa de eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em coletiva convocada às pressas, no início da noite, Ilan prometeu mais recursos em contratos de swaps, mas não anunciou a oferta de dólares por meio de “linhas” (venda com compromisso de recompra no futuro) ou de uso

direto das reservas internacionais – o colchão de moeda estrangeira que o País formou para enfrentar momentos de forte turbulência, como agora. As reservas somam US\$ 382 bilhões. Desde a semana passada, os analistas do mercado vêm cobrando do BC uma atuação mais dura com a oferta de linhas de dólares.

O presidente do BC, no entanto, disse ontem que não vê necessidade “no momento” de usar outros instrumentos além dos swaps. “Se avaliarmos que é necessário usar reservas, vamos usar”, afirmou Ilan, que evitou comentar as cobranças do mercado. Segundo ele, a avaliação técnica do BC é de que a demanda hoje é por proteção (hedge) e não por dólares das reservas. Ilan também descartou o uso da taxa de juros para conter o avanço da moeda norte-americana.

Ele evitou classificar de ataque especulativo o movimento do mercado ontem. “Faz parte do nervosismo do mercado e é reflexo de um cenário internacional mais complexo”, afirmou. “O real tem sofrido depreciações, em função de cenário externo.” Ilan preferiu fugir de polêmica em torno do impacto das incertezas eleitorais no cenário turbulento de ontem. “O BC tem que ser neutro e apartidário”, avisou. Em 2002, o então presidente do BC, Armínio Fraga, foi acusado pela oposição de tentar interferir nas eleições ao convocar uma entrevista para falar sobre os efeitos, na época, das incertezas em relação a propostas dos candidatos à Presidência.

A quinta-feira começou com a tentativa do governo de segurar a cotação da moeda americana. Enquanto o Tesouro realizava leilões extraordinários de títulos públicos, para atender à demanda de investidores estrangeiros e reduzir a pressão no mercado de contratos futuros de juros, o BC despejava swaps cambiais no mercado. Não deu certo. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, até tentou passar tranquilidade ao mercado, ao garantir que Tesouro e BC estavam atuando “de maneira coordenada” e acompanhando a alta do dólar.

Em entrevista à TV Brasil ontem, o presidente Michel Temer também tentou minimizar os efeitos da turbulência. “Não há risco de crise cambial no Brasil”, afirmou.

“(A oscilação da moeda americana no País) faz parte do nervosismo do mercado e é reflexo de um cenário internacional mais complexo.” Ilan Goldfajn
PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

Risco político leva dólar a R\$3,91 e BC oferece mais US\$20 bi ao mercado

O Estado de S. Paulo - 08/06/2018

O cenário econômico conturbado no País e no exterior e a indefinição do quadro político-eleitoral interno fizeram com que o mercado financeiro tivesse ontem um dia de forte estresse. Para analistas, o fato de nenhum candidato

mais identificado com reformas estruturais, como a da Previdência, despontar na corrida à Presidência piora o quadro. O dólar chegou a ser cotado a R\$ 3,96 e fechou o dia em R\$ 3,91, alta de mais de 2%. Para o turista, a moeda chegou a R\$ 4,30 em casas de câmbio. No momento mais crítico do dia, a Bolsa recuou 6,5%, mas fechou em queda de 2,93%. Sob forte pressão, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, disse que vai oferecer US\$ 20 bilhões ao mercado até o fim da próxima semana e pode recorrer às reservas cambiais. Ele descartou elevar juros para conter o câmbio.

O mercado financeiro registrou ontem um dos dias de maior estresse dos últimos tempos. No pior momento, o dólar chegou a R\$ 3,96 (acabou fechando em R\$ 3,91, alta de mais de 2%) e a bolsa recuou 6,5% (para fechar em queda de 2,93%, aos 73.85 pontos). Pressionado, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, convocou uma entrevista para informar que vai oferecer mais US\$ 20 bilhões ao mercado até o final da semana que vem e que, se necessário, pode até recorrer às reservas cambiais. E descartou elevar juros para conter o câmbio.

Os números ruins de ontem são o reflexo de um cenário econômico conturbado, tanto no Brasil quanto no exterior, que já vem praticamente desde o início do ano. Mas, para os analistas, um dado vem ganhando relevância nessa conta: o risco político. O mercado parece ter se dado conta de que há uma probabilidade cada vez maior de nenhum candidato de centro – mais identificado com as reformas estruturais, como a da Previdência – estar no segundo turno das eleições presidenciais. A greve dos caminhoneiros, que parou o País, acrescentou um ingrediente extra. O pedido de subsídios ao preço dos combustíveis, que acabou sendo concedido pelo governo, teve grande apoio popular. E demonstrou o forte apelo que o discurso populista ainda deve ter nas eleições.

Governo vende 3 de 4 blocos do leilão do pré-sal e arrecada R\$ 3,15 bilhões

O Estado de S. Paulo - 08/06/2018

A incerteza quanto a uma possível intervenção do governo na política de preços da Petrobrás não atrapalhou o apetite das grandes petroleiras inscritas na 4ª Rodada de Partilha de Produção, realizada ontem no Rio. Mas o tema marcou todo o certame, a começar pelos discursos das autoridades presentes, que se esforçaram para emplacar a tese de que uma das atribuições da ANP é regular o setor do petróleo. Com isso, a intenção é afastar o ônus político de uma interferência direta na política de preços da Petrobrás.

O leilão arrecadou R\$ 3,15 bilhões para a União e teve ágio de 202,3%, impulsionado pela forte participação de empresas estrangeiras, que ganharam da Petrobrás em dois dos três blocos arrematados. Esta foi a primeira vez que a estatal foi obrigada a exercer o direito de preferência, que permite à estatal ficar com 30% de qualquer bloco do pré-sal, mesmo que perca a disputa no leilão.

“A competição forçou a Petrobrás a aumentar a oferta. É uma decisão soberana da Petrobrás, para nós muito bem-vinda”, disse o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone.

Novo presidente. Em sua primeira aparição pública como presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, desconversou sobre a intervenção feita pelo governo na metodologia de ajustes de preços da Petrobrás, que eram diários até a greve dos caminhoneiros. A decisão do governo transfere para ANP o controle do prazo de reajuste dos combustíveis no Brasil.

Mesmo tendo de pagar mais do que esperava para arrematar áreas no leilão de ontem, Monteiro comemorou o resultado e garantiu que o dinheiro destinado à disputa já estava separado no orçamento da companhia. “A avaliação é muito positiva, somos operadores nas três áreas, temos um longo histórico de relacionamento com as empresas que vamos participar em consórcio. (...) Continuamos com a premissa de aumentar o portfólio exploratório da companhia”, disse o executivo, ressaltando que a companhia “vem de dois anos muito difíceis.”

A Petrobrás terá de pagar R\$ 1 bilhão em bônus de assinatura, cifra que corresponde a 0,4% dos investimentos previstos em seu Plano de Negócios e Gestão 2018-2022. Além disso, ainda precisa alocar R\$ 258,3 milhões de investimento mínimo nos blocos.

Estrangeiras. A ativa participação de grandes petroleiras internacionais, com a estreia da americana Chevron no pré-sal brasileiro, mostrou que o setor de exploração e produção não se contaminou pelas mudanças que podem ocorrer no segmento de distribuição de combustíveis, segundo o diretor-geral da ANP.

“A formação de preço continuará livre. A ANP não interfere na indústria. Acontece que temos um monopólio de fato no refino. Em nenhum momento haverá questionamento da liberdade da Petrobrás e de qualquer outra empresa. O que estamos discutindo é se há conveniência de estabelecer algo diferente”, afirmou.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, também mostrou preocupação em esclarecer que a decisão de estudar uma nova política de preços foi da ANP, e não do governo. Ele usou boa parte do seu discurso para descrever como a ANP propôs fazer uma consulta pública para mudar a política de preços dos combustíveis: “O Dr. Décio (Oddone), no auge da crise (dos caminhoneiros) me pediu uma audiência. Chegou com uma exposição com base na lei, de que a agência tinha uma obrigação de tomar medidas que marcassem a sua presença na regulamentação dos combustíveis”, afirmou o ministro.

O sucesso do leilão também garantiu uma receita extra de R\$ 40 bilhões em participações governamentais, pelo aumento do volume de petróleo oferecido, devido aos ágios obtidos.

'Há vulnerabilidade a movimentos de manada'

O Estado de S. Paulo - 08/06/2018

O mercado brasileiro está sofrendo um efeito manada, no qual os investidores copiam a ação de outros irracionalmente, na avaliação da economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif. “O mercado não está vendo no horizonte notícias positivas, ficou sem referência e vulnerável a movimentos de manada.”

• O que causou essa tensão no mercado financeiro?

Nos últimos dias, não vimos movimento no exterior que justifique o comportamento de preços dos ativos no Brasil. O País descolou do mundo. O mercado não está vendo no horizonte notícias positivas, ficou sem referência e vulnerável a movimentos de manada. Está muito sensível a qualquer ruído, inclusive a movimentos do próprio mercado. O clima é ruim e aí o mercado começa a avaliar risco, a procurar notícias boas e não encontra. Até quem acha que não está tão ruim olha o comportamento do mercado e copia. A gente já vinha de uma piora na economia, mas não teve um fato novo para justificar essa pressão.

• Há espaço para a Selic subir?

Seria equivocada. Se a economia estivesse aquecida, com a inflação subindo, até entenderia. Mas temos um quadro de ociosidade. Aumentar os juros agora poderia até piorar o sentimento do mercado. Foi o que aconteceu quando o Banco Central manteve os juros (em maio), todos pensaram: ‘Se o BC mudou de ideia é porque está preocupado, então também tenho que estar’. • O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, indicou que não deve aumentar...

Eu preferia que ele tivesse sinalizado de forma mais contundente que não haverá alta por um bom tempo. Mas concordo que essa fala já ajudou.

• Durante o dia, economistas do mercado financeiro estavam falando que o BC precisava se pronunciar. A entrevista acalmou os investidores?

Vários colegas estavam nessa linha: ‘Cadê o BC?’. Se deu para acalmar, vamos ver. É essencial ver como o mercado abre nesta sexta. Mas havia espaço para uma fala mais contundente.

• Qual o impacto da tensão do mercado na economia real?

Essa volatilidade gera uma incerteza grande para quem depende do câmbio, que fica sem saber como conduzir os negócios. Também impacta no PIB. Quando se tem movimentos no câmbio, no curto prazo o efeito é de contração na economia, por causa do preço dos insumos. Os custos sobem e você não consegue substituir de uma hora para outra.

• O Brasil pode ser a próxima Argentina, que precisou recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para conter o câmbio?

Do ponto de vista dos fundamentos externos, estamos melhores, temos reservas e a economia não é dolarizada.

Onda de incertezas ajuda a explicar disparada do dólar **O Estado de S. Paulo - 08/06/2018**

Apesar de a cotação da moeda americana ter ultrapassado o patamar dos R\$ 3,90 ontem, essa tendência de alta já era percebida no mercado financeiro desde o início do ano. Até abril, esse movimento teve influência, principalmente, do exterior. A recuperação da economia americana, com uma possível alta dos juros acima do esperado, e a guerra comercial iniciada por Donald Trump desencadearam uma valorização do dólar em relação não só ao real, mas a outras moedas de países emergentes.

Com o aquecimento da economia dos EUA (o emprego não para de crescer e o PIB do primeiro trimestre veio acima do esperado), a inflação americana pode subir e isso obrigaria o Fed, o banco central dos EUA, a elevar os juros acima do que estava previsto, em uma tentativa de segurar os preços. Isso funciona como um fator de atração de capital, ao elevar o retorno sobre o que é considerado o investimento

Cenário • Mercado tem dúvida quanto à viabilidade de alguns dos pré-candidatos mais próximos de uma agenda reformista e da continuidade da política econômica implantada pelo governo atual mais seguro do planeta. Os investidores tendem a tirar seus recursos de economias onde o risco é maior para aplicar em títulos do Tesouro americano.

Além disso, em abril, o temor de uma guerra comercial entre China e EUA, as duas maiores economias do mundo, também começou a assombrar os mercados, já afetados por incertezas geopolíticas, como a saída dos EUA do acordo nuclear com o Irã – o que se confirmou no início de maio. Além disso, Trump ainda impôs tarifas sobre a importação de aço e alumínio sob o argumento de que elas são necessárias para proteger a segurança nacional do país.

A partir de maio, o cenário interno começou a pesar mais na cotação do dólar. No dia 14 de maio, a divulgação de uma pesquisa eleitoral que mostrou à frente os pré-candidatos Jair Bolsonaro, Marina Silva e Ciro Gomes, fez a moeda americana chegar a R\$ 3,62 – a maior cotação em dois anos.

A situação se agravou com a greve dos caminhoneiros no fim do mês passado. O protesto, além de ter parado o País, deve comprometer os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre e frear a recuperação da economia. Analistas até já revisaram para baixo as perspectivas de crescimento da economia brasileira para este ano. Ao negociar o fim da paralisação, o governo Temer também deu sinalizações de enfraquecimento

político e de afrouxamento na política de corte de gastos públicos, o que desagrada ao mercado.

Governo volta atrás após anunciar nova tabela do frete **O Estado de S. Paulo - 08/06/2018**

Pressionado de ambos os lados, por empresários e caminhoneiros, o governo federal foi obrigado ontem a revogar a nova versão da tabela do preço mínimo do frete poucas horas após publicar a resolução. No fim da noite de ontem, o ministro dos Transportes, Valter Casimiro, se reuniu com os representantes dos caminhoneiros, que estavam insatisfeitos com as mudanças promovidas na tabela anterior. De acordo com a revisão feita pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o preço do frete seria reduzido em média em 20%.

A reunião com o ministro foi gravada pelos caminhoneiros, que já articulavam pelos grupos de WhatsApp uma nova paralisação a partir de segunda-feira. No vídeo, o ministro afirma que os representantes reclamaram de alguns pontos da resolução e que, por isso, uma nova reunião foi marcada para hoje às 9 horas na ANTT para rediscutir o tema.

“O Ministério dos Transportes e a ANTT decidiram tornar a resolução sem efeito para que amanhã (hoje) as lideranças possam ir à agência discutir a questão e a metodologia da tabela para ser publicada novamente”, disse o ministro aos representantes. Segundo ele, a intenção é fazer uma tabela factível e que represente o custo do transporte de carga no Brasil. Portanto, essa resolução está revogada e a tabela antiga volta a valer até que a ANTT publique uma nova versão.

Na reunião, os caminhoneiros se queixaram de um ponto da resolução que exclui do tabelamento os veículos que precisam de Autorização Especial de Tráfego (AET). Nessa categoria, estão grandes caminhões de nove eixos usados pelo agronegócio. Esse ponto deverá ser suprimido da nova resolução.

Os líderes do movimento também pediram explicações sobre a fórmula de cálculo do frete. Ontem pela manhã, eles estiveram na ANTT e lá os técnicos explicaram como funcionaria. Mas, à noite, após a publicação da resolução, eles ainda tinham dúvidas e interpretações equivocadas sobre o tema.

A tabela do preço mínimo é considerada a grande vitória dos caminhoneiros nos últimos tempos e nenhum profissional da categoria está disposto a abrir mão dos benefícios prometidos pelo governo para interromper a greve. A principal munição dos caminhoneiros para pressionar o governo é uma nova paralisação – e eles estão dispostos e articulados para novos protestos.

Do outro lado, no entanto, o governo enfrenta a forte pressão do setor produtivo, em especial do agronegócio, que depende do transporte rodoviário. Ontem, mesmo depois da nova resolução, as empresas continuavam

insatisfeitas. Elas consideraram o corte – em média de 20% – insuficiente e ameaçam dar início a uma avalanche de ações judiciais.

A articulação ganhou força depois que um produtor de sal de Mossoró (RN) conseguiu liminar suspendendo a tabela. O juiz federal substituto Orlan Donato Rocha, da 8.^a Vara Federal, apontou “flagrante inconstitucionalidade” na medida.

“O governo está numa situação complicada, pois qualquer que seja a decisão haverá conflito. Se a tabela for mantida, os empresários vão reclamar; se cair, os caminhoneiros vão protestar”, explicou o presidente da União dos Caminhoneiros (Unicam), José Araujo, mais conhecido como China. Para o representante do Comando Nacional dos Transportes (CNT), Ivar Schmidt, o governo voltou atrás porque percebeu o risco que corria de uma nova paralisação.

Ontem, após anunciar a nova versão da tabela, o ministro declarou que o governo confiava que não haveria novas manifestações por causa da mudança da tabela, pois considerava que não haveria prejuízos para nenhuma das partes.

A MP tabelando o frete causou constrangimento nos escalões técnicos do governo. Segundo fontes do Ministério dos Transportes e da ANTT, ninguém era favorável a essa medida, por entender que a regra engessaria preços para os usuários, prejudicando a concorrência no setor de transportes de cargas. A avaliação é que o governo, completamente surpreendido com os desdobramentos da paralisação, tomou uma decisão à queima-roupa, sem analisar criteriosamente todos os seus efeitos, por conta da pressão da categoria.

Construção perde R\$ 55 bi em um ano e fecha quase 4 mil empresas, diz IBGE

Valor Econômico - 08/06/2018

Cerca de 430 mil demissões em um ano. Redução em 3.972 no número de empresas. Queda de R\$ 55,3 bilhões no valor de incorporações, obras e serviços. A combinação da recessão com a Operação Lava-Jato, que prendeu executivos das maiores empreiteiras do país, empurrou o setor da construção para uma crise sem precedentes em 2016.

De acordo com a Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2016 (Paic), divulgada ontem pelo IBGE, o valor adicionado pelo setor ao Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 318,7 bilhões em 2016, considerando incorporações, obras e serviços, uma queda real de 14,8% na comparação ao ano anterior.

Uma abertura mais detalhada mostra que a infraestrutura foi o pior de 2016. Além da recessão, a situação fiscal dos Estados e da União contribuíram para derrubar em 22% o valor das obras de infraestrutura naquele ano, para R\$

99,16 bilhões. É o menor nível desde, pelo menos, 2007, início da série histórica da pesquisa disponibilizada pelo IBGE.

Toda essa crise reduziu o número de empresas ativas no setor da construção, de 131.304 em 2015 para 127.332 em 2016, uma queda de 3%. Com o pessoal ocupado não foi diferente. Eram 2 milhões de pessoas em 2016, 17,5% a menos do que no ano anterior, conforme a pesquisa.

Com os efeitos da Operação Lava-Jato sobre o setor de construção, a participação do setor privado no valor total das obras e serviços da construção encolheu na passagem de 2015 para 2016. O movimento interrompeu, ao menos pontualmente, uma tendência de perda de peso do setor público vista ao longo das últimas duas décadas.

O setor privado respondeu por 68,5% dos R\$ 299,1 bilhões de obras e serviços da construção em 2016, fatia menor que a registrada no ano imediatamente anterior (69,4%). Neste caso, além da Lava-Jato, o término de grandes projetos de infraestrutura no país também pesou, como as usinas hidrelétricas da região Norte - como a usina da Jirau - e as arenas da Olimpíada.

"Algumas grandes empreiteiras retiraram investimentos ou não puderam investir, especialmente em grandes obras de infraestrutura. Quando elas obtêm uma concessão pública, por exemplo, elas realizam investimentos privados naquele projeto. São rodovias, usinas e outros projetos", disse José Carlos Guabyraba, gerente da pesquisa do IBGE.

Área jurídica do governo se prepara para enxurrada de liminares

Valor Econômico - 08/06/2018

Enquanto tenta ajustar a tabela de preço mínimo de frete com caminhoneiros e com o setor produtivo, o governo teve que abrir ontem nova frente para evitar o acirramento da crise: a judicial. Após a liminar obtida por duas empresas na 8ª Vara Federal do Rio Grande do Norte para conseguir a suspensão da tabela, a área jurídica do governo montou uma espécie de plantão para conter um eventual efeito cascata de liminares.

"Temos um procedimento para este tipo de situação. Colocamos todos os advogados da União e procuradores federais em alerta em todo país. Em esquema de plantão, todos farão monitoramento 24 horas por dia. A intenção é reagir o mais rapidamente possível, caso surja qualquer questionamento judicial à política que está sendo implementada", disse a ministra da Advocacia-Geral da União, Grace Mendonça. No caso das liminares obtidas no Rio Grande do Norte, a AGU já informou que vai recorrer da decisão.

Assim que a notícia da liminar chegou ao Planalto, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, conversou com Grace para avaliar a extensão da decisão e

também definir a estratégia da AGU. Depois, tanto Padilha como Grace tiveram reuniões com o presidente Temer.

A primeira reação do governo foi avaliar a extensão da decisão. Inicialmente, houve o receio de que a liminar suspendesse toda a MP, o que prejudicaria ainda mais as negociações em torno da tabela. Ao longo do dia, no entanto, era consenso na área jurídica do governo de que o efeito está restrito apenas às duas empresas do Rio Grande do Norte.

No entanto, a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), associação que reúne as indústrias de celulose, papel, pisos e painéis de madeira, disse ontem estar avaliando "todas as possíveis ações judiciais" contra o tabelamento do frete rodoviário.

O Valor apurou que pelo menos uma grande empresa do setor avaliava entrar na Justiça para derrubar os efeitos da MP que instituiu o preço mínimo e garantir o cumprimento dos valores já previstos em contrato. A decisão foi aguardar uma posição da Ibá sobre o tema. Em nota, a associação afirma que a MP 832/2018 fere a Constituição e traz prejuízos à indústria, ao governo e aos consumidores.

Emenda de ruralista à MP 832 propõe que o tabelamento seja apenas uma referência **Valor Econômico - 08/06/2018**

Mesmo com a revisão das tabelas de preço mínimo para os fretes de cargas anunciada pelo governo federal, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), que é da base do governo e integrante da bancada ruralista, protocolou uma emenda à Medida Provisória 832/2018, propondo que o tabelamento de fretes seja facultativo e sirva apenas como referência para que transportadores em geral cobrem esse serviço.

Na prática, a emenda anula o uso obrigatório da tabela pelas empresas que contratam frete rodoviário. Por isso conta com amplo apoio das principais entidades do agronegócio, mas já desperta irritação entre entidades de caminhoneiros que não abrem mão do tabelamento dos fretes rodoviários.

Os transportadores ficaram insatisfeitos, pois entendem que a emenda proposta por Jardim, que foi secretário de Agricultura do Estado de São Paulo até o início deste ano, na gestão de Geraldo Alckmin (PSDB), pode ferir acordo feito com o governo para cessar as greves que afetaram o país nas últimas semanas.

No dia 27 de maio, o presidente Michel Temer editou a medida provisória que cria uma política de preços mínimos para o frete rodoviário, como parte do acordo entre governo e caminhoneiros para encerrar a paralisação. A medida, no entanto, desencadeou forte reação de setores empresariais - principalmente

do agropecuário, segmento da economia que sempre se opôs a projetos de lei nesse sentido no Legislativo.

"Minha emenda propõe que haja apenas uma tabela de referência. É um absurdo você tabelar mercado", disse Jardim ao Valor.

Na justificativa de sua emenda, o deputado argumenta que, embora o governo tenha editado a MP para mitigar falhas do mercado de cargas, a proposta "corre sérios riscos de ser considerada inconstitucional" e que sua emenda evita futuros questionamentos à MP na Justiça.

"Se as tabelas continuarem, vai virar um caos e várias entidades vão começar a judicializar o processo. Então não é minha emenda que vai tornar inócuo o tabelamento", afirmou o deputado.

Jardim nega ter sido pressionado pelo setor do agronegócio a propor a emenda, mas entidades do segmento já manifestam apoio à iniciativa. Em nota, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) se posicionou ontem a favor de que o tabelamento sirva apenas de referência.

"Qualquer tabela só deve ter valor de referência para os preços a serem praticados no mercado, mas em hipótese alguma deve ter cunho obrigatório e que resultem em qualquer tipo de sanção aos usuários", disse a entidade em comunicado.

Nova tabela de frete reduz preço em 20% **Valor Econômico - 08/06/2018**

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) divulgou ontem a segunda versão da resolução que regulamenta os preços do frete rodoviário. Além de uma nova tabela, mais completa, com os valores de frete por tipo de caminhão, a agência divulgou a relação de cargas que ficarão de fora das novas regras.

A segunda versão da tabela trouxe os valores mínimos para sete tipos de caminhão, desde aqueles com dois eixos até os maiores, com nove eixos. A relação divulgada na quinta-feira da semana passada contemplava somente um tipo de veículo.

Os novos preços variaram para cima e para baixo, a depender do tipo da carga. O ministro dos Transportes, Valter Casimiro, disse ontem aos jornalistas que houve uma redução média da ordem de 20%. Antes de anunciar a nova tabela ele se reuniu com diretores da ANTT e com o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

"Em média, a redução foi de aproximadamente 20% do que estava colocado na tabela anterior. Não dá para colocar para todos os tipos de carga e eixo, mas na média foi 20% de redução. Os contratos já assinados de frete não seguem a

nova tabela, porque não podemos retroagir a MP aos contratos assinados", disse.

Para o transporte de grãos, por exemplo, houve redução de 8,8% em relação aos valores divulgados anteriormente, considerando os cem primeiros quilômetros de um caminhão com cinco eixos. Já para carga frigorificada num veículo de seis eixos, o preço mínimo subiu 15%.

Além dos novos valores, foram divulgados os casos em que a tabela não será aplicada. Isso vai acontecer, por exemplo, quando o caminhão for alugado, seja pelo transportador ou pelo dono da carga. Também fica de fora o chamado frete de retorno, como é conhecida a viagem de volta, após a entrega da mercadoria contratada originalmente.

Vários tipos de carga também foram contemplados como exceção na resolução apresentada ontem. Produtos radioativos, valores e coleta de lixo estão entre as exceções, assim como os chamados sistemas de logística reversa, previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Estão previstas na política os agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, produtos eletrônicos e seus componentes, bem como lâmpadas fluorescentes, de vapor, de sódio e mercúrio e de luz mista. Para os agrotóxicos e óleos, o frete das embalagens também está isento da relação de preços mínimos.

Casimiro afirmou que a tabela poderá ganhar uma terceira versão, dentro de 30 dias, quando a ANTT pretende concluir a rodada de consultas públicas com o setor produtivo e os caminhoneiros. A consulta está prevista para começar na próxima semana.

De acordo com o ministro, a tabela divulgada resulta de uma reunião realizada na tarde de ontem com representantes do agronegócio, do setor produtivo em geral e dos caminhoneiros. Casimiro lembrou que é preciso cumprir um dos artigos da Medida Provisória 832, que prevê a realização de consultas públicas.

Logo após o anúncio, a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) informou que os novos valores para o frete de grãos atenderam à principal reivindicação do setor, que era a inclusão de caminhões de sete e nove eixos nos cálculos do frete.

Ainda assim, a entidade avalia que isso ainda não é garantia de que os embarques de soja e milho vão se normalizar. "Com a ampliação da tabela de carga a granel para mais eixos, os preços mínimos ficaram mais próximos do praticado pelo mercado e isso é positivo", disse o diretor-executivo da Abiove, André Nassar. A entidade representa, por exemplo, as grandes multinacionais que processam grãos, como Bunge e Cargill.

Nove Estados e DF buscam securitização para reforçar caixa Valor Econômico - 08/06/2018

Pelo menos nove Estados e mais o Distrito Federal estão se estruturando para captar recursos por meio da securitização - conversão de débitos em títulos negociáveis - de suas dívidas ativas. Por detrás da mobilização está o projeto de lei aprovado no Senado que autoriza União, governos estaduais e prefeituras a cederem direitos creditórios (créditos a receber) a empresas e fundos de investimento. A estimativa original é de que o projeto, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, gere arrecadação de R\$ 25 bilhões para Estados e municípios e de R\$ 55 bilhões para a União.

Só o governo do Rio de Janeiro prevê a entrada de R\$ 605 milhões em caixa até 2020 em decorrência da securitização de sua dívida ativa - calculada em R\$ 77,2 bilhões ao fim de 2016. Em Goiás, o governo pretende aproveitar numa futura operação de securitização 10% do montante de créditos incluídos na dívida ativa, que totalizam cerca de R\$ 30 bilhões, segundo estimativa da Fazenda estadual. No Rio Grande do Sul, a fatia de créditos que podem ser securitizados deve ficar entre R\$ 500 milhões e R\$ 600 milhões, projeta Leonildo Migon, presidente da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual (Cadip), empresa de economia mista controlada pelo governo gaúcho.

"A securitização é uma tendência inexorável. Ia acontecer de qualquer jeito diante da explosão das despesas previdenciárias e do fato de que as receitas estaduais tendem, em termos estruturais, a perder importância", sustenta Paulo Tafner, diretor-presidente da Companhia Fluminense de Securitização (CFSEC).

Entre 50% e 65% dos servidores públicos que compõem a força de trabalho nos Estados estão alocados nas categorias de ensino e segurança pública, as quais têm direito a se aposentar antes dos demais funcionários, esclarece Tafner, especialista na questão previdenciária.

O economista destaca também a propensão de declínio nas receitas de ICMS, devido ao fato de a arrecadação estar concentrada em poucos setores e de o tributo incidir basicamente sobre mercadorias e não sobre serviços em expansão, como o de comunicação via dados.

No Rio de Janeiro, a securitização da dívida ativa enfrenta resistência do Ministério Público estadual. O MPRJ entrou no fim do ano passado uma ação civil pública específica contra a Companhia Fluminense de Securitização. Em 28 de fevereiro obteve uma liminar que suspendia repasses de recursos públicos à Cfsec, mas a decisão foi derrubada há cerca de um mês. "São operações de crédito, lesivas aos cofres do Estado", afirma o promotor de Justiça Vinicius Leal Cavalleiro, do MPRJ, com base no argumento de que a securitização gera aumento do endividamento público estadual.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é vedada a contratação de operações crédito por Estados que estão acima do teto de endividamento (200% da receita corrente líquida), como é o caso do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. "Recentemente o Banco Central publicou um manual de estatística fiscal com um item específico sobre securitização. Segundo a posição do banco, se a operação for uma venda de ativo definitiva, como exige o projeto aprovado no Senado, a operação não é de crédito", diz o analista do Senado Leonardo Cezar Ribeiro, especialista em finanças públicas. Ribeiro participou da elaboração do projeto, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que deu origem à proposta atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

"Não é uma dívida, é uma troca de ativos", diz Tafner, da Cfsec. "Se por um lado você diminuiu um ativo [o estoque de dívida ativa], por outro você aumenta o montante de dinheiro em caixa". Imerso numa crise fiscal, o Estado do Rio estimou em R\$ 605,4 milhões o impacto da securitização de parte da sua dívida ativa. Apesar da previsão de que os recursos entrem em caixa até 2020, a operação encontra-se atrasada em relação ao cronograma estipulado pelo governo fluminense dentro do Plano de Recuperação Fiscal acordado com a União no ano passado.

Também mergulhado numa crise, o governo gaúcho já recorreu anteriormente duas vezes à emissão de títulos lastreados em direitos creditórios de tributos para reforçar o caixa. Na primeira delas, em janeiro de 2005, a Cadip emitiu R\$ 125 milhões em debêntures. "Estamos aguardando o momento de se obter condições favoráveis à emissão de debêntures", informa o presidente da companhia, Leonildo Migon, que espera a aprovação do projeto de lei complementar número 459/17 no início do segundo semestre. Procurado, o relator do projeto na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), informou por meio de sua assessoria de imprensa que "sem o parecer da consultoria legislativa ainda não é possível opinar sobre a previsão de votação."

Em São Paulo, a decisão de retomar a securitização de créditos oriundos do parcelamento da dívida ativa vai depender do interesse do governo estadual, diz Jorge Avila, presidente da Companhia Paulista de Securitização (Cpsec). Em funcionamento há oito anos, a companhia realizou três operações do gênero.

Na primeira, em 2012, comprou do Estado R\$ 2 bilhões em recebíveis decorrentes do parcelamento ICMS e emitiu debêntures equivalentes a R\$ 600 milhões. Emissões nos valores de R\$ 800 milhões e R\$ 740 milhões ocorreram em 2014 e 2015, respectivamente. "A decisão da retomada vai ser feita provavelmente quando for elaborado o orçamento de 2019", acredita Avila.

Para Luiz Gustavo Bichara, tributarista do escritório Bichara Advogados, a nova lei - caso seja aprovada - dará mais segurança jurídica a Estados e municípios para efetuar operações de securitização. Mesmo assim, ressalta ele, um obstáculo fundamental vai permanecer: a baixa "recuperabilidade" dos créditos

inscritos na dívida ativa tende a diminuir o interesse do mercado pelas debêntures. Em 2017, de um total de R\$ 1,84 trilhão da dívida ativa da União, foram recuperados somente 0,79% (R\$ 14,54 bilhões).

Além de Estados que já constituíram empresas para securitização, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná e Distrito Federal, outros já criaram (ou já conseguiram aprovar a criação) de fundos que podem ser utilizados com esta finalidade, como é o caso de Mato Grosso, Piauí e Rio Grande do Norte. Capitais como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro já dispõem de empresas criadas para viabilizar futuras operações de securitização.

Inflação na meta dispensa alta de juro, diz Mesquita

Valor Econômico - 08/06/2018

Com a experiência de ter vivido dentro do Banco Central os impactos da crise financeira internacional de 2008, o economista Mário Mesquita diz que a alta da cotação do dólar para o patamar de R\$ 3,90 não justificaria o início de um ciclo de elevação de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

"Se o Copom fosse se reunir hoje, com as expectativas de inflação que temos agora, com a taxa de câmbio, provavelmente o modelo de projeção de inflação do Banco Central não iria requerer uma elevação da taxa de juros", disse o ex-diretor de política econômica do BC e atual economista-chefe do Itaú Unibanco ao Valor.

Mesquita fez algumas simulações sobre como ficaram as projeções de inflação do BC com a desvalorização cambial. Se o dólar ficar em R\$ 4,00 e o repasse da depreciação cambial para os preços for de 7,5%, por exemplo, a inflação projetada para 2019 ficaria em 4,5%. Ele nota que, nesse percentual, a inflação não estaria muito distante da meta definida para o ano, de 4,25%.

Na entrevista, Mesquita argumenta que há diferenças importantes entre o Brasil e países que foram forçados a subir os juros fortemente nos últimos dias, como Turquia e Argentina. Também argumenta que, apesar da frágil situação fiscal do Brasil, não há motivos para supor que o sistema de metas de inflação não vá funcionar e que seja necessário subir os juros para tentar controlar o câmbio.

Ele diferencia a situação atual da crise da primeira eleição de Lula, em 2002. "Aquela foi a primeira transição de poder de um partido político para o outro depois da adoção do regime de metas." Apesar dos receios, argumenta, o regime foi mantido.

Valor: O BC terá que subir os juros agora que o dólar chegou ao patamar de R\$ 3,90?

Mário Mesquita: Não. Temos um regime de política monetária muito claro, que é o regime de metas. Nele, as decisões do Banco Central são tomadas para

fazer a inflação convergir para a trajetória de metas. O câmbio é um determinante da inflação, mas não o único, nem necessariamente o mais importante.

Valor: Estaria completamente descartado um aperto do juros?

Mesquita: Uma resposta de política monetária pode acontecer. O regime de metas tem ciclos, a gente já viu isso antes. Mas a resposta só se faz necessária quando as expectativas de inflação e a trajetória de inflação projetada pelo Banco Central divergem das metas. Por ora, a gente não vê isso, mesmo com o câmbio nessa faixa atual de R\$ 3,90. É claro que o repasse cambial vai depender de vários fatores, como por exemplo o grau de ociosidade da economia e a ancoragem das expectativas. Mas, tendo em vista a situação atual, não vejo nesse momento a necessidade de subir a taxa de juros. Poderia fazer sentido num regime de meta cambial, não em um regime de meta para a inflação.

Valor: Qual é, no seu entendimento, a sinalização do BC para as próximas reuniões do Copom e qual é a sua validade nas circunstâncias atuais?

Mesquita: O Banco Central tem sinalizado, de forma muito insistente, que não há uma relação automática, mecânica, entre a taxa de câmbio e a taxa de juros. A taxa de câmbio é, sim, algo que o Banco Central monitora, e ele está olhando. Vai olhar como vão evoluir as expectativas de inflação também, outros determinantes, o hiato do produto. Vai colocar tudo isso numa projeção de inflação e vai tomar a decisão. Acho que essa é a comunicação que eles têm passado e acredito que ela vai continuar.

Valor: E como essas projeções de inflação estão evoluindo?

Mesquita: Observe que, no momento em que temos a depreciação cambial, que terá um efeito inflacionário, também temos uma onda de revisões para baixo nas expectativas de crescimento do PIB para este ano e para o ano que vem. Isso significa uma economia atuando com maior ociosidade, ou pelo menos ocupando essa ociosidade de forma mais lenta. Quando se coloca esse tipo de trajetória mais lenta de retomada da atividade econômica num modelo de projeção de inflação, isso joga a projeção de inflação para baixo. Há fatores importantes atuando em direções contrárias, e o Banco Central tem sinalizado que vai pesar isso tudo para tomar a decisão de política monetária.

"O câmbio é um determinante da inflação, mas não o único, nem necessariamente o mais importante"

Valor: Se as projeções de inflação do BC passarem do centro da meta, seria um gatilho para o Banco Central subir os juros?

Mesquita: Acho que o Banco Central vai monitorar o comportamento das medidas de núcleo de inflação, que são aqueles que já começam a capturar algum movimento secundário da depreciação cambial nos preços. E vai

monitorar, em especial, as expectativas de inflação. Se as expectativas de inflação, num horizonte mais relevante da política monetária, de 18 a 24 meses, começarem a mostrar um desvio em relação à trajetória de metas, isso é algo que vai entrar no modelo do BC. Poderá ocasionar uma deterioração nas próprias projeções do Banco Central e poderá suscitar uma resposta de política monetária. Mas, de novo, não é uma transmissão automática de câmbio para juros.

Valor: Quais são os fatores de risco que podem afetar as expectativas de inflação?

Mesquita: O próprio movimento do câmbio pode suscitar alguma mudança nas expectativas. Às vezes, as expectativas reagem à inflação corrente. Mas, por hora, as expectativas estão ancoradas. Tudo o que falei é sempre tomando a fotografia dos dados de hoje. Se o Copom fosse se reunir hoje, com as expectativas onde estão hoje, com a taxa de câmbio, provavelmente o modelo dele não iria requerer elevação da taxa de juros. Então, dependendo da evolução das expectativas, podemos evoluir para um lado ou para o outro. Uma questão a ser avaliada é qual é o desvio em relação à meta aceitável para o Banco Central. O BC tem trabalhado com a inflação abaixo da meta. Ele manteve a taxa de juros com a inflação abaixo da meta, mas esperando que ela convirja para a meta. A gente terá que ver isso ao longo do tempo.

Valor: Qual é a sua estimativa do impacto do dólar na inflação projetada pelo Banco Central?

Mesquita: Nossa estimativa é que o repasse cambial é de 7,5%. Não é uma das estimativas mais baixas do mercado. Tem gente que trabalha com 5%.

Valor: Qual seria a projeção de inflação para 2019 com o dólar na casa dos R\$ 3,90?

Mesquita: Fizemos alguns exercícios que podem dar alguma ideia do impacto, um supondo o dólar a R\$ 3,75 e outro com o dólar a R\$ 3,90. Suponha, primeiro, que o dólar fique em R\$ 3,75. Se o coeficiente de repasse do câmbio à inflação for de 5%, a inflação projetada para 2019 é de 4%. Se o coeficiente de repasse for de 7,5%, como hoje achamos mais provável, a inflação seria de 4,2%. Se o coeficiente for de 10%, o que está para o lado mais pessimista tendo em vista os estudos empíricos recentes que conheço, a inflação ficaria em 4,4%. Agora, suponha um outro cenário em que o dólar fique em R\$ 4,00. A inflação ficaria em 4,2%, supondo um repasse de 5%; em 4,5%, supondo um repasse de 7,5%; e em 4,8%, supondo um repasse de 10%. Em todas as situações a inflação ficaria abaixo de 5%. Usando o coeficiente de repasse cambial de 7,5%, que nós adotamos, ficaria em 4,5% mesmo com o dólar a R\$ 4,00. Nesse caso, ficaria próximo da meta, que é de 4,25%. Não me parece, dada a incerteza toda em torno desses cenários, um movimento que justificaria a adoção de um ciclo de elevação de juros pelo Copom.

Valor: Por que o mercado precifica chances tão grandes de uma alta de juros neste mês?

Mesquita: Os relatos que tenho ouvido indicam um mercado com liquidez relativamente baixa. A formação de preços tende a ser distorcida porque um volume pequeno de negócios afeta os preços de forma exagerada. Não há nenhum compromisso formal do Banco Central de fazer aquilo que está na curva de juros. Inclusive, na reunião anterior do Copom, se você olhar o que estava implícito nos preços dos ativos, era mais para fazer um corte adicional do que para deixar a taxa de juros parada. Já houve episódios semelhantes no passado. Não subscrevo aquela teoria de que, se está na curva de juros, o Banco Central tem que fazer. Ao contrário, a comunicação e a ação do BC é que devem nortear o mercado.

Valor: Há algo em comum com a Turquia e a Argentina que nos faça também ter que subir os juros?

Mesquita: Estamos falando de taxas de inflação bem mais elevadas nesses países. No Brasil, hoje está em 2,9%; na Argentina, em torno de 25%; e, na Turquia, de 12%. O importante para a decisão do Banco Central é a inflação esperada para daqui a 18 meses, 24 meses. Como disse, as simulações que a gente faz aqui tentando replicar o modelo do Banco Central não sugerem uma inflação muito descolada da trajetória das metas com a taxa de câmbio onde ela está hoje. Além disso, na Turquia, o déficit em conta corrente é de quase 6% do Produto Interno Bruto (PIB). No caso da Argentina, quase 5% do PIB. No Brasil, de 0,5% do PIB. As reservas internacionais do Brasil estão em torno de 10% do PIB, em cerca de 5% na Argentina e menos de 4% do PIB na Turquia. Parece-me que há grandes diferenças.

Valor: Qual é o ponto fraco do Brasil?

Mesquita: Onde existe vulnerabilidade no Brasil, sem dúvida, é na questão fiscal. Parte dessa piora nos ativos brasileiros que temos visto está relacionada com o contexto internacional, mas parte se deve também ao aumento das dúvidas que os investidores têm sobre como vai ser encaminhada a agenda de reformas a partir de 2019. Temos, sim, uma vulnerabilidade fiscal. Mas do lado de setor externo temos uma situação consideravelmente mais robusta que a Argentina ou a Turquia.

Valor: Com a má situação fiscal, o Brasil pode se dar ao luxo de empregar o sistema de metas ou teria que subir os juros para segurar a taxa de câmbio?

Mesquita: O Brasil tem esse problema fiscal há muito tempo. Já teve com taxas de juros mais altas ou com taxas de juros mais baixas. Não vejo uma situação de dominância fiscal que nos impeça de ter um regime de metas. Aliás, o regime de metas tem sido relativamente bem-sucedido. Pode-se argumentar que a política fiscal e o sistema de crédito direcionado do Brasil forçam o Banco Central, historicamente, trabalhar com uma taxa de política monetária

em média mais alta que em outros países. Com isso eu concordo. Daí não se segue, necessariamente, a conclusão de que agora precise subir a taxa de juros para segurar a taxa de câmbio. De novo, subir a taxa de juros para segurar a taxa de câmbio é outro regime. Não estou dizendo que altas de juros não podem vir a ser necessárias. Isso depende de como vão evoluir as projeções de inflação do próprio BC. Só acho que não é apropriado, num regime de meta de inflação, usar os juros para segurar o câmbio.

Valor: A crise atual é igual a de 2002, quando o Banco Central tinha credibilidade mas perdeu o pulso das expectativas devido às incertezas eleitorais?

Mesquita: Em 2002, havia uma dúvida sobre o regime de metas para inflação que acredito que não existe hoje. Aquela foi a primeira transição de poder de um partido político para o outro depois da adoção do regime de metas. O regime estava no seu início. Agora, vai completar 20 anos, em 2019. Nesse período, governos de diferentes orientações ideológicas tiveram posturas diferentes em vários aspectos da política econômica. Uma coisa que não mudou desde 1999 foi o regime de metas de inflação. O mais provável é a hipótese de que ele continue no seu lugar, e isso ajuda a tarefa do atual Banco Central.

Dólar puxa IGP-DI; efeito da paralisação ainda é pequeno Valor Econômico - 08/06/2018

Pressionado pelo avanço de itens que têm o dólar como referência, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) foi de 1,64% em maio, acima do mês anterior (0,93%) e do esperado pelo mercado. Trata-se do maior avanço do índice calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) desde o resultado verificado em outubro de 2015.

Segundo analistas, os Índices Gerais de Preços (IGPs) devem continuar pressionados ao longo de junho pela desvalorização cambial e também pelo acionamento da bandeira tarifária vermelha patamar dois na conta de luz deste mês, além dos reflexos da greve dos caminhoneiros ainda a serem medidos.

Em maio, o avanço do IGP-DI foi puxado por preços no atacado, que ficaram 2,35% mais caros, quase dobro do medido no mês anterior (1,26%).

Metade desta aceleração foi explicada pela alta do minério de ferro (7,76%), efeito da combinação do valor da matéria-prima no mercado internacional com a desvalorização do real frente ao dólar.

"A greve dos caminhoneiros teve pouca influencia no índice de maio", disse Salomão Quadros, superintendente-adjunto de inflação do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). "A greve foi no fim do mês, mas o índice corresponde

ao mês inteiro. Os fatores internacionais pesaram mais", complementou o economista.

Segundo Quadros, a cotação média do dólar em reais em maio foi 7% superior ao valor médio da moeda em abril. Esse avanço influenciou uma série de outros itens que compõem os preços no atacado. É o caso dos chamados "materiais e componentes para a manufatura", insumos destinados à indústria, que avançaram 2,22% em relação ao mês anterior.

Já os combustíveis ficaram 8,92% mais caro nas refinaria em maio e voltaram a pressionar o índice calculado pela Fundação Getulio Vargas.

Essa tem sido a tônica desde que a Petrobras adotou, em julho do ano passado, seu novo formato de política de reajustes de preços, que passaram a acompanhar com maior frequência as oscilações do barril petróleo no mercado internacional.

No varejo, os reflexos das greves dos caminhoneiros ficam um pouco mais evidentes, disse Quadros, embora o impacto também tenha sido limitado. Produtos como cebola (43,63%) e gasolina (2,57%) ficaram mais caros. Apesar disso, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ficou comportado, ao passar de 0,34% em abril para 0,41% em maio.

Para a corretora Nova Futura, os efeitos da greve dos caminhoneiros ainda estão por vir. Em relatório assinado pelos economista Pedro Paulo Silveira e Alexandre Faturi, a corretora afirma que, embora a ociosidade na economia limite o repasse da desvalorização cambial para os preços ao consumidor, sempre há algum efeito de transmissão.

Silveira e Faturi escrevem que a desvalorização do real deve se manter firme, o que deve impor uma revisão da estratégia de juros "estimulativos" por parte do Comitê de Política Monetária (Copom). A Nova Futura estima que o Copom elevará a Selic a 7,25% até o fim deste ano.

Em relatório, o Bradesco também anotou que o aumento dos preços de minério de ferro e dos combustíveis puxaram a alta do IGP-DI de maio, que ficou acima do esperado.

A instituição prevê que os próximos IGPs devem seguir pressionados. A taxa do índice no mês foi maior que a estimada pelo banco, de 1,59%, e que a média do mercado, de 1,40%.

"Para as próximas divulgações, acreditamos que o IGP deverá seguir pressionado, refletindo em parte os efeitos temporários da greve dos caminhoneiros, além da depreciação cambial", afirma o banco.

Quadros concorda o IGP-DI deve permanecer pressionado em junho, embora a taxa não necessariamente acelere em relação ao mês de maio. Se de um lado

o câmbio, a conta de luz e greve pressionam, o especialista vê comportamento mais benigno de preços agrícolas e da política de preços da Petrobras.

Com o resultado de maio, o IGP-DI acumulou alta de 3,91% no ano e de 5,20% em 12 meses - neste caso, o índice mais elevado registrado desde fevereiro do ano passado (5,26%).

Varejo tenta reagir às vésperas da Copa

Valor Econômico - 08/06/2018

As varejistas de produtos eletroeletrônicos têm recorrido a ações que não estavam previstas, após o fim da greve dos caminhoneiros e às vésperas da Copa do Mundo, para tentar dar novo vigor às vendas. Houve queda na demanda no período de paralisação e, dias após seu encerramento, a retomada do movimento ainda é lenta em algumas redes. Alguns executivos identificam sinais de guerra de preços entre as redes.

As companhias acreditam que há uma "ressaca" no consumo após a greve, com o consumidor adotando uma postura mais cautelosa. "Vínhamos num bom crescimento, mas o consumidor ligou o sinal de alerta. Ainda acreditamos, porém, que é uma fase e que, se as incertezas políticas e econômicas diminuïrem, o ânimo será retomado", diz José Jorge do Nascimento Júnior, presidente da Eletros, associação dos fabricantes de eletrônicos (ver ao lado).

Medidas classificadas como "táticas" estão sendo tomadas, especialmente em lojas e nos sites, com novas campanhas de marketing e ações comerciais definidas nos últimos dias. "Vamos ter mais ações do que o programado para as próximas semanas", diz Ubirajara Pasquotto, presidente da rede Cybelar, com 100 lojas. "A saída [de TVs] está menor do que prevíamos. O desempenho está irregular desde fevereiro, com semanas melhores e outras piores. Vemos movimento de guerra de preços entre as varejistas na categoria de TVs", diz.

Com 150 lojas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a rede Novo Mundo registra alta na demanda abaixo do estimado, mas projeta uma melhora nos próximos dias. Se isso ocorrer, a expectativa é atingir o piso da previsão inicial de vendas. "Estamos crescendo 6% [venda de TVs] e prevíamos uma taxa entre 10% a 12% para o período da Copa. Estamos no meio de um processo de revitalização das lojas e achamos que isso pode ajudar a melhorar as vendas para tentar chegar nos 10% de alta", afirma Carlos Luciano Martins Ribeiro, sócio da rede.

Segundo Martins Ribeiro, se a greve dos caminhoneiros não tivesse ocorrido, é provável que o crescimento estivesse um pouco maior. "Mas não estaríamos crescendo muito acima desses 6%", diz. "Ainda acreditamos numa melhora no ânimo do consumidor a partir da semana que vem."

De janeiro a março, de acordo com o IBGE, a venda de eletrônicos, eletrodomésticos e móveis no país caiu 0,7%. Ao se analisar separadamente,

os eletrônicos e os eletrodomésticos subiram 2%, em termos nominais e em volume, 5%.

Líderes do setor em vendas, como Magazine Luiza e a Via Varejo (dona de Casas Bahia e Ponto Frio) afirmam que a venda neste momento está "dentro da expectativa", sem mencionar números. As duas redes elevaram seus estoques a partir do fim de 2017 a patamares superiores ao de outros anos para se preparar para a Copa. Fecharam compras antes da alta do dólar, num momento em que a indústria já sinalizava para o risco de desvalorização do real. A alta do dólar encareceria as compras, já que parte das matérias-primas são cotadas em moeda estrangeira.

Em março, o Magazine Luiza tinha pouco mais de R\$ 1,94 bilhão em estoques em geral, 33% acima de um ano antes. O período estocado equivalia a 60 dias - o prazo médio de estoque de eletrônicos varia de 20 a 30 dias. Na Via Varejo, eram R\$ 5,3 bilhões estocados em março, quase 50% mais que um ano atrás. Em dias, o estoque geral passou de 79, em março de 2017, para 108 dias neste ano.

Segundo Paulo Naliato, diretor de operações da Via Varejo, as vendas desaceleraram durante a greve, mas depois houve uma recuperação significativa. Mesmo assim, ele diz que a empresa decidiu desenhar novas ações para aumentar as vendas em junho. Questionado sobre a razão pela qual a empresa deve ser mais atuante, considerando que venda reagiu, o diretor diz que "o bolso do consumidor continua do mesmo tamanho" o que exige "soluções criativas para vender".

"Vamos tentar algo mais matador e será para todas as categorias, não só para TVs", afirma ele. Ontem, o site da Casas Bahia iniciou a promoção "Black Total", com ações também na TV aberta.

No fim de 2017, a empresa decidiu elevar seus níveis de estoque para evitar rupturas e porque "viu sinais na economia que deram segurança para aumentar estoques", afirmou o executivo em abril, em entrevista sobre expectativas para a Copa. Entre as ações para elevar tráfego nas lojas estão a venda de produtos em combo, na linha "leve a TV e junto a cervejeira".

Segundo Marcelo Lopes, diretor executivo de cadeia de suprimentos e logística da Via Varejo, a empresa reorganizou seus centros de distribuição durante a greve, para que, após a paralisação, a liberação de produtos fosse mais rápida. Segundo ele, produtos que respondem por 80% da venda da empresa estão localizados em centros regionais, espalhados em vários locais pelo país, o que reduz risco de concentração e de atrasos.

Com o fim da greve, entre quinta-feira e sábado, 90% dos produtos parados nos armazéns foram entregues. A empresa diz que nesta semana atingiu prazo médio de 3 dias de entrega, considerado normal (no site, o envio de TVs chegava a 6 dias). O período variou de 12 a 13 dias durante a greve na Casas Bahia e Ponto Frio.

Frederico Trajano, presidente do Magazine Luiza, também sentiu desaceleração nas vendas no período da paralisação, mas diz que houve uma recuperação após o fim da greve. "Acreditamos que aquele que ficou sem poder comprar vai voltar para a loja agora", afirmou Trajano.

Até início desta semana, o desafio era reduzir o gargalo nos centros de distribuição, que estavam com pedidos feitos antes da greve parados. A empresa trabalhou em três turnos (incluindo o domingo e o último feriado) para desovar as encomendas. O prazo de entrega, que foi estendido para até 20 dias durante a greve, caiu hoje para até cinco dias no site (para as TVs).

Afetado pela retomada lenta, mercado de trabalho recua pelo 3º mês seguido

Valor Econômico - 08/06/2018

Com indicadores ruins da atividade econômica no início do ano, a recuperação do mercado de trabalho perdeu fôlego pelo terceiro mês consecutivo em maio, de acordo com os indicadores antecedentes divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) medido pela Fundação recuou 2,5 pontos em maio, na comparação com abril, para 101,1 pontos, a terceira queda consecutiva do índice que reúne sondagens com indústrias, empresas de serviços e consumidores.

Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) da FGV aumentou 2,3 pontos na passagem de abril para maio, chegando a 96,5 pontos.

Desta forma, o dado, que mede a percepção dos consumidores sobre a situação atual do mercado de trabalho, devolveu a queda de dois pontos verificada no mês anterior.

Para Itaiguara Bezerra, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), os números mais fracos da atividade econômica provocaram revisões para baixo nas expectativas para a economia. Segundo ele, isso afetou a percepção de empresários e consumidores e influenciou os indicadores.

Ele lembrou que as sondagens usadas para compor os indicadores de mercado de trabalho foram realizadas até o dia 23 de maio. Desta forma, pouco captaram o sentimento provocado pela greve dos caminhoneiros, iniciada no dia 21 do mês.

"A greve gerou interrupção em cadeias de produção como automóveis, o que afeta tanto a necessidade quanto a confiança de empresários para contratar", disse o pesquisador do Ibre-FGV. "A greve deve afetar a percepção sobre o

mercado de trabalho no indicador de junho, com tendência de queda nos dados", concluiu Bezerra.

Apesar dos resultados negativos, ele considera cedo para afirmar que a taxa de desemprego deve interromper sua lenta recuperação nos próximos meses.

No trimestre móvel encerrado em abril, a taxa de desemprego nacional medida pelo IBGE foi de 12,9%, acima da verificada no trimestre móvel encerrado em janeiro deste ano (12,2%).

"A fundação e o mercado estão vendo que os índices de atividades devem cair por causa da greve, mas não posso afirmar isso para o emprego", disse o pesquisador.

Greve compromete 2º trimestre da indústria

Valor Econômico - 08/06/2018

A greve dos caminhoneiros pode ter provocado uma queda brutal na produção da indústria brasileira em maio. Analistas acreditam que os efeitos podem se estender a junho, o que seria um fechamento melancólico para o segundo trimestre com implicações sobre toda a economia -, que começou com números positivos em abril.

Após a divulgação dos dados de fabricação de veículos, primeiro indicador da atividade econômica relativos a maio, estimativas preliminares de bancos e consultorias apontam diminuição de até 13% na produção total da indústria que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará apenas no início de julho. A paralisação, que durou 11 dias, também afetou o varejo e as expectativas dos consumidores, segundo pesquisas da Serasa e da FecomercioSP.

Segundo a Anfavea, que reúne as montadoras, a produção total de veículos (leves, motocicletas, caminhões, etc) caiu 20,2% em maio, na comparação com abril e recuou 15,3% sobre o mesmo período do ano passado. A estimativa da entidade é que a greve ainda tenha efeito sobre os números de junho, uma vez que a operação de algumas unidades ainda não foi totalmente retomada.

Por causa do longo encadeamento da indústria de veículos, que envolve autopeças, produtos de borracha, eletrônicos, o que acontece com esse segmento se dissemina por vários outros.

Os números foram piores que o esperado e apontam que a produção industrial de maio pode cair 13,2% na comparação com abril, segundo estimativa da LCA Consultores. "Os efeitos adversos da paralisação superaram nossa expectativa", afirma o economista Rodrigo Nishida.

Na comparação com maio do ano passado, a queda estimada é de 9%. Nishida ressalta que a projeção "é bem preliminar" e pondera que a maior parte do prejuízo no setor automotivo pode ser compensada nos próximos meses.

No ajuste sazonal feito pela GO Associados, a produção total de veículos caiu 26% em maio, ante abril. Segundo o economista Luiz Castelli, o dado aponta um recuo de 4% na produção industrial de maio ante abril. Ele também pondera que o número é muito preliminar porque vários indicadores coincidentes da indústria ainda não são conhecidos.

O Itaú Unibanco revisou a estimativa para a queda da produção industrial de 5% para 6,4%, após os números da Anfavea, o que representaria uma baixa de 3,4% na comparação anual.

Já a MCM Consultores calcula que a produção industrial deve ter registrado uma queda de 8,8% em maio, em relação a abril e feito o ajuste sazonal, equivalente a uma retração de 4,6% na comparação com maio de 2017. A produção de veículos caiu 25,6% em maio, na base mensal ajustada, após avanço de 7,5% no mês anterior. A média móvel trimestral recuou 5,2%, ante alta de 2,1% há um mês, calcula a MCM. A consultoria ainda observa que o recuo pode ser parcialmente revertido em junho, mas que a Copa do Mundo também pode contribuir para a redução das horas trabalhadas nas fábricas.

Para Fernando Montero, economista-chefe da Tullett Prebon, a economia que sairá do episódio da greve dos caminhoneiros deverá estocar mais insumos. "Por mais pessimista que estejam, [os empresários] vão querer trabalhar com estoques preventivos; o 'just in time' [sistema de produção sem estoques] atrapalhou", diz ele. "Normalizada a conjuntura, pode dar algum sustento adicional."

Nas suas contas, a produção de veículos em maio caiu 30% em relação a abril, feito o ajuste sazonal dos números da Anfavea. Esse resultado "dobrou" a queda de 15% que havia sido registrada pelos emplacamentos, nota ele. "É como se a paralisação dos caminhoneiros tivesse efetivamente subtraído um terço do mês às montadoras."

Montero ressalta ainda a queda das exportações, "juntando-se à piora do mercado argentino", destino de parcela considerável das vendas externas de veículos brasileiros. Em números, diz, as séries ajustadas sazonalmente mostraram que, em maio, houve 80 mil unidades produzidas a menos, redução de 35 mil emplacamentos, 14 mil unidades a menos exportadas e diminuição de 26 mil nas unidades estocadas.

Indicadores do comércio também mostram efeitos da greve. Segundo a Serasa Experian, o movimento nas lojas do país caiu 2,2% em maio ante abril, com ajuste sazonal. A abertura dos dados, destaca o Itaú, aponta o impacto da paralisação dos caminhoneiros na última semana do mês. Os setores mais afetados foram veículos e peças (-10,3% com ajuste) e combustíveis e lubrificantes (-6,5%). "Combinado a outros indicadores, nossa previsão preliminar é de queda de 1,6% no varejo restrito e de 3,4% no varejo ampliado em maio, ante abril", diz o banco.

A FecomercioSP mediu o humor do paulistano durante a greve e calculou o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) em dois períodos distintos. De acordo com as entrevistas feitas com 1,1 mil pessoas na capital paulista em 11 de maio (antes da paralisação), o ICC atingiu 113,2 pontos; e em 25 de maio (quinto dia de paralisação), em uma nova coleta com mais 1,1 mil consumidores, o ICC marcou 95,5 pontos - uma queda, de 15,6% nesse intervalo de 15 dias. As expectativas também pioraram. Os consumidores mostraram, segundo a FecomercioSP, uma evidente desconfiança na capacidade do governo de solucionar a crise, e também de como serão os próximos meses até o fim do mandato.

BC reage a pânico e garante liquidez para acalmar mercado Valor Econômico - 08/06/2018

O mercado financeiro teve um dia de pânico ontem, numa dinâmica que trouxe à memória a forte instabilidade vivida em 2002. No pior momento, o dólar se aproximou de R\$ 4 e as taxas de juros futuros alcançaram níveis que forçaram a B3 a ampliar os limites de oscilação. O Ibovespa chegou a mergulhar mais de 6% e perder quase 5 mil pontos.

Tamanho estresse forçou o Banco Central a vir a público para tentar acalmar o mercado. Em entrevista convocada no início da noite de ontem, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, anunciou que, até o fim da semana que vem, vai ofertar mais US\$ 20 bilhões em swaps cambiais adicionais. Ele disse que está disposto a usar o instrumento que for necessário - reservas, leilões de linhas e swaps - para fazer frente à instabilidade do mercado, inclusive dizendo que o estoque de swaps pode ir além dos US\$ 110 bilhões alcançados em 2015.

A afirmação, porém, acabou gerando dúvidas entre analistas, já que o BC programou para hoje os mesmos 15 mil contratos que vem disponibilizando diariamente. Ainda assim, a expectativa é que a demonstração de que o BC está atento e disposto a agir pode contribuir para dar algum alívio ao mercado, na opinião de especialistas. Contratos de real negociados nos Estados Unidos já indicavam, na noite de ontem, uma recuperação da moeda brasileira, que operava em alta de 2,5% ante o dólar.

Apenas ontem, o BC despejou no mercado US\$ 2,75 bilhões. Mas a forte injeção de liquidez mais uma vez não impediu que o real figurasse entre as piores divisas no mundo. E o clima de incerteza que dominou os mercados deu margem para todo tipo de especulação e rumor.

O receio de que o BC tenha que recorrer a um aumento de juro para conter a desvalorização do câmbio impactou os preços e a curva de juros encerrou o dia embutindo a probabilidade de uma alta de 0,50 ponto percentual da taxa Selic na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do dia 20 de junho. No pior momento do dia, as taxas chegaram a precificar uma elevação de 0,75 ponto, o que gerou rumores de que o BC iria convocar uma reunião

extraordinária para elevar a Selic. Isso, a despeito do entendimento de que não há fuga de capital por trás do movimento do mercado, o que tornaria um aumento de juro um instrumento inadequado.

Na entrevista, o presidente do BC voltou a reiterar que não vai usar o juro para controlar o câmbio. E minimizou o possível impacto da última decisão do Copom que deixou inalterada a Selic, enquanto o mercado apostava em redução, levantando dúvidas sobre a efetividade da comunicação da autoridade monetária com o mercado. "Não me parece o ponto mais relevante [discutir impacto da última decisão do Copom]. Muitos consideram a decisão acertada; tem sempre que avaliar como as condições mudaram, inclusive na reunião do Copom", disse.

O fato de o mercado colocar suas fichas num cenário como esse indica o nível de desconfiança em relação às orientações do Banco Central. "A apreensão aumenta ainda mais porque as pessoas veem o que a Turquia fez [ontem]", diz um operador, referindo-se à inesperada alta de juros promovida pelo BC turco.

Ainda falta muito para o BC subir juros, diz um economista de um banco. Contudo, um fracasso na tentativa de estabilizar o dólar abaixo de R\$ 4 e uma alta da moeda para a faixa de R\$ 4,20 deixariam poucas opções a não ser apertar a política monetária. "O fato é que o Brasil passou a oferecer mais risco com menos retorno. E isso explica o porquê da piora relativa dos ativos do país não apenas agora, mas nos últimos meses", diz.

Zeragem de posições foi a expressão de ordem do dia, puxadas por uma onda de "stop-loss" de investidores que buscavam de forma desesperada saída para as posições prefixadas e em bolsa. Tal movimento bateu em cheio na taxa de câmbio, com empresas e investidores correndo para os mercados de derivativos e a termo.

"Houve euforia no começo do ano. O mercado foi de certa forma leniente com os riscos. Todo mundo foi na mesma direção. E agora todo mundo quer sair ao mesmo tempo", diz o economista. "Esse ajuste é normal, na medida do possível, e vai durar algum tempo."

Na avaliação de Anderson Godoi, superintendente-executivo da tesouraria do Banco MUFG Brasil, há fundos locais e estrangeiros comprando dólar, e empresas buscando hedge. Segundo ele, é difícil dizer se o movimento de "stop" vai continuar. Mas, se por um lado os fundamentos da economia são "muito diferentes" de 2002, hoje o mercado demonstra desconforto sobre o futuro das reformas.

Depois de fechar a R\$ 3,8371 na quarta, o dólar disparou ontem, alcançando, na máxima, R\$ 3,9674. No fechamento, a alta foi de 2,25%, para R\$ 3,9233 - ainda assim, o patamar mais alto desde 1º de março de 2016 (R\$ 3,94375). O dólar já sobe 4,20% nesta semana, 5,02% em junho, 18,40% no ano e 19,86% em 12 meses.

O estresse nos ativos domésticos decorre de uma combinação de fatores. Além do exterior arisco para emergentes, aqui há um misto de desânimo com as perspectivas eleitorais, falta de confiança no ajuste fiscal e ceticismo com o "modus operandi" do BC e do Tesouro Nacional para acalmar os ânimos dos investidores.

Para a Icatu Vanguarda, é difícil que essas atuações mudem a direção dos mercados, mas podem trazer alguma acomodação e "mais funcionalidade, que de fato se perdeu ao longo desta semana". "Fora uma mudança substancial do cenário externo, apenas uma alteração no quadro político local, que venha a aumentar significativamente a probabilidade de vitória de um candidato liberal e reformista, será capaz de reverter estes movimentos negativos", destaca a casa.

Neil Shearing, economista-chefe para mercados emergentes da consultoria Capital Economics, não descarta a possibilidade de uma nova "explosão" no dólar nos próximos seis meses diante da ansiedade com as eleições. Para ele, diferentemente de 2015, quando o dólar chegou quase a R\$ 4,25, o mercado entendia que o sucessor de Dilma Rousseff após o impeachment, Michel Temer, perseguiria uma agenda econômica mais amigável ao mercado. E isso provavelmente deu suporte ao real nos meses seguintes. "Mas desta vez não há nenhum alento nesse sentido."

Operações do Tesouro Direto são suspensas e só retornam hoje

O Globo - 08/06/2018

A volatilidade do mercado ontem provocou uma nova suspensão das operações do Tesouro Direto. O programa, que permite a compra de títulos públicos por pessoas físicas pela internet, foi suspenso duas vezes — às 9h48m e às 12h40m — e só será retomado hoje, às 9h30m. Essa medida tem por objetivo proteger o investidor, evitando que ele adquira ou venda papéis com preços distorcidos por causa da turbulência. No mês passado, já havia ocorrido outra suspensão.

— Quando o mercado está instável, o Tesouro Nacional, para proteger os investidores e a si mesmo, acaba suspendendo as negociações dos títulos do Tesouro Direto. Isso ocorre porque tais mudanças causam várias distorções nos preços dos títulos. Essas suspensões não são raras, porém não são frequentes. Costumam acontecer em momentos mais atípicos do mercado — explica Roberto Indech, analista-chefe da Rico Investimentos. **AVANÇO NOS JUROS FUTUROS** As pressões no mercado se agravaram no fim de maio, com a greve dos caminhoneiros. Analistas apontam ainda a incerteza do cenário eleitoral e a perspectiva de elevação dos juros nos Estados Unidos. O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) se reúne na semana que vem.

A alta do dólar tem provocado uma forte volatilidade nos juros negociados no mercado. As taxas interbancárias subiram com força, em um sinal de que parte dos analistas já preveem uma alta na taxa básica Selic ainda este ano. Antes, a previsão era que a Selic seria mantida em 6,5% ao ano até o primeiro semestre de 2019.

Com essa expectativa, os contratos do DI com vencimento em janeiro de 2019 chegaram a 7,585% ao ano, ante 6,75% no pregão anterior. Aqueles que vencem em 2020 passaram de 8,84% para 8,06%. Na máxima do dia, bateram 9,25%. A volatilidade mais forte durante o pregão fez com que a B3 elevasse o máximo de variação que cada contrato pode ter em um só dia.

Mais um leilão de R\$ 10 bi

Isso levou o Banco Central (BC) a realizar um leilão de R\$ 10 bilhões em títulos do Tesouro. Foram vendidos papéis públicos com compromisso de recompra em nove meses. É um prazo mais longo do que o habitual: normalmente, essas operações compromissadas são feitas com papéis de três ou seis meses. O objetivo do BC é reduzir a pressão sobre os juros negociados no mercado e, com isso, dissipar as apostas de uma alta na Selic. A operação foi anunciada na véspera pela autoridade monetária. Hoje, haverá mais um leilão, também de R\$ 10 bilhões.

Segundo Pablo Spyer, diretor da corretora Mirae Asset, a suspensão das operações do Tesouro Direto causa desconforto aos investidores, mas não traz risco:

— Os clientes acham que podem perder valores, reclamam da suspensão, mas esse movimento do Tesouro Direto não representa qualquer risco para os investidores. É um mecanismo de proteção.

Um ponto muito importante, ressaltava Indech, é que a paralisação das operações não causa qualquer perda financeira para os investidores:

— Se há suspensão da negociação dos títulos do Tesouro Direto, nenhum valor sofre qualquer tipo de perda. Os valores são paralisados naquele momento da negociação, justamente para preservar os investidores e o Tesouro Nacional. Quando a plataforma volta a operar, tudo volta ao normal sem nenhuma distorção, e o investidor sofre perdas financeiras.

A única possível perda ocorre caso o investidor venda seus títulos fora do prazo estipulado no momento da compra.

— Para quem vai resgatar o título no vencimento, as taxas ficam mantidas. Já quem vai vender fora do prazo, a mercado, pode ganhar ou perder — ponderou Fabio Macedo, gerente comercial da Easyinvest.

Ele ressaltava que a medida é saudável:

— As suspensões que o Tesouro faz nada mais são do que ajustes de preço frente às oscilações de mercado muito fortes. Esse tipo de ação é muito saudável, porque garante que o investidor compre os títulos a preços justos.

É possível fazer negociações

É preciso ressaltar, no entanto, que a suspensão das operações do Tesouro Direto não significa que os investidores ficam impossibilitados de comprar ou vender títulos.

— Quando há esse tipo de suspensão, o cliente pode comprar e vender títulos por meio da mesa de operações de bancos e corretoras, e essas nunca param — explica Alfredo Sequeira Filho, presidente da assessoria de investimento DNA Invest. — Mas, neste caso, as instituições financeiras costumam exigir valores mínimos mais altos, como R\$ 50 mil, e os clientes ficarão expostos à volatilidade do mercado.

Para Spycer, os investidores estão começando a entender melhor essas suspensões:

— Com a constante volatilidade do câmbio, as pessoas começam a entender melhor o que significa a suspensão do programa e a aceitar essa situação.

Governo cede e desiste de redução do preço do frete **O Globo - 08/06/2018**

Menos de quatro horas após anunciar a nova tabela que estabelece preços mínimos para o frete, o governo cedeu à pressão dos caminhoneiros. Em vídeo gravado e divulgado por representantes da categoria, o ministro dos Transportes, Valter Casimiro, prometeu revogar o documento que reduzia em 20%, em média, o custo do transporte, ao incluir caminhões com vários tipos de eixo no tabelamento. Segundo a assessoria da pasta, o ministro autorizou a gravação das imagens. A decisão foi tomada no fim da noite depois que os caminhoneiros apareceram de surpresa no ministério e ameaçaram uma nova paralisação da classe. Casimiro, então ligou para o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, que deu o aval para o cancelamento da nova tabela. Na gravação, o ministro, diz que um novo documento será elaborado hoje na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pede que os representantes da categoria compareçam ao órgão.

A fixação de uma tabela de frete era uma das bases do acordo fechado pelo governo com os caminhoneiros para encerrar a paralisação, que durou dez dias e resultou numa crise de abastecimento no país. O setor produtivo, especialmente o agronegócio, porém, reagiu ao aumento dos custos previstos com a divulgação da primeira tabela, o que tinha motivado o governo a rever os valores.

Segundo fontes, os caminhoneiros exigem que o governo retire da listas de exceções na nova tabela os preços mínimos para os caminhões grandes, que

transportam produtos do agronegócio e que precisam de autorização especial do Dnit para trafegar.

Com o recuo, fica valendo a tabela que entrou em vigor no dia 30 de maio. O documento editado ontem pela ANTT substituía essa tabela, que gerou várias críticas e paralisou o transporte de carga do país por causa de aumento nos custos e insegurança jurídica.

— Estou sentado aqui com alguns representantes dos caminhoneiros (...) para tornar sem efeito essa resolução pela ANTT. Vai voltar a anterior para que a gente possa discutir com todos a fim de elaborar uma nova tabela factível, que represente o custo real do transportes de cargas — disse o ministro no vídeo.

Enquanto governo, indústria e caminhoneiros discutem o valor mínimo de cobrança, quase 20 dias após o início da greve dos caminhoneiros, o transporte de carga segue parado no país, à espera de uma definição para rever sua estrutura de custos.

Antes mesmo da decisão do governo, o presidente da União Brasileira dos Caminhoneiros (Unicam), José Araújo Silva (China), havia afirmado que a nova tabela tinha ficado ruim para a classe, porque o preço mínimo do frete iria cair.

— Acho que essa questão ainda vai longe — disse China, antes de o governo decidir revogar a portaria no fim da noite de ontem.

A condução do assunto pelo governo é alvo de críticas:

— Tabelar o custo do frete é absurdo, por ferir o direito de concorrência. Depois, houve o erro do cálculo. O governo se colocou numa encruzilhada, prometendo algo que não pode cumprir, pois os custos são diversos no setor — avalia Maurício Lima, sócio-diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos).

O tabelamento do frete, diz Lima, pode desencadear um processo em que setores produtivos mais fortes consigam condições diferenciadas de preço. Outro risco, destaca ele, é que o aumento do custo do frete sufoque justamente os caminhoneiros autônomos:

— Ao tabelar o valor do frete, piora o valor do autônomo. Os embarcadores e transportadoras podem optar por comprar veículos ou contratar esses motoristas diretamente. Ou seja, é um risco grande também para as transportadoras.

Empresas obtêm liminar na Justiça

Antes da divulgação da nova tabela, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) chegou a encaminhar ofício ao presidente Michel Temer pedindo a suspensão da MP que permite esse dispositivo. Segundo a

entidade, o custo do frete de produtos agropecuários pode resultar em acréscimos de até R\$ 13 mil em alguns tipos de carga.

Produtores e exportadores de soja, cereais e café suspenderam os despachos rodoviários devido à indefinição no preço do frete. Argumentam que não é possível incorporar um custo que não estava previsto na época em que os contratos foram fechados.

— O tabelamento está travando a comercialização. O custo sobe em R\$ 50 a R\$ 80 por tonelada para levar o produto até o porto, num momento em que o preço da soja recuou em R\$ 3 a R\$ 4 por saca. É uma trava logística que pode trazer problemas aos acordos comerciais internacionais do Brasil — diz Bartolomeu Braz, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), destacando que a entidade vai recorrer a Justiça para pedir a suspensão do tabelamento do frete.

A Justiça Federal do Rio Grande do Norte concedeu liminar suspendendo os efeitos da MP que instituiu a política de preço mínimo no frete. A decisão atende a pedido de duas empresas do estado (L. Praxedes Gomes e Maresal Sociedade Salineira). Elas ficam desobrigadas de adotar a tabela de preços. No despacho, o juiz Orlando Donato Rocha destacou que a medida é inconstitucional por revelar intervenção do Estado na economia.

Governo admite que fragilidade política influencia alta do dólar

O Globo - 08/06/2018

Técnicos da equipe econômica admitem que a combinação do cenário de incerteza eleitoral com o enfraquecimento do governo do presidente Michel Temer — especialmente depois de ter sido obrigado a ceder em todos os pontos reivindicados pelo movimento grevista dos caminhoneiros — foi o que levou o mercado financeiro a partir para uma queda de braço com o Banco Central. Essa foi a avaliação de fontes no governo depois que o dólar disparou e fechou o dia próximo de R\$ 4. A avaliação é que o mercado sentiu as fragilidades do governo e estabeleceu uma queda de braço.

A tensão obrigou o presidente do BC, Ilan Goldfajn, a convocar uma entrevista coletiva para mostrar as armas que usará para segurar o câmbio. Ilan evitou comentar a influência do cenário eleitoral na ação dos investidores, mas o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, admitiu que a aproximação das eleições gera mais instabilidade em meio ao movimento global de valorização da moeda americana:

— Existe uma tendência global de valorização do dólar, e isso afeta a economia brasileira, assim como afeta diversas outras economias e, com maior intensidade, as emergentes. Isso faz parte de um movimento global. Evidentemente que tem as especificidades do caso brasileiro, existe uma

tensão maior dada pela transição política e cenário de eleições. Tudo isso agrega maior volatilidade.

Ele minimizou as críticas à atuação do governo na contenção da volatilidade. Guardia disse ver como naturais esses comentários em momentos de instabilidade, mas informou que o Banco Central e o Tesouro estão atuando de forma conjunta para minimizar os efeitos da turbulência aos investidores.

— Em momentos de maior volatilidade é normal que apareçam comentários dessa natureza. A gente tem trabalhado de maneira coordenada, buscando reduzir a volatilidade do mercado, que é nosso papel. O câmbio é flutuante e vai flutuar. O Banco Central tem feito intervenções para reduzir a volatilidade desse movimento. E o Tesouro tem um colchão de liquidez importante, que nos permite evitar maior pressão e tentar reduzir o risco no mercado — disse o ministro.

Copa ajudaria a acalmar cenário

Ao longo do dia, o núcleo político do governo demonstrou preocupação com a alta do dólar e com o impacto da turbulência em ações de empresas como a Petrobras, que chegou a registrar queda de 6% ao longo do dia. Fontes próximas ao Planalto avaliavam que a incerteza eleitoral já estava na conta do mercado, mas os investidores resolveram partir para o ataque depois da crise dos caminhoneiros e as mudanças na política de preços de combustíveis. Há a avaliação de que a Copa do Mundo, que começa na semana que vem, pode ajudar a aliviar o quatro atual.

Já na área econômica, técnicos comentavam ontem que o mercado tenta pressionar o BC para subir juros, o que ajudaria investidores a recuperar perdas das últimas semanas. Mas a avaliação ontem é que não havia motivo para ceder, pois a economia tem fundamentos sólidos:

— É o mercado sendo o mercado. Nada fora do normal. Não há nenhum motivo para subir os juros agora — disse um integrante da área econômica.

Cesta básica aumenta até 5% **O Globo - 08/06/2018**

O custo da cesta básica aumentou em 18 capitais do país no mês de maio, em que houve a greve dos caminhoneiros, segundo dados divulgados ontem pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). As maiores altas foram registradas em Campo Grande (5,22%), Florianópolis (3,49%), João Pessoa (3,17%) e Fortaleza (3,12%). O município do Rio tem a cesta mais cara do país: R\$ 446,03. Em seguida, vêm Florianópolis (R\$ 441,62), São Paulo (R\$ 441,16) e Porto Alegre (R\$ 437,73).

Com dólar perto de R\$ 4, BC promete ampliar ação

O Globo - 08/06/2018

As incertezas em torno da eleição presidencial e rumores sobre uma possível reunião extraordinária do Banco Central para elevar os juros — uma hipótese negada pelo Banco Central — dominaram ontem os mercados. O dólar disparou, renovando as máximas do ano, enquanto a Bolsa despencou, e os juros futuros voltaram a subir. O presidente do BC, Ilan Goldfajn, convocou uma entrevista coletiva no início da noite para dissipar boatos e acalmar os investidores. A moeda americana fechou em alta de 2,24%, a R\$ 3,925, a maior cotação desde 1º de março de 2016. O Ibovespa, principal índice do mercado acionário, encerrou em queda de 2,97%, aos 73.851 pontos — no pior momento, chegou a cair 6,96%. E a tônica, segundo analistas, deverá ser essa a cada vez que as pesquisas eleitorais apontarem na dianteira candidatos que não agradem aos agentes financeiros. Já se fala em dólar acima de R\$ 5 até o fim do ano.

Durante o dia, o BC reforçou sua atuação e aumentou a injeção de dólares no mercado futuro, operação conhecida como swap cambial. Mesmo assim, o dólar atingiu, na máxima do dia, R\$ 3,968. Foram ofertados US\$ 2 bilhões no início da manhã, além dos US\$ 750 milhões que vêm sendo oferecidos diariamente desde o mês passado.

Ilan informou que, até o fim da semana que vem, o BC fará uma oferta adicional de US\$ 20 bilhões em contratos de swap. Atualmente, há no mercado cerca de US\$ 30 bilhões em contratos. Ele assegurou que ofertará a quantidade de que o mercado precisar e que pode ultrapassar a máxima histórica de oferta. No governo Dilma Rousseff, o BC chegou a ter quase US\$ 110 bilhões em contratos ativos.

— Podemos ir além dos máximos históricos do passado. Até hoje vimos apenas necessidade na parte de swap para hedge (proteção). E não temos nenhum preconceito de usar qualquer instrumento — disse Ilan, ressaltando que, se necessário, poderão ser usadas as reservas internacionais, hoje em US\$ 382 bilhões.

Câmbio turismo chega a R\$ 4,30 no cartão

A escalada do dólar foi ainda maior no câmbio turismo. Nas casas de câmbio, a divisa no cartão já supera os R\$ 4,30. Em espécie, chegava a R\$ 4,15.

Maurício Oreg, economista-chefe do Rabobank no Brasil, avalia que o BC está correto, mas sua ação não é suficiente para controlar a escalada do dólar. O banco estima que, caso seja eleito um candidato que não defenda a reforma da Previdência e o controle dos gastos públicos, e mude a política econômica, o dólar chegará a R\$ 5,25 no fim do ano, e o risco-país passará de 500 pontos, mais do que o dobro do patamar atual.

No cenário em que um candidato reformista ganhe, o risco cairia a 150 pontos, e o dólar iria para R\$ 3,40. Já em uma situação intermediária, na qual o eleito passe a mensagem de que manterá a política econômica, o dólar ficaria entre R\$ 4,40 e R\$ 4,50.

O economista-chefe da corretora Nova Futura, Pedro Paulo Silveira, ressalta que os investidores estão realinhando suas expectativas sobre as eleições. Importadores e empresas com dívida em dólar, por exemplo, correm atrás de proteção, o que aumenta a demanda pela moeda americana e faz a cotação subir. O fluxo de dólares para o país é positivo, principalmente em razão do aumento das exportações.

— A alta do dólar é um processo que só vai ter fim após as eleições. Ainda tem espaço para o real se desvalorizar e a Bolsa cair. Eu vejo o dólar passando de R\$ 5. Ainda assim, é abaixo do que aconteceu em 2002, com a eleição do Lula. O dólar chegou a R\$ 4, mas, corrigido pelo IPCA e pela inflação ao consumidor nos Estados Unidos, essa cotação é equivalente hoje a R\$ 7,20 — explicou.

O presidente do BC ressaltou que ainda não havia sido necessário ampliar sua atuação porque o fluxo de recursos para o país é positivo. Ilan, porém, admitiu que houve uma mudança relevante no cenário externo, que reduziu o apetite dos investidores pelas economias emergentes. Mas ressaltou que o Brasil tem fundamentos sólidos para suportar esse choque externo, com conta corrente equilibrada e um grande volume de investimentos externos:

— Nosso balanço de pagamentos, se comparado com os de outras economias emergentes, é muito mais confortável. Temos o equivalente a 20% do PIB em reservas.

Ilan evitou dizer se o país estaria sendo alvo de um ataque especulativo. O mercado vinha apostando se, após Argentina e Turquia, não seria a vez do Brasil.

— Isso tudo tem a ver com o momento mais turbulento no mercado. O real tem sofrido depreciações ou não. E também tenho dito: não vemos problema nenhum, inclusive, de passar ou não do máximo histórico de swap.

Juros não serão usados para frear dólar

Ele disse que a alta do dólar será tratada por mecanismos apropriados, não pela elevação dos juros:

— A política monetária olha para a perspectiva de inflação e não será usada para controlar a taxa de câmbio — afirmou, afastando rumores de uma reunião extraordinária do Copom. — Nunca ninguém falou sobre isso.

No entanto, a expectativa de um aumento da Taxa Selic desencadeou a elevação dos juros no mercado futuro. Os contratos do DI com vencimento em janeiro de 2020 passaram de 8,06% para 8,84%, tendo atingido, na máxima,

9,25%. Já os que vencem em janeiro de 2021 foram de 9,23% para 9,77%, batendo 10,31% na máxima.

Uma sondagem da XP Investimentos com 204 investidores institucionais mostra como os cenários eleitorais podem afetar a cotação do dólar e os juros. Eles preveem crescimento mais fraco e, se tivessem dinheiro investido no Brasil, estariam muito preocupados. A maior parte desses investidores (44%) acredita num segundo turno entre Jair Bolsonaro (PSL) e Ciro Gomes (PDT) e avaliam que o dólar tem mais chance de ficar entre R\$ 3,80 e R\$ 4, com a vitória de um dos dois. Segundo fontes do mercado, isso teria influenciado a cotação do dólar.

— O mercado apostou numa agenda econômica que não saiu. O governo até tentou novas medidas, mas é pato manco — avaliou Julio Hegedus Netto, economista-chefe da Lopes Filho & Associados.

Outro fator é a piora do humor dos investidores em relação ao Brasil após a greve dos caminhoneiros. O acordo costurado pelo governo terá custo fiscal. Pesquisas de opinião que mostraram o apoio da população a algum tipo de controle no preço dos combustíveis e a rejeição a uma eventual privatização da Petrobras sinalizaram que um candidato com agenda econômica mais reformista estaria com menos chances na corrida eleitoral.

O cenário político foi citado pela agência de classificação de risco Fitch, que divulgou um relatório em que avalia que as notas de crédito das empresas estão em tendência positiva em todos os países da América Latina, menos no Brasil. “A turbulência política em curso continua sendo uma das principais ameaças para as empresas brasileiras em 2018”, disse Debora Jalles, diretora da Fitch.

Apesar da alta do dólar, o presidente Michel Temer negou que haja risco de crise cambial. Ele creditou o movimento à expectativa de elevação de juros nos EUA.

— Não há risco (de crise cambial). É natural, o dólar varia muito — afirmou Temer.

Três áreas do Pré-Sal rendem R\$ 3,15 bilhões **Correio Braziliense - 08/06/2018**

O governo conseguiu arrecadar R\$ 3,15 bilhões dos R\$ 3,2 bilhões estimados na 4ª Rodada de Partilha de Produção do Pré-sal, realizada ontem, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Rio de Janeiro. Apesar de uma das quatro áreas ofertadas não ter sido arrematada, o governo comemorou ágio de 500% no bloco mais atrativo, o que garantiu uma média de 202,30% no leilão. A previsão de investimentos é da ordem de R\$ 738 milhões, e a arrecadação de tributos e royalties pode chegar a R\$ 40 bilhões em 30 anos.

As principais petroleiras do mundo marcaram presença na disputa e venceram aquelas que ofereceram o maior excedente em óleo, chamado lucro-óleo, à União. Ao todo, 16 empresas foram habilitadas a participar do leilão, que ofertou quatro áreas do pré-sal: os blocos Três Marias e Uirapuru, na Bacia de Campos, e Itaimbezinho e Dois Irmãos, na Bacia de Campos. Apenas Itaimbezinho, que tinha o menor valor de bônus de assinatura, de R\$ 50 milhões, não atraiu interessados.

Das 16 companhias registradas, 11 disputaram o bloco mais atrativo e mais caro do leilão, Uirapuru, ofertado com bônus de assinatura de R\$ 2,65 bilhões e percentual mínimo de excedente em óleo para a União de 22,18%. Com a disputa acirrada, o bloco foi arrematado com percentual de óleo-lucro de 75,49% por um consórcio formado pela Petrobras (30%) como operadora, pela Petrogal (14%), Statoil (28%) e ExxonMobil (28%).

O segundo bloco oferecido, o Dois Irmãos tinha bônus mínimo de R\$ 400 milhões e percentual mínimo de excedente em óleo de 16,43%. Foi vencido pelo consórcio formado pela Petrobras (45%), Statoil (25%) e BP Energy (30%) pelo percentual exato de 16,43%. O terceiro, Três Marias foi oferecido por um bônus de R\$ 100 milhões e percentual mínimo de 8,32% para a União. O consórcio formado pela Petrobras (30%), Chevron (30%) e Shell (40%) arrematou com oferta de 49,95% de óleo-lucro.

Preferência

Para o presidente da ANP, Décio Oddone, o leilão foi marcado pela competição. “Pela primeira vez, a Petrobras foi forçada a fazer uma oferta maior do que a inicial nos blocos em que exerceu preferência”, comentou. Segundo ele, o resultado da sistemática adotada pelo governo não será apenas o bônus de R\$ 3,15 bilhões. “O que vai trazer resultado lá na frente é a produção, a geração de emprego e renda, royalties e partilha de óleo-lucro para a União. As receitas esperadas pela União são de R\$ 40 bilhões, fruto do ágio que tivemos”, disse. A estimativa é em valores atuais ao longo do período do contrato, de 30 anos.

João Vicente Carvalho, secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), reiterou o êxito do certame. “O leilão foi um sucesso absoluto, clara indicação de que estamos no caminho certo”, comemorou. Conforme ele, a indústria petroleira vê projetos diferentes do que os analisados pela ANP. “O benefício de ter uma pluralidade de empresas avaliando os ativos é justamente conseguir capturar aquele investidor que é mais otimista em relação ao projeto. Isso ficou evidente na participação de 11 empresas das 16 qualificadas pelo bloco Uirapuru”, avaliou.

Indicador de emprego vai piorar em junho, abalado pela greve e incertezas

DCI - 08/06/2018

Os indicadores de emprego vão piorar em junho, absorvendo os impactos da greve dos caminhoneiros. Ainda sem uma definição política clara no País, a expectativa é que as contratações só tenham altas significativas no segundo semestre de 2019.

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) caiu 2,5 pontos entre abril e maio último, para 101,1 pontos, na terceira queda consecutiva do ano – situação que não acontecia para o período desde o início de 2015.

Na média móvel trimestral, a tendência de retração continua, com o indicador mostrando recuo de 2,9 pontos em relação aos três meses imediatamente anteriores.

De acordo com o economista e coordenador de sondagens da FGV, Itaiguara Bezerra, o indicador registrado em maio foi coletado até o último dia 23 – o que significa que quase não captou a greve dos caminhoneiros, iniciada dois dias antes (21).

“As expectativas em relação ao futuro estão diminuindo. O último indicador da Anfavea [Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores] sobre a produção de veículos em maio, por exemplo, teve queda de 15,3%. É uma sensibilidade que afeta o mercado de trabalho para junho”, afirma.

Ainda segundo da FGV, seis dos sete componentes do IAEmp tiveram variações negativas no mês passado, sendo que as maiores contribuições para esse movimento vieram dos indicadores que medem a situação dos negócios nos seis meses seguintes nos setores de Serviços e da Indústria de Transformação, com recuos de 6,2 pontos e 5,4 pontos, cada.

Para a técnica de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Maria Andréia Parente, ainda que o cenário esteja melhor do que o visto em 2017, os resultados estão abaixo do esperado e devem continuar ao longo de 2018.

Na comparação com maio de 2017, por exemplo, o indicador teve alta de 1,8 pontos.

“Temos taxas de desocupação menores – ainda que o que esteja puxando essa melhora seja a ocupação sem carteira –, mas a recuperação do emprego perdeu o fôlego. E isso porque o nível de instabilidade deixa todo mundo em compasso de espera. É um ritmo menor do que o projetado”, complementa a especialista.

Ao mesmo tempo, o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD), também divulgado ontem pela FGV, demonstrou um aumento de 2,3 pontos entre abril e maio último, para 96,5 pontos. Nele, as classes de renda que mais contribuíram foram as duas mais baixas: as de renda familiar até R\$ 2.100 e a faixa entre R\$ 2.100 e 4.800.

“Nesse indicador, o pessimismo é evidente. Ele mede a situação local das pessoas e mostra, sobretudo, que são as classes mais baixas que estão sendo mais impactadas e tendo mais dificuldade para arrumar emprego”, explica Bezerra.

Freios acionados

Além das questões domésticas, os especialistas entrevistados pelo DCI ponderam ainda o ambiente internacional, que não apenas mostra melhores resultados na economia norte-americana – o que intensificaria a depreciação do real vista nas últimas semanas –, mas também traz a iminência de uma guerra comercial.

“A economia demora para refletir os resultados positivos e, ainda que mostremos a projeção de um 2019 com crescimento mais significativo, a situação de melhora deve sair um pouco do cenário brasileiro e depender, muito, do que acontecer no exterior”, comenta o professor de economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Leonardo Trevisan.

“É um momento muito confuso. Todos estão em compasso de espera, ainda esperando um direcionamento político”, comenta Parente, do Ipea.

Ele reforça, ainda, que os empresários tendem a esperar até o ano que vem para entender o que deve acontecer, para só então voltarem com seus investimentos e contratação.

“Os motores não foram desligados, mas todo mundo tirou o pé do acelerador”, conclui.

Índice de preços sobe 1,64% em maio **DCI - 08/06/2018**

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) acelerou em maio, ao variar 1,64%, percentual maior do que o aumento registrado em abril 0,93%.

Com este resultado, o índice acumula alta de 3,91% no ano e de 5,20% em 12 meses. Em maio de 2017, o índice havia caído 0,51% e acumulava alta de 1,07% em 12 meses.

Um dos três componentes do IGP-DI, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) – que representa os preços no atacado – avançou de 1,26% em abril para 2,35% em maio. Na análise por estágios de processamento, a taxa do grupo Bens Finais variou de 0,21% em abril para 1,05% em maio. O principal

responsável por este movimento foi o subgrupo combustíveis para o consumo, cuja taxa passou de 3,05% para 8,92%. O índice de Bens Finais (ex), que resulta da exclusão de alimentos in natura e combustíveis para o consumo, subiu 0,62% em maio após registrar alta de 0,20% em abril.

Consumidor

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), por sua vez, subiu 0,41% em maio, ante 0,34% no mês anterior. A principal contribuição para o avanço da taxa do IPC partiu do grupo Habitação (0,26% para 0,73%). Nesta classe de despesa, vale mencionar o comportamento do item tarifa de eletricidade residencial, cuja taxa passou de 0,78% para 3,94%.

Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) aumentou 0,23% em maio, contra 0,29% no mês anterior. Os materiais, equipamentos e serviços ficaram em 0,39%, enquanto o índice que representa o custo da Mão de Obra registrou variação de 0,10%.

Sem propostas, governo aposta nas audiências públicas para ter consenso

DCI - 08/06/2018

Governistas fiéis ao Planalto pretendem ouvir a opinião de representantes dos caminhoneiros e do agronegócio, em audiências na comissão mista, para conseguir um consenso em relação ao texto da medida provisória (MP) 832/18, que visa melhorar as condições de contratação de fretes.

O texto cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas e determina a publicação da tabela com o valor de frete, sob responsabilidade da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Esta foi uma das principais reivindicações dos caminhoneiros para encerrar a paralisação. Ontem (7), a ANTT publicou a nova tabela, com uma redução de 20% do preço médio em relação ao preço de mercado.

Porém, para resolver a disputa entre caminhoneiros, agronegócio e indústria, o governo vai precisar recorrer ao apoio da oposição no Congresso. A composição com adversários é a solução para preservar a MP e tentar frear as pressões das bancadas ruralistas, do comércio e da indústria que reclamam dos valores de 30/5.

Sem ideias nem propostas concretas, o governo adotou a estratégia de indicar parlamentares afinados com o Planalto a postos-chave na comissão recém-instalada, na quarta-feira (6). Ontem (7), o relator da MP, deputado Osmar Terra (MDB-RS), ex-ministro de Desenvolvimento Social, disse que pretende fazer pelo menos quatro audiências para tentar algum acordo entre caminhoneiros e as empresas que contratam frete. Até a votação final, prevalecem os acordos da ANTT com os caminhoneiros para atender a categoria e responder às pressões do agronegócio. “Vamos ouvir todos os

setores, em especial o agronegócio, grande responsável pelo progresso do País e pela recuperação do PIB brasileiro. Todos têm de ser considerados, inclusive o motorista autônomo”, disse Terra.

No mesmo tom da oposição, ele apontou os caminhoneiros autônomos como elo mais fraco da cadeia de transportes de cargas no País e lembrou que a MP do Frete (832/18) já tem força de lei, mas ele prevê o confronto dos envolvidos até a aprovação final do MP.

Representante do PT na comissão mista, o deputado Henrique Fontana (RS) disse ao DCI que irá atuar em defesa dos caminhoneiros e contra a ofensiva de empresários do setor rural dispostos a recorrer até a Justiça para derrubar o tabelamento do frete. “Desestabilizar essa ideia do preço mínimo é querer botar fogo no país”, afirmou o petista, admitindo votar a favor da MP do Frete, mas sem pretender fechar com o governo sobre medidas prometidas para encerrar o movimento que gerou desabastecimento no País.

Judicialização da tabela

Mesmo com o risco de a tabela de frete ser derrubada pela Justiça, a redução do frete é algo não cogitado pelo presidente da Associação Brasileira de Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes. “A questão já está resolvida. Agora só restam alguns ajustes para alguns tipos de caminhões, como os caminhões de dois eixos, veículos três quartos e as caminhonetes do tipo furgão de 500 kg”, disse Lopes ao DCI.

Ontem (7), a Justiça do Rio Grande do Norte concedeu liminar a favor de duas empresas para suspender os efeitos da MP do Frete. A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que vai recorrer da decisão assim que for notificada.

Fogo amigo

Em outra frente, o governo quer o apoio de parlamentares ligados ao transporte de carga para aprovar a MP do Frete, como o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), que integra a comissão mista e é relator de projeto de regulamentação do transporte de cargas. Ele prometeu ontem incluir no texto da proposta uma espécie de anistia às transportadoras contra as multas de quase R\$ 1 bilhão aplicadas a mais de 140 empresas, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por desrespeito à ordem para desobstruir as rodovias.

Marquezelli informou que fez alguns ajustes no projeto substitutivo e disse que a nova versão não faz menção a nenhuma anistia propriamente dita, mas garante a possibilidade da conversão das multas e sanções, inclusive as que foram determinadas pela Justiça, em advertências.

Ilan descarta utilizar juros para controlar alta da taxa de câmbio

DCI - 08/06/2018

Após mais um dia agitado no mercado financeiro, quando surgiram especulações de que o Banco Central poderia subir a Selic extraordinariamente, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, veio a público e disse que não irá elevar a taxa básica de juros para conter a disparada do dólar ante o real.

“A política monetária olha para as expectativas de inflação e para o balanço de riscos”, disse Ilan. Durante o dia de ontem, o dólar chegou a R\$ 3,9146, alta de a ter alta de 2%, o maior valor desde o dia 1º de março de 2016, quando alcançou R\$ 3,94.

A escalada da moeda norte-americana ocorre em meio às incertezas políticas, que se agravaram nas últimas semanas com a greve dos caminhoneiros. Ilan disse que a autoridade monetária tem atuado para prover liquidez e continuará oferecendo contratos de swaps. Segundo ele, o BC conta com uma munição maior e oferecerá US\$ 20 bilhões em swaps até o fim da semana que vem, “sem prejuízo de atuações adicionais”. “Hoje, estamos usando esse seguro e podemos ir além dos máximos históricos”, finalizou Ilan, confirmando o que o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse mais cedo. O presidente do Banco Central garantiu que atua junto com o Tesouro Nacional para oferecer liquidez aos mercados de câmbio.

OIT mantém o Brasil na lista de países suspeitos de violar direitos trabalhistas

Valor Econômico - 08/06/2018

O Brasil continuará na lista de suspeitos de violação de direitos trabalhistas após decisão tomada ontem pela Comissão de Aplicação de Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a reforma trabalhista feita pelo governo Michel Temer.

A comissão reconheceu que não respeitou o ciclo regular de informações na análise da Convenção 98, sobre negociação coletiva, e nem mencionou qualquer violação a essa convenção, mas pediu para o governo apresentar informações sobre a aplicação da negociação coletiva até novembro.

"Estamos na lista e a consequência é apresentar relatório", disse o ministro do Trabalho, Helton Yomura. Em plenário, ao ouvir a conclusão da comissão, o ministro acusou esse mecanismo de politização, que, segundo ele, falhou em todos os aspectos da análise sobre o caso brasileiro.

Para Antonio Lisboa, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) - entidade fundamental na apresentação de queixa contra a reforma -, "longe de se livrar do problema, o governo brasileiro sofreu derrota internacional".

Para o sindicalista, uma consequência é a insegurança jurídica no país, já que a reforma trabalhista não tem consenso nem na Justiça brasileira. Ele acredita que agora os juristas poderão utilizar o argumento de que os peritos da OIT reconhecem problemas na compatibilização da reforma com a Convenção 98 sobre negociação coletiva.

O representante dos empregadores brasileiros, Alexandre Furlan, acha que a comissão da OIT fez interpretação muito extensiva da Convenção 98. "Essa convenção nunca disse que só se pode negociar para estabelecer condições mais favoráveis. Isso não existe nem na Constituição, que diz que em situação muito difícil pode-se reduzir jornada de trabalho e salários."

Para Furlan, como a própria comissão reconheceu que não respeitou o ciclo normal de apresentação de relatórios, que é a cada três anos, o Brasil pode não apresentar explicações em novembro e deixar para fazer isso em junho de 2019.

Em plenário, Yomura disse que os fatos "não deveriam ser fabricados" e que "vamos examinar oportunamente o texto, e se for o caso, oferecemos resposta", acrescentou, no que foi interpretado como uma contestação à conclusão da comissão.

O ministro acha que conseguiu mitigar os danos à imagem do Brasil. Uma aprovação da Comissão de Inquérito da OIT para examinar a reforma trabalhista, como queriam sindicatos com apoio de Uruguai e Venezuela, teria sido "uma extravagância completa", afirmou.

Para a CUT, o governo continuará tendo problemas em explicar dispositivos da reforma que os sindicatos estimam interferir na negociação coletiva, ao facultar a negociação individual, precarizar as relações de trabalho com adoção do intermitente, além de outros pontos.

O governo brasileiro vai agora liderar uma campanha, com apoio de países de peso, para rever o exame de normas trabalhistas pela comissão da OIT, por considerar que ela não foi imparcial e nem respeitou o aspecto tripartite da entidade (levando em conta as posições de governo, trabalhadores e de patrões).

É o dólar perto dos R\$4 **O Estado de S. Paulo - 08/06/2018**

Celso Ming

Por trás dessa grande procura por dólares estão as tais incertezas, as velhas agora acrescidas das novas. Projeções há alguns meses consideradas alarmistas estão se confirmando. As cotações do dólar no câmbio interno se avizinham perigosamente da marca dos R\$ 4. No segmento do dólar turismo, já passou a ser negociado a R\$ 4,10.

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, avisou que vai usar mais munição para estancar a forte procura de moeda estrangeira, e não serão os juros. Com isso tentou desmontar a correria para o câmbio. Ele deixou no ar o aviso de que aqueles que apostam na disparada do dólar podem se dar mal.

Apesar dos leilões de contratos de swap cambial realizados pelo Banco Central e apesar do fluxo positivo, ou seja, mesmo com maior entrada do que saída de moeda estrangeira do Brasil, no período de 30 dias terminado nesta quinta-feira, as cotações saltaram 10,20%.

Por enquanto não há como identificar ataques especulativos, que acontece quando as contas externas estão arrombadas. Hoje, ao contrário, elas continuam exuberantes. Desta vez, não dá nem para alegar que as condições externas passaram a ser determinantes para a disparada, na medida em que as tensões geopolíticas se agravaram e que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) começa o processo de retirada de moeda do mercado. O fator que predomina está aqui dentro.

Por trás dessa grande procura por dólares estão as tais incertezas, as velhas agora acrescidas das novas. O governo Temer já não mostra condições mínimas para arbitrar os conflitos distributivos que se acumulam. Os acordos fechados pelas autoridades são rompidos, não propriamente por falta da palavra dada, mas por falta de condições objetivas.

Nas manifestações desta pré-campanha eleitoral, os candidatos que mostram alguma viabilidade de se eleger enveredam por propostas populistas ou, então, pelo dismantelamento dos andaimes que ainda sustentam a estrutura fiscal do governo. A sensação que prevalece entre quem precisa de regras firmes para tocar para a frente a atividade econômica é a de que aumenta o risco de desarrumação.

Os recursos do Banco Central para conter a disparada do câmbio estão longe do esgotamento. E ainda há reservas externas de US\$ 380 bilhões que podem ser acionadas, como Goldfajn advertiu nesta quinta-feira.

As consequências imediatas dessa forte alta do dólar estão sobre a mesa de qualquer analista. Se persistir, o que parece agora improvável, será inevitável o aumento da inflação, a começar pelo encarecimento dos produtos importados e dos produtos de produção local cotados em dólares, como cereais, petróleo e minérios.

Esse avanço da inflação não parece motivo suficiente para que o Banco Central volte a puxar os juros básicos (Selic). É preciso saber primeiro até que ponto haverá inflação e até que ponto a meta, de 4,5% neste ano, estaria sendo atropelada. A inflação em 12 meses continua abaixo dos 3,0%.

A política do Banco Central continua sendo de fornecer dólares para evitar excesso de volatilidade das cotações. Mas já fica difícil saber o que é isso quando as altas diárias já ultrapassam os 2%, como nesta quinta-feira. Citi e Itaú desovam crédito podre de empresas

O Estado de S. Paulo

08/06/2018

O Itaú Unibanco e o Citi colocaram à venda carteiras de empréstimos de pessoas jurídicas vencidas e que não foram pagas, movimentando o mercado de crédito podre brasileiro durante o segundo trimestre. Tradicionalmente concentrado em carteiras inadimplentes de pessoas físicas, a venda de carteiras corporativas é vista como uma evolução desse segmento e atrai, especialmente, fundos estrangeiros especializados no assunto, também chamados de “abutres”. No caso do Itaú, o banco ofertou aproximadamente 40 casos de empresas em recuperação judicial. A instituição já recebeu oferta de dois interessados e espera fechar a operação até julho próximo. Nenhum grande caso está contemplado no bolo. Já o Citi, que após vender sua operação de varejo para o Itaú ficou focado apenas no segmento corporativo no Brasil, está ofertando cerca de R\$ 70 milhões de crédito de empresas médias. Esse processo está em fase inicial. Procurados, Citi e Itaú não comentaram.

» Tração. O Bradesco também está garantindo tração ao mercado de crédito podre. O banco recebeu ontem, dia 07, propostas de interessados para R\$ 5 bilhões em empréstimos vencidos e não pagos de pessoas físicas. São 5 milhões de créditos pulverizados em oito carteiras do próprio Bradesco, de sua financeira e da Losango (HSBC), com prazo médio de dois a dez anos. Desta vez, a auditoria responsável foi a PwC Brasil, com o banco dando sequência ao rodízio de consultorias. Na anterior, foi a E&Y.

» Quem leva?. O vencedor será eleito entre os três melhores lances. Desde que começou a acessar o mercado de créditos podres, o Bradesco já se desfez de cerca de R\$ 14 bilhões, sem considerar esta nova operação. O banco não comentou.

» Desistiu. Já o Santander Brasil ofertou uma carteira de R\$ 2 bilhões, mas decidiu engavetar a operação. O preço não agradou ao banco espanhol, que pode voltar a acessar o mercado de crédito podre no segundo semestre. O Santander também não se manifestou.

» Upload. O acordo sobre as perdas causadas pelos planos econômicos ocorridos nos anos de 1980 e 1990 atraiu cerca de 21 mil poupadores em pouco mais de duas semanas. Concluídos, entretanto, foram apenas 2,5 mil processos. Problemas na plataforma lançada no dia 22 de maio para adesão ao acordo como, por exemplo, no envio de documentos, impediu que o número fosse maior, ficando abaixo das expectativas dos bancos. Na próxima semana, começa a adesão dos poupadores nascidos entre os anos de 1929 a 1933.

» Dança das cadeiras. O Demarest Advogados acaba de trazer Daniel Andreoli do TozziniFreire como novo sócio da área concorrencial, dando sequência à estratégia de expansão desenhada para este ano. Com experiência de 17 anos nessa prática, Andreoli preside a Comissão de Estudos Econômicos e Regulação Econômica (CECORE) da OAB/SP.

» Novo foco. A Brasil Brokers prepara uma investida no ramo de educação corporativa voltada ao mercado imobiliário. A partir do segundo semestre de 2019, a companhia lançará cursos de gestão, legislação e vendas de imóveis, entre outros, com foco nos profissionais deste setor.

» Nº 1. A belga Swift, com foco no setor de segurança de transações financeiras, atraiu o primeiro banco brasileiro para o seu portfólio. O Bradesco aderiu ao serviço global de pagamentos (GPI, na sigla em inglês) da companhia, cujo fluxo diário gira em torno dos US\$ 100 bilhões. Trata-se de uma ofensiva para ter mais velocidade, transparência e rastreabilidade de transações internacionais.

» Escala. Além do Bradesco, outros 165 bancos já aderiram ao serviço da Swift, lançado em 2017, respondendo por 80% do tráfego de pagamentos internacionais da empresa. Até o momento, foram processados 50 milhões de pagamentos.

» Deu ruim. A alta do dólar frente ao real aumenta as dificuldades nas negociações de um “empréstimo” para a Andrade Gutierrez pagar uma dívida de US\$ 325 milhões, em bônus, vencida desde o dia 30 de abril. A operação teria como garantia as ações da CCR, com receitas em reais. O problema é que uma parte dos investidores consultados pela Pimco para participar da transação já estava desconfortável com tal garantia, dada a pequena participação da Andrade, de pouco mais de 14%, na empresa. Além disso, as ações da CCR têm se desvalorizado.

» Sussa. Os investidores dos bônus da Andrade estão, entretanto, curiosamente tranquilos. Desde o começo da semana, quando existia expectativa de que um desfecho positivo para a transação poderia ser anunciado, os bônus melhoraram de preço no mercado secundário. No entanto, há uma grande dúvida entre operadores do papel no exterior sobre o que está por trás desse movimento já que a semana praticamente acabou e não há qualquer sinalização da companhia sobre o tema.

O BC bem que avisou

O Estado de S. Paulo - 08/06/2018

Fernando Dantas

BC repetiu o alerta: havia dois riscos para a economia. O primeiro era de que reformas não fossem feitas. Outro era o cenário externo.

Tudo parecia caminhar bem para a economia brasileira no início do ano, com a inflação sob controle, juros em baixa histórica e atividade em recuperação. O desemprego permanecia altíssimo, mas era questão de tempo até que as coisas melhorassem.

Havia, claro, o gigantesco rombo estrutural das contas públicas, mas o mercado internacional estava tolerante e daria tempo ao País até que um candidato centrista e moderado começasse a atacar o problema no início de 2019, depois de vencer as eleições este ano.

O BC, entretanto, veio fazendo e repetindo o mesmo alerta desde pelo menos o ano passado: havia dois riscos relevantes para a economia e, pior ainda, a possibilidade de que ambos ocorressem ao mesmo tempo. O primeiro era o risco de que o Brasil não fizesse as reformas necessárias para atacar o problema do déficit fiscal estrutural.

Na ata da reunião do Copom de julho de 2017, por exemplo, pouco depois do escândalo das fitas que pôs a pique a reforma da Previdência, o BC escreveu que “a incerteza sobre a velocidade do processo de reformas e ajustes na economia (principalmente fiscais e creditícias) permanece como fator de risco principal”.

O outro risco, também reiterado ad nauseam pelo BC, era de que o cenário externo ultralíquido e complacente mudasse para pior.

Na ata de fevereiro deste ano, o BC não poderia ter sido mais explícito sobre o perigo da combinação dos dois fatores: “Uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária. Esse risco se intensifica no caso de reversão do corrente cenário externo favorável para economias emergentes”.

Pois bem, aconteceu. Desde o escândalo das fitas, o Brasil abandonou a agenda de ajuste fiscal estrutural e, nos últimos meses, o cenário externo virou para pior.

Há, na verdade, um terceiro fator do qual o BC, órgão técnico de Estado, compreensivelmente não trata diretamente na sua comunicação: o risco político da eleição presidencial. De certa forma, esse risco está indiretamente contido na fórmula da “frustração sobre a continuidade das reformas”. A cada vez mais possível vitória de um candidato populista não traz a menor segurança de que as reformas serão retomadas.

Nos últimos dias, e especialmente ontem, os mercados brasileiros entraram quase em pânico. A Bolsa já devolveu todos os ganhos dos primeiros meses de 2018 e entrou em território negativo no ano. A alta do dólar ante o real já se aproxima de 20% desde o início de janeiro. E o pior: os juros de mercado dispararam punitivamente, e vão fazer um estrago numa economia que já se

arrastava, afetando negativamente o emprego, a renda e a vida de milhões de brasileiros.

A piora recente se intensificou quando, na última reunião de maio, o Copom manobrou mal e assustou o mercado mantendo a Selic em 6,5%, após sinalizar que cortaria para 6,25%. Já a greve dos caminhoneiros fez o mercado finalmente despertar para o risco da vitória de um populista nas eleições. Quando não se faz a coisa certa principal, há uma tentação de se atribuir as más consequências a erros de natureza mais operacional, tática.

Dessa forma, é possível que alguém ache que o erro do BC em maio ou a greve dos caminhoneiros sejam os “vilões” da atual crise. Outros criticarão o timing, a forma e a intensidade das intervenções do BC nos mercados cambial e de títulos. Ledo engano. Tudo isso importa, claro, mas as causas da atual crise já estavam detalhadamente previstas nas atas do Copom: o sistema político e a sociedade decidiram jogar para o futuro o conserto do rombo fiscal, contando com um Deus brasileiro e um duradouro cenário externo amigável. O inverno, porém, chegou, e a cigarra vai ter de enfrentar o frio ao relento.

Reputação do BC piora crise **O Estado de S. Paulo - 08/06/2018**

Fábio Alves

Interlocutores acreditam que, com a reputação arranhada, o Banco Central não terá outra opção a não ser elevar os juros.

A reputação arranhada do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, está não somente tornando mais difícil o mercado se acalmar e se estabilizar, como também deixando os investidores mais sedentos por testar novos níveis no câmbio e forçar uma alta dos juros.

Antes da última reunião do Copom, a credibilidade da atual gestão do BC ainda estava intacta. Entre abril e maio, a nota de comunicação do BC despencou de 7,1 para 3,9, enquanto que a nota geral tombou de 7,1 para 5,4, segundo o Termômetro Broadcast, pesquisa mensal feita com agentes do mercado.

Em meio a uma crise aguda de confiança no mercado brasileiro, com o real tendo um desempenho claramente pior do que outras moedas frente ao dólar nos últimos dias, os movimentos do BC estão sendo quase que totalmente ignorados por um mercado que já não segue mais piamente a sinalização da autoridade monetária.

O mau humor com Ilan e os outros diretores começou com a surpresa do último Copom, quando o BC manteve a taxa Selic em 6,50%, após Ilan ter dado uma entrevista às vésperas do período de silêncio guiando as expectativas para um corte de juros. As intervenções recentes do BC no câmbio têm atraído críticas pesadas do mercado. Muitos interlocutores chegam a dizer que o BC não sabe

o que está fazendo e que os últimos anúncios no câmbio só incentivaram os investidores a testar a autoridade monetária.

O dólar não parou de renovar máximas, apesar das recentes intervenções no câmbio pelo BC. E as taxas dos contratos futuros de juros dispararam nos últimos dias, embutindo uma probabilidade majoritária de uma alta da Selic já na próxima reunião do Copom, marcada para os dias 19 e 20 deste mês.

Pela imprensa, o BC passou recados, “off the record”, para o mercado, reforçando o lema “não há relação mecânica entre câmbio e política monetária”, mas...não funcionou. “Se ele diz que não está nem aí com o dólar, obviamente está convidando o mercado a comprar mais dólares”, diz um economista renomado. O BC nega e diz que não faz declarações “off the record”.

O que pode acalmar o mercado agora? Intervir no câmbio com artilharia mais pesada? “Vender dólar não resolve. É paliativo”, sentencia outro renomado economista. “Sobrou apenas subir os juros.” Para ele, os argumentos de que a atividade está fraca e que o hiato negativo do PIB ainda é grande são todos razoáveis para condições normais. “Mas as condições agora não são normais”, diz. Por isso, a resposta do BC, neste momento, não pode ser normal.

“Uma alta da Selic no curto prazo não tem nada a ver com política monetária de médio prazo”, diz o mesmo economista. “Tem a ver com resposta extraordinária para condições extraordinárias. Até porque, quem sabe quem será o futuro presidente e, conseqüentemente, a taxa de câmbio nos próximos meses?”

Com vários países emergentes subindo juros (Argentina, Índia, Turquia, entre os principais) e o diferencial da taxa Selic versus a taxa dos Fed Funds no menor patamar da história, ficou muito barato apostar contra o real. Nesse ambiente, muitos interlocutores acreditam que, com a reputação arranhada, o BC não terá outra opção a não ser elevar os juros. “E não adianta vir com 0,25 ou 0,50 pontos-base”, diz um experiente operador do mercado. “No mínimo, tem que vir com 1 ou 2 pontos porcentuais.” Ao ter perdido a bala na agulha em termos de intervenção verbal, resta ao BC tentar administrar melhor a turbulência para reconquistar a confiança do mercado.

Dia Mundial dos Oceanos O Estado de S. Paulo - 08/06/2018

Leonardo Puntel

Nesta data a comunidade oceanográfica internacional celebra o Dia Mundial dos Oceanos, que atuam como o principal regulador do clima da Terra e são cenário da maior diversidade de vida, de ecossistemas, atividades econômicas, sociais e recreativas para a humanidade.

O Brasil, país de litoral extenso, tem vastos interesses no mar, resultantes dos anseios de seu povo que são sintetizados nos objetivos da Política Marítima Nacional com vista à utilização efetiva, racional e plena do mar brasileiro e de suas hidrovias interiores. A Marinha do Brasil (MB), desde 1954, quando foram realizados os pioneiros trabalhos sistemáticos pelo almirante Paulo de Castro Moreira da Silva, considera de suma importância o estudo das ciências do mar, mais especificamente a Oceanografia, em seu caráter multidisciplinar. Portanto, tal iniciativa foi fundamental para o desenvolvimento da Oceanografia não somente pelo papel de catalisador institucional, mas, principalmente, por dispor dos meios flutuantes indispensáveis, os navios hidro oceanográficos.

A compreensão da relevância da exploração sustentável dos oceanos para a sociedade brasileira advém da análise de sua importância econômica e estratégica. Nesse contexto, o País, herdeiro de uma das mais ricas tradições marinheiras e que realiza cerca de 95% do seu comércio exterior utilizando o modal marítimo, transporta apenas 1% desse montante em navios de bandeira brasileira. Esse paradoxo se torna ainda mais preocupante porque a grande maioria dos produtos da nossa pauta de exportação tem baixo valor agregado, o que faz com que a redução do custo logísticos torne-se reponderante para assegurar a competitividade no mercado internacional. Assim, é necessário estabelecer um perfil de frota própria para o País, o que também possibilitará a formação de condições adequadas para o fomento da construção nacional.

Para o Brasil e para o mundo os oceanos representam relevante fonte de energia e recursos minerais. No presente, a plataforma continental da área marítima de jurisdição nacional é fonte de petróleo e gás. Assim sendo, é necessário estimular medidas que propiciem ao País a continuidade da exploração segura, o controle e o efetivo aproveitamento dos recursos naturais ao longo da “Amazônia Azul”, extenso território submerso de área superior a 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Acentua-se, também, a necessidade de vigilância, que garantirá a correta preservação do meio ambiente marinho e a soberania do País nessa vasta área marítima.

A riqueza mineral em exploração, por si só, justifica investimentos na defesa de nossa “Amazônia Azul”, mas as perspectivas futuras reforçam tal necessidade. Nesse viés, estima-se um potencial de 114 gigawatts de energia limpa e renovável oriundo de ondas, correntes e marés, que poderá contribuir para a ampliação da oferta e para a diversificação da matriz energética do País. De modo suplementar, investigações apontam para um potencial mineral na área do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, na Cadeia Vitória-Trindade e na Elevação do Rio Grande.

A pesca oceânica e a maricultura evoluíram como atividades de indiscutível relevância para o aumento da produção nacional de pescado, bem como para a geração de emprego e renda.

As múltiplas oportunidades oferecidas pelos oceanos causam inevitáveis conflitos em razão da necessidade de harmonizar as atividades de exploração econômica com a preservação ambiental. A teoria do Gerenciamento Costeiro

Integrado é apresentada como uma estratégia para mitigar conflitos entre os diferentes setores, agências reguladoras e órgãos de governo.

Essa teoria é recente, de 1998, mas o Brasil a pratica desde 1974, com a criação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm), colegiado composto por 16 órgãos, com interesses muitas vezes conflitantes, mas que tem sido eficaz em encontrar soluções de consenso para o uso sustentável de nosso oceano, sendo exemplo de governança de nossa “Amazônia Azul”, dos seus recursos e de áreas de interesse da comunidade marítima brasileira, como o Atlântico Sul e a região Antártica.

O colegiado vem cumprindo seu papel de buscar a preservação e a proteção da produtividade e da biodiversidade dos ecossistemas, contando com participação de todos os setores sociais relacionados com o uso do mar, tendo como exemplos os resultados alcançados em programas coordenados pela Cirm como o Reconhecimento da Margem Continental (Remac), o de Geologia e Geofísica Marinha (PGGM), de Levantamento da Plataforma Continental (Leplac) e de Levantamento dos Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Revizee).

A sinergia entre a Marinha do Brasil, o empresariado e a academia, fomentada no escopo da Cirm, torna-se cada vez mais intensa. O passo mais recente foi a aquisição do Navio de Pesquisa Hidro-oceanográfico Vital de Oliveira, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a Petrobrás e a Vale. Esse navio, conduzido e tripulado por militares da MB, está equipado no “estado da arte” e constitui fator de força para as atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, no campo internacional, a Marinha representa o Brasil em diversos organismos internacionais relacionados à gestão dos oceanos, como a Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco, a Organização Hidrográfica Internacional, a Associação Internacional de Sinalização Marítima e a Organização Marítima Mundial. Adicionalmente, participa de programas nacionais e internacionais de coleta e disseminação de dados e previsões em estreita parceria com a comunidade científica internacional, coadunando-se aos esforços globais sintetizados no simbolismo do Dia Mundial dos Oceanos, que hoje celebramos.

Exploração sustentável do nosso mar é de suma importância econômica e estratégica para o País

Uma crise longe do fim

Valor Econômico - 08/06/2018

Bruno Silva

O pedido de demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobras não foi o desfecho da crise de abastecimento, agravada por uma sucessão de erros por

todos os lados. Na tentativa de conter a paralisação dos caminhoneiros que afetou severamente todo o país por duas semanas, o governo anunciou diversas medidas, dentre elas a interferência direta na Petrobras através do congelamento de preços do diesel por 60 dias em suas refinarias e redução de 46 centavos no preço final nas bombas dos postos. Além disso, os ajustes de preços passariam a ter periodicidade mensal, amortecendo as variações na cotação do câmbio e da commodity. Não poderia ser mais desastrosa esta ação de Brasília.

A inconsistência das promessas do governo aos grevistas revelou uma visão de curtíssimo prazo, com severos impactos no desenvolvimento do setor de combustíveis e para o contribuinte, já refém de uma carga tributária que representa metade do preço do óleo diesel na bomba dos postos.

O congelamento de preços e a interferência na periodicidade dos reajustes praticados nas refinarias oneram o Tesouro Nacional (leia-se cidadão brasileiro) pela necessidade de ressarcir a Petrobras, geram insegurança jurídica para o setor e podem trazer de volta a fórceps o monopólio do suprimento de combustíveis para a estatal.

É importante lembrar que a partir de 2016, quando a Petrobras passou a praticar preços mais alinhados com o mercado internacional e abriu mão da integralidade no suprimento de derivados no mercado interno, grandes investimentos privados em estrutura de movimentação e armazenagem nos principais portos do país viabilizaram o crescimento da atividade de importação de derivados de petróleo por distribuidoras de combustíveis e traders independentes.

Estimular o consumo de combustíveis fósseis como diesel e gasolina também contraria o movimento global de busca pela redução nas emissões de carbono e renovação das matrizes energéticas, atingindo em cheio as perspectivas do programa RenovaBio e do setor de etanol, este seriamente prejudicado em passado recente quando o preço da gasolina foi represado para conter a inflação.

O grande erro da Petrobras em sua política de preços, parafraseando Garrincha, foi não combinar com os russos. O problema não está no alinhamento de preços com o mercado internacional ou na periodicidade dos reajustes, mas em não alinhar suas ações com uma política pública setorial e simultânea para amortecimento das variações do petróleo potencializadas pela instabilidade cambial, o que vem se repetindo em todos os períodos pré-eleitorais no Brasil.

Uma sociedade de economia mista não pode assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento e execução de políticas de Estado, tarefas do governo federal, usando o dinheiro dos seus acionistas privados. Porém, o tom de Pedro Parente ao comunicar a redução de 10% no preço do diesel por 15 dias, em nome de uma suposta estabilidade para negociação entre governo e grevistas, politizou uma decisão que era estritamente técnica.

Mesmo contrariando a elevação da cotação do petróleo no mercado internacional, a redução do preço do óleo diesel no mercado interno seria um caminho natural para as refinarias brasileiras após mais de uma semana sem conseguir escoar sua produção, esgotando a capacidade de armazenamento de petróleo e derivados refinados. Não vendendo combustível no mercado interno, a estatal pode ser obrigada a reduzir ou até parar completamente a produção de suas refinarias, impactando também a produção dos poços de petróleo.

Sem o consumo das refinarias brasileiras, nossos poços de petróleo devem reduzir a produção ou exportá-la pelo preço que os compradores internacionais se dispuserem a pagar, sempre abaixo do preço de referência internacional, em razão da distância do Brasil para os grandes mercados de petróleo (EUA, Europa e Ásia), o que nos obriga, no mínimo, a descontar do preço de venda ao exterior o custo com transporte.

Exportando a produção de nossas refinarias com preços abaixo do mercado para alcançar a competitividade das grandes e modernas refinarias concorrentes, ocorre a redução de receitas no refino e nos campos de petróleo. A empresa deve calcular o tamanho do seu potencial prejuízo com a parada na produção de refinarias e poços de petróleo e propor, de forma pontual, ressalte-se, uma equivalente redução no preço dos derivados no mercado interno buscando acelerar o escoamento de produtos e manter suas operações regulares.

Ou seja, a restrição na comercialização dos combustíveis refinados no Brasil reduz o fluxo de caixa das refinarias, dificulta o investimento em modernização e ampliação do nosso parque de refino, desvaloriza os ativos existentes e consolida o país como exportador de commodity (óleo cru) e importador de produtos com maior valor agregado (os derivados do petróleo).

A solução definitiva está nas mãos do governo, mais precisamente no escopo do programa Combustível Brasil que tem por premissas a estabilidade regulatória, previsibilidade para investidores e preços livres, devendo atuar como agente regulador do mercado, através da Agência Nacional de Petróleo (ANP), estabelecendo regras sólidas que favoreçam investimentos privados, desonerando a Petrobras dos custos e responsabilidades por garantir o suprimento do país a qualquer preço, estimulando o crescimento desse importante segmento da economia e tão estratégico para nosso desenvolvimento. E também promover iniciativas voltadas ao desenvolvimento da nossa infraestrutura (dutos, ferrovias, hidrovias, rodovias e portos), protegendo os ativos existentes no país e estimulando investimentos em projetos de refino e transporte, principalmente interligando mercados internos e garantindo o escoamento da produção de nossas refinarias, reduzindo custos de produção e impactando diretamente a competitividade da nossa economia.

O anúncio de nova interferência do governo federal sobre a Petrobras, ao contrário, atinge em cheio os planos da empresa de vender ativos no setor de

refino, como já anunciado ao mercado. Afinal, é pouco provável encontrar quem se sujeitará a ser sócio do país em um empreendimento que poderá ser usado pelo acionista controlador para impor medidas que afetam sua própria sobrevivência.

Cidades inteligentes podem ser justas

Valor Econômico 08/06/2018

Homi Kharas e Jaana Remes

Em todo o mundo, os governos estão tornando as cidades "mais inteligentes" por meio do uso de tecnologia de dados e de tecnologia digital para desenvolver ambientes urbanos mais eficientes e habitáveis. Isso faz sentido: com o crescimento das populações urbanas e a sobrecarga da infraestrutura, as cidades inteligentes estarão mais bem posicionadas para administrar a transição acelerada.

Mas, diante do aumento atual da penetração dos sistemas digitais, há o perigo do aprofundamento da desigualdade de renda, a não ser que os governos municipais reconheçam que as soluções pautadas pela tecnologia são tão importantes para os pobres quanto o são para os ricos.

Embora segmentos populacionais não conectados possam se beneficiar de aplicativos atuantes no pano de fundo da vida cotidiana - como a sinalização inteligente que auxilia nos fluxos de tráfego -, eles não têm acesso a toda a linha de programas das cidades inteligentes. A atuação dos smartphones como a principal interface na cidade contemporânea, ao reduzir o abismo digital e ao conceder acesso a redes e aparelhos, é um primeiro passo decisivo.

Os profissionais de planejamento urbano podem também instalar tecnologia de forma a tornar as cidades mais inclusivas para os pobres, os deficientes físicos, os idosos e outras pessoas vulneráveis. Os exemplos disso já são abundantes.

Na cidade de Nova York, a Divisão de Engajamento Público da Prefeitura usa plataformas de dados interagências para coordenar o alcance, porta a porta, aos habitantes que necessitem de assistência. No Condado de Santa Clara, na Califórnia, a análise preditiva contribui para priorizar espaço habitacional para os sem-teto. No Metrô de Londres, um aplicativo chamado Wayfindr usa o Bluetooth para ajudar os passageiros deficientes visuais a percorrer seus sinuosos caminhos e escadas rolantes.

E em Kolkata, na Índia, uma start-up sediada em Dublin, capital da Irlanda, chamada Addressing the Unaddressed, usou o GPS para fornecer endereços postais a mais de 120 mil moradores de favelas em 14 comunidades informais. O objetivo é prover os moradores de um meio legal de obter carteiras de identidade biométricas, documento essencial para ter acesso aos serviços do governo e para se registrar como eleitor.

A saúde pública é uma das áreas em que pequenos investimentos em tecnologia podem trazer grandes benefícios a grupos marginalizados. No mundo em desenvolvimento, as doenças evitáveis respondem por uma parcela desproporcional das taxas de adoecimento. Quando se usam dados para identificar grupos demográficos com elevados perfis de risco, campanhas de baixo custo, baseadas em mensagens por aparelhos móveis, podem transmitir informações essenciais sobre prevenção.

Intervenções em áreas conhecidas como "saúde móvel", sobre questões como vacinação, sexo seguro e cuidados pré e pós-natais têm revelado ser um mecanismo de aprimoramento dos resultados de saúde e de redução dos custos para os sistemas de saúde.

Outra área pronta para a inovação é o desenvolvimento de tecnologias que ajudam diretamente os idosos. Nessa área, a criação de redes sociais locais pode auxiliar os mais velhos a permanecer conectados, talvez ao atraí-los para programas de mentoria e tutoria que desenvolvem laços intergeracionais. Pode-se também codificar plataformas eletrônicas de carreiras que farão a ponte entre aposentados e oportunidades de trabalho fora de casa. E mais cidades poderão realizar consultas de telemedicina e com vídeo para habitantes idosos incapazes de se deslocar com facilidade até um consultório médico.

Na verdade, as cidades de renda mais baixa que abraçam o planejamento inteligente reúnem, muitas vezes, maiores condições de se beneficiar, porque constroem infraestrutura a partir do zero. De acordo com pesquisa a ser divulgada em breve pelo McKinsey Global Institute, soluções de gestão inteligente podem melhorar em 10% a 30% os índices de saúde, segurança, ambientais e outros referentes à qualidade de vida. E, como revelou a pesquisa, as cidades situadas no limite superior dessa faixa são, muitas vezes, as mais pobres.

Os profissionais de planejamento urbano são às vezes acusados de promover praticidades digitais que favorecem os ricos e excluem os pobres. Mas, como já estão demonstrando cidades do mundo inteiro, é possível instalar tecnologias que atendem a todos - mesmo àqueles situados à margem da conectividade. À medida que o universo urbano se tornar "mais inteligente", as cidades terão oportunidade de se tornar mais inclusivas. A alternativa - a persistência e o aprofundamento dos abismos digitais entre as comunidades - não será facilmente desfeita.

Que futuro queremos? Valor Econômico - 08/06/2018

Suzana Kahn e Carlos Nobre

O mundo está em profunda e rápida transformação e as nações que almejam o progresso precisam se antecipar às mudanças. Em termos de mobilidade,

inovações tecnológicas em forma de eletrificação estão mudando a maneira como nos locomovemos.

O Brasil deve decidir se quer ser protagonista ou coadjuvante neste processo inevitável. Nesse sentido a nossa velocidade de ação poderá colocar o Brasil entre os líderes mundiais, dada as suas enormes vantagens comparativas na geração de energia elétrica limpa, ou, por outro lado, nos manter em posição de importador de bens e serviços de alto valor agregado.

A eletrificação dos veículos - onde é esperado que representem um terço do mercado rodoviário mundial até 2035 -, terá inúmeros efeitos nas cidades, principalmente em relação aos recursos energéticos distribuídos. O custo da bateria deverá ter uma redução acelerada, o que já deve acontecer em curto prazo com a nova fábrica de bateria da Tesla de grandes proporções, que já entrou parcialmente em operação em 2017 e tem previsão de entrar em operação completa ao final de 2020. Os custos das baterias despencaram em mais de 50% em 5 anos e espera-se que caiam ainda mais, chegando a um décimo do que custavam em 2015.

A baixa autonomia dos veículos elétricos tem sido resolvida em alguns municípios por meio da implantação de infraestrutura de carregamento. Outra iniciativa que contribui para o crescimento desse mercado é o avanço das tecnologias de transferência de energia dos veículos para a rede elétrica (V2G) para outro veículo (V2V) e para a residência (V2H). O desenvolvimento dessas novas tecnologias de armazenamento de energia próximas ao consumidor é complementar ao da geração distribuída. Com isso, os "prosumidores" - consumidores que produzem energia elétrica - contribuirão no armazenamento de energia quando ela não estiver sendo necessária. Além disso, a geração de energia distribuída a partir de fontes renováveis fará com que o veículo elétrico seja mais atrativo como meio de redução de emissões de carbono no setor de transporte.

Dessa forma, estima-se que até 2020 o custo do veículo elétrico (VE) será equivalente ao de um carro de motor a combustão interna, e combinado a outros fatores como a implantação de infraestrutura de recarga necessária para os VEs e aceitação cultural dessa nova tecnologia, se espera uma profunda alteração da frota mundial de automóveis, veículos leves de carga, ônibus e até mesmo veículos pesados de carga.

Apesar de todas essas evidências, o Brasil resiste em se preparar para dominar a tecnologia necessária para o desenvolvimento da eletrificação da frota de veículos e dirigir o emprego da bioenergia para mercados mais promissores. Um desses mercados seria o do transporte aéreo. Não se antevê ainda a eletrificação na aviação, que dependerá de combustíveis líquidos por algumas décadas. Assim, o emprego do etanol e produção de bioquerosene deveriam ser incentivados. No entanto, para migrar para estes outros usos, algum esforço é necessário, em termos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A habitual visão de curtíssimo prazo leva o país a incentivar a manutenção de uma tecnologia já esgotada de motores a combustão interna. Ao resistir às evidências seremos muito provavelmente um mercado para tecnologias e fábricas obsoletas dos países desenvolvidos. O argumento de que os veículos e a infraestrutura são mais caros não se sustenta no médio prazo. O Brasil também resistiu a investir em energia solar fotovoltaica usando os mesmos argumentos, o que nos deixou com uma participação pífia desta fonte de energia. Em 2004 as previsões de incremento anual de geração solar fotovoltaica eram de 6 GW no ano de 2030. Em 2016 este incremento chegou a 80 GW com os custos caindo vertiginosamente.

É bem provável que o mesmo ocorra com a eletrificação dos transportes e, a exemplo do que ocorreu com a energia solar, nós não estaremos alinhados com o avanço tecnológico.

O programa Renovabio, criado para subsidiar a expansão do uso do bioetanol como combustível de veículos flex para além de 2030 visando a redução de emissões de carbono, já nasce defasado com as tendências mundiais no setor de transportes. Entretanto, pode-se pensar em aliar o progresso tanto na produtividade da cana como nas tecnologias de segunda e terceira geração para a produção de biocombustíveis e a própria biomassa para primordialmente gerar bioeletricidade em usinas elétricas distribuídas.

Estas usinas se aliariam à hidreletricidade para aumentar a robustez do sistema elétrico interligado frente à intermitência com a entrada crescente das fontes renováveis eólica e solar. Assim como não observou o potencial de crescimento da energia solar fotovoltaica, o Brasil não está atento para a crescente importância mundial da bioeletricidade. A geração de energia elétrica a partir de biomassa no mundo, que era de 300 TWh em 2010, duplicará no final desta década e estima-se que em 2050, chegue a 3 mil TWh de acordo com dados de agências internacionais de energia.

Além disso, se as tecnologias de captura e armazenamento permanente do gás carbônico (CO²) efluente destas usinas de bioeletricidade em poços profundos evoluírem e se mostrarem viáveis, o Brasil poderia se transformar num dos principais países a contribuir com remoções de CO² da atmosfera - complementar aos planos de reflorestamento e restauração de ecossistemas -, meta necessária do Acordo de Paris para mantermos o aquecimento global abaixo de 2 graus Celsius.

A greve dos caminhoneiros fez a poluição na cidade de São Paulo reduzir-se em mais de 50% e a qualidade do ar esteve satisfatória durante a maior parte do período da paralisação, mesmo sob condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão de poluentes. A diminuição da queima de combustíveis fósseis nas cidades trará palpáveis benefícios à saúde dos brasileiros com a eletrificação da frota de veículos. Contribuirá igualmente para a saúde planetária. É hora de iniciar a transformação do Renovabio em Renovabioeletricidade.

Sem lei do teto, abre-se a caixa de Pandora

Valor Econômico - 08/06/2018

Claudia Safatle

Sem a reforma da Previdência não há como cumprir o teto do gasto público. Sem a lei do teto, abre-se a "caixa de Pandora". A partir dessa constatação - e tendo como pano de fundo que o risco de solvência do Estado não é mera figura de retórica - a reforma da Previdência se apresenta como um imperativo para qualquer dos candidatos à presidência da República.

A partir da convicção de que a lei do teto tem que ser cumprida e que a tentativa de mudá-la pode ter consequências nefastas para o país, os economistas Leandro Rothmuller, do Bocom BBM, Felipe Pinto, da Parcitas Investimentos, e o especialista em contas públicas e estudioso da Previdência Fábio Giambiagi concluíram o estudo "Reforma previdenciária em 2019 - Elementos para a tomada de decisão".

A essência da proposta é endurecer as condições iniciais e reduzir os prazos da transição do regime atual para o novo, sintetizou Giambiagi. Os autores tomaram como base o projeto de reforma do Executivo e as mudanças feitas pelo relator.

O funcionalismo público do Executivo, Legislativo e Judiciário, da União, dos Estados e dos municípios fica com uma fatura mais elevada do que no projeto debatido no Congresso. A vigência da idade mínima de 65 anos para homens e 63 para mulheres - idade final do novo regime - seria imediata. Aprovada a reforma em 2019, a regra para todos os servidores já vigoraria em 2020.

Ficam fora dessa regra os policiais militares que, junto com os militares, teriam um regime especial, e os professores da rede pública.

Parte importante da proposta, apontou Giambiagi, é a nova regra para o reajuste do salário mínimo, que terá que ser criada no ano que vem para vigorar em 2020. O estudo sugere que a correção, até 2031, seja apenas pela variação da inflação do INPC.

Para os trabalhadores urbanos, a idade mínima inicial seria de 60 anos para homens e de 57 anos para mulheres, em uma escalada de aumento que chegaria a 65 anos e 63 anos em 2032. As aposentadorias rurais começariam com 60 e 56 anos para homens e mulheres, respectivamente, até chegar a 63 para homens e 61 anos para mulheres em 2030. O trabalhador rural é o único que não converge para as regras do INSS no fim da transição.

Haveria, pela proposta, uma escala de 1 ano a cada 2 anos da exigência contributiva mínima para as aposentadorias pelo RGPS, atualmente de 15 anos para até 20 anos (a transição vai até 2030). No caso dos funcionários públicos, a contribuição iria até 25% e a transição se estenderia a até 2040. Retoma-se a

ideia do "pedágio" de 50% para o adicional de tempo em relação ao tempo remanescente para ter direito ao benefício.

A idade mínima para aposentadoria dos professores da rede pública começaria com 60 anos (homens) e 56 anos (mulheres) em 2020, chegando ao fim da transição, em 2034, com 65 anos e 63 anos. Os professores da rede privada começariam com idade mínima de 55 anos e 52 anos, para homens e mulheres respectivamente, em 2020 e a transição para 65 e 63 anos estaria completa somente em 2042.

Os gastos com benefícios de prestação continuada também teriam regras mais rígidas, com elevação da idade dos atuais 65 anos para 68 em 2024.

Em relação ao substitutivo do relator, a proposta dos economistas aumenta em 5 anos a exigência de idade mínima inicial e reduz o tempo de transição em 6 anos a dez anos para o trabalhador urbano do RGPS, conforme o gênero.

Levando em conta considerações de caráter político, os autores mantêm uma diferença de 2 anos na idade mínima entre trabalhadores urbanos e rurais e acabam com a distinção, no longo prazo, entre professores e não professores - aspecto importante para a recuperação das finanças dos Estados e municípios. Reduzem, também, a diferença entre homens e mulheres de 3 para 2 anos. A proposta preserva as regras de cálculo da aposentadoria e de concessão de pensões tal como definidas no substitutivo do relator da proposta no Congresso.

É importante saber como o país chegou à dramática situação fiscal que impõe a reforma. O gasto público assumiu uma trajetória de crescimento insustentável. Era de 11,1% do PIB em 1991, bateu em 20% do PIB em 2016, quando o Congresso aprovou a PEC do teto do gasto, que reduziu a despesa total para 19,5% em 2017. Boa parte do aumento decorreu da expansão dos gastos com benefícios do INSS que correspondiam a 2,5% do PIB no fim dos anos 1980 e atingiram 8,5% do PIB no ano passado.

Há três motivos para essa escalada, segundo o estudo: baixo crescimento do PIB - média de 2,5% ao ano nos últimos 26 anos; aumento real de 154,8% do salário mínimo do Plano Real para cá, que triplicou as despesas com a previdência e assistência social atrelada ao mínimo de 1,4% do PIB para 4,2% do PIB; e regras frouxas de concessão de aposentadorias e pensões no país.

Para se ter uma ideia da dinâmica dos benefícios, enquanto o gasto total (excluídas as transferências) cresce em média 0,2% entre 2016 e 2018, as despesas do INSS aumentam 5,5% em igual período. Sem a reforma e prevalecendo a lei do teto, em poucos anos a previdência consumirá todo o já comprimido espaço para as demais despesas públicas que caíram 6,8% de 2015 para cá.

Com a proposta de reforma dos economistas, o gasto público, que chegou a 20% do PIB, cairia para 16,3% do PIB em 2026 - desfazendo-se, assim, parte da gastança das últimas décadas.

Sem reforma, a Previdência consumirá as receitas até sobrar somente R\$ 60 bilhões para as outras despesas em 2026. Com a reforma proposta, essa margem cresce para R\$ 170 bilhões, em comparação com cerca de R\$ 250 bilhões este ano.

Os cálculos do trabalho foram feitos com base em um PIB de 2,5% ao ano e 3,5% de inflação, além de despesas com saúde e educação constantes em termos reais.

Um alento é apontado pelos autores da proposta. Há, em "outras" despesas, gastos que podem ser reduzidos no futuro, como os R\$ 40 bilhões do seguro-desemprego que podem cair uns R\$ 10 bilhões quando o país voltar a crescer, ou os R\$ 16 bilhões do abono salarial e os R\$ 4 bilhões da lei Kandir.

Por inapetência da elite política do país de encarar os problemas com soluções adequadas e tempestivas, o país chega frágil às eleições de outubro. E os candidatos mais competitivos não permitiram, até agora, se formar a menor ideia de futuro.

Dólar no divã

O Globo - 08/06/2018

Míriam Leitão

A moeda americana bateu em R\$ 3,96 e a bolsa chegou a cair quase 7% em mais um dia de desconfiança com o economia brasileira. O Banco Central se viu obrigado a fazer uma forte intervenção no mercado e as quedas foram amenizadas. Os investidores entraram em modo pânico sem que houvesse um motivo novo, e o que tem pesado nos últimos dias é o conjunto da obra: o rombo das contas públicas é crônico, o governo Temer está cada vez mais fraco, e os dois candidatos que lideram as pesquisas não passam confiança de que aprovarão as reformas.

Em setembro de 2015, o dólar chegou a R\$ 4,19, após o Brasil perder o grau de investimento, no início do segundo governo Dilma. Naquele momento, já estava claro que o país caminhava para um abismo fiscal, mas havia a expectativa de que a mudança de governo pudesse reverter o quadro. Desde a divulgação da conversa entre o presidente Temer e o empresário Joesley Batista, no entanto, a pauta governista passou a ser se salvar. A reforma da Previdência ficou pelo caminho, a privatização da Eletrobras não andou no Congresso, e as concessões feitas aos caminhoneiros mostraram que o governo está sujeito a pressões por mais aumentos de gastos.

Nos últimos dois meses, o dólar saiu de R\$ 3,36 para R\$ 3,90, pela cotação Ptax, do Banco Central. Um aumento de 16%. É a velocidade dessa alta que desorganiza a economia porque atrapalha os planos de investimentos, trava contratos de importação e de exportação, e faz com que os consumidores fiquem desconfiados de que há algo de muito errado com o país. Entre os investidores, isso gera movimentos de manada, com todos correndo na mesma direção ao mesmo tempo, o que pressiona ainda mais o preço dos ativos.

Em termos reais, ou seja, descontada a inflação do período, o dólar já passou de R\$ 7,00 em 2002, antes da eleição do ex-presidente Lula. Em outros momentos de crise aguda, como 1998, no governo Fernando Henrique, também foi maior. O país, hoje, nunca teve uma posição tão sólida para se proteger de uma crise cambial, com reservas elevadas, baixo déficit em conta-corrente e inflação baixa. Mas a situação das contas públicas é precária, e os investidores se perguntam: quanto vale a moeda deste país desgovernado?

Ilan x Tombini

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, elevou o tom ontem e disse que poderá quebrar o recorde de venda de dólares no mercado futuro, com o uso do chamado swap cambial. O que deixa Ilan confortável para fazer esse tipo de anúncio é que a inflação está abaixo do piso da meta. Ou seja, ele não está vendendo dólares porque está preocupado com a inflação, mas sim dando liquidez ao mercado de câmbio. Na gestão Tombini, foi o contrário, o BC tentou segurar o dólar com o uso de swaps porque o IPCA estava acima do teto da meta.

Real perde mais

No balanço da semana, o real está entre as moedas que mais se desvalorizaram no mundo. A perda foi de 4,62%, contra 2,75% do peso mexicano, 2,13% do rand sul-africano e 0,03% do rublo russo, segundo balanço da corretora Mirae Asset. Algumas moedas de emergentes ficaram mais fortes, como o dólar australiano e a lira turca. Ontem, as bolsas americanas fecharam no azul, enquanto o Ibovespa fechou no vermelho em 2,97%. É mais um sinal de que a volatilidade é provocada pela crise interna.

EMPREGOS. Estudo da CNC apontou criação de 2,7 mil vagas no turismo de janeiro a abril deste ano no país. Já no estado do Rio houve fechamento de 2,8 mil.

Sindicatos em xeque

O Globo - Merval Pereira - 08/06/2018

O fim da contribuição sindical obrigatória, estabelecido pela reforma trabalhista recentemente aprovada no Congresso, está em disputa no Supremo Tribunal Federal (STF), onde existem 15 ações contra a medida, de sindicatos e

confederações que se julgam prejudicados, e uma da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), que entrou com uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) pedindo que o STF reconheça dispositivo que tornou facultativo o desconto da contribuição sindical.

O relator do processo, ministro Edson Fachin, já anunciou que votará pela inconstitucionalidade desse trecho da reforma trabalhista, entendendo que ele afeta o modelo de sindicalismo definido pela Constituição, um tripé formado por unicidade sindical, representatividade obrigatória e custeio das entidades por meio de um tributo.

Para o ministro, a nova legislação acabou com a cobrança sem oferecer um período de transição para a implantação de novas regras relativas ao custeio de sindicatos, e também permitiu à União promover renúncia fiscal sem analisar o impacto financeiro.

O debate, portanto, como avalia o advogado que representa a Abert, Gustavo Binenbojm, transcende a simples discussão sobre tributos, envolvendo a estrutura de incentivos da organização sindical no Brasil. Há três teses em discussão no Supremo, sendo a crucial a que afirma que a reforma trabalhista violou a Constituição ao tornar facultativa a contribuição sindical, o que, segundo alguns entendimentos, subverteria o caráter tributário de tal contribuição.

Nesta linha, só por emenda constitucional a contribuição sindical poderia ser banida ou transformada numa contribuição facultativa. Binenbojm argumenta que a reforma trabalhista não mexeu com a contribuição para o sistema confederativo de cada representação sindical, que é fixada pela assembléia geral de cada entidade. O que ela fez foi disciplinar a contribuição sindical, que anteriormente era tida como um verdadeiro tributo pela “vetusta” CLT, descontado de empresas e trabalhadores, independentemente de serem sindicalizados e de seu consentimento.

A Constituição, argumenta Binenbojm, ao consagrar a liberdade de associação e de sindicalização, dá a entender o caráter facultativo de tais contribuições. A nova legislação passou a consagrar clara e expressamente a facultatividade da contribuição, dependendo de prévia e expressa autorização dos participantes de uma determinada categoria econômica ou profissional.

No caso, a reforma trabalhista, na visão de Gustavo Binenbojm, “fez uma opção clara e inequívoca pela natureza privada e facultativa da referida contribuição, o que é algo compatível com o caráter privado das entidades sindicais e com a facultatividade da sindicalização, que são princípios consagrados na própria Constituição”.

Outra discussão é sobre o entendimento dos sindicatos da nova legislação, que teria deixado a decisão sobre a obrigatoriedade ou não da contribuição às assembléias de cada entidade sindical. O advogado que representa a Abert considera que essa interpretação representa a manutenção do velho modelo,

“pois bastará aos sindicatos decidirem pela obrigatoriedade pela maioria de suas assembléias para restabelecerem a obrigatoriedade que a nova Lei banuiu.”

O objetivo da reforma trabalhista ficaria prejudicado, pois, para Bijembojm, a proposta é permitir ao trabalhador escolher se quer se sindicalizar e, como corolário lógico, se deseja pagar a contribuição sindical.

O último argumento dos sindicatos é o de que a facultatividade da contribuição levaria ao enfraquecimento da estrutura sindical brasileira, com o que concorda o ministro Edson Fachin. Para Gustavo Binenbojm, é razoável supor que os sindicatos mais atuantes e que tenham maior credibilidade junto às suas categorias receberão as contribuições de grande número de membros das categorias econômica e profissional.

Copa do Mundo

A partir de domingo, me transfiro para o caderno especial de esportes, onde escreverei às terças, quintas e domingos uma coluna com temas paralelos à Copa do Mundo de futebol na Rússia, ligados à geopolítica internacional e à tentativa de Putin de reforçar a imagem de seu país no exterior, da mesma maneira que outros países dos BRICS já fizeram, como o Brasil, que realizou uma Olimpíada e uma Copa do Mundo. Lá como cá, há denúncias de corrupção nos estádios construídos para a Copa, e muitos se tornarão elefantes brancos.

Corrida maluca

O Globo - 08/06/2018

José Paulo Kupfer

Os mais dramáticos poderiam dizer que o mercado financeiro brasileiro viveu ontem uma “quinta-feira negra”. Depois de uma manhã de grande agitação, nos pregões vespertinos o dólar chegou a R\$ 3,97, fechando o dia em R\$ 3,92 em alta de 2,25%. As operações com contratos de derivativos de câmbio, negociados na B3, só na primeira parte dos negócios do dia, somavam R\$ 18 bilhões, pelo menos 20% a mais do que a média diária em tempos normais.

No mesmo período, o Ibovespa em queda livre rompia para baixo a barreira dos 72 mil pontos, com perdas superiores a 6%, acalmando um pouco nas proximidades do fechamento, com perda de 3%. As operações no Tesouro Direto, a certa altura, foram suspensas, e os negócios com contratos de juros foram temporariamente travados no começo da tarde.

Em alta nervosa, os juros futuros indicavam 100% de chances de o Banco Central elevar a taxa básica de juros em 0,25 ponto e um pouco menores de alta de até 0,75 ponto, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para daqui a menos de duas semanas. Daqui ao fim do ano, as taxas

futuras de juros precificavam novas altas, num acumulado de 1,25 ponto acima da taxa atual de 6,5% nominais ao ano.

Tudo isso acontecia em meio a tentativas de intervenção pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional crescentemente agressivas. Além da venda de dólares por meio dos swaps cambiais já incorporados ao calendário, com razão diária de US\$ 750 milhões e rolagem integral das operações a vencer nos próximos meses, o BC injetou US\$ 2 bilhões em leilão extraordinário no fim da manhã. O Tesouro operou forte, comprando e vendendo lotes adicionais de papéis da dívida pública, buscando acalmar a curva de juros.

Quando o pânico, como ontem, toma conta dos pregões, refletindo a irracionalidade característica dos mercados submetidos a estresses, o resultado das intervenções oficiais costuma ser o mesmo de enxugar gelo. Nessas horas, a pretensa vacina contra ataques especulativos, representada pela manutenção de altos — e fiscalmente custosos — volumes de reservas internacionais, funciona tanto quanto o seguro contra desarranjos econômicos agudos também pretensamente oferecido pelo sistema de metas de inflação e pelo regime de câmbio flutuante. Ou seja, quase nada.

É confortável, na teoria, a situação das contas externas brasileiras. Além do colchão de US\$ 380 bilhões em divisas externas — o equivalente a cerca de 20% do PIB, quando o próprio FMI considera mais do que suficiente algo como 12% a 15% do PIB —, a situação da balança em transações correntes se mostra tranquila, com um déficit abaixo de 1% do PIB, coberto com sobras pelo ingresso de investimentos externos diretos. Situação em nada comparável, por exemplo, com a explosão das cotações do dólar na transição do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique para Lula, ocasião em que as reservas não chegavam a US\$ 40 bilhões.

O problema é que nenhum colchão de liquidez, vacina antiespeculação ou seguro contra incêndios cambiais consegue ser efetivo diante de uma reação que, na verdade, pouco tem a ver com os fundamentos da economia. Assim como em 2002 ou no “Joesley Day” de um ano atrás, quando veio a público o teor escandaloso de uma conversa noturna do presidente Michel Temer com um empresário envolvido em grossa corrupção, a crise atual se alimenta principalmente de componentes políticos.

Temores de que as urnas presidenciais de outubro sufraguem um candidato “populista”, combinados com a fragilidade do governo, cruamente exposta pela incapacidade de conter a desorganização produtiva deflagrada pela greve do setor de carga rodoviária, é que estão de fato por trás das turbulências dos dias recentes nos mercados de ativos. Daí ser possível especular pelo menos duas hipóteses. Uma, que a corrida contra o real, embora com momentos de calma no meio do caminho, não dará tréguas até o desfecho da eleição — já há apostas em um dólar a R\$ 4,50 até lá. Outra é que, vencendo um “reformista”, em pouco tempo as cotações da moeda americana recuariam — há quem estime R\$ 3,50 ou até menos.

Nem por isso se deve negar a existência de fatores objetivos nessa corrida maluca dos mercados. O primeiro e mais importante deles é o início do processo de normalização das condições monetárias nos Estados Unidos, expresso pelo anunciado aumento das taxas de juros de referência. Ao reduzir a atração dos juros locais face às taxas oferecidas pelos papéis americanos, o movimento promove revoadas de dólares dos mercados emergentes para o porto mais atraente e seguro. O contágio entre emergentes é inevitável, ainda que alguns, como o Brasil, se encontrem, no momento, com suas contas externas menos desajustadas, pelo simples fato de que os investidores compensam perdas em uns mercados com recursos retirados de outros.

E o mercado entra no jogo eleitoral

Correio Braziliense - 08/06/2018

O governo até que tenta reagir, mas, para acalmar de vez o mercado, que ontem elevou o dólar a quase R\$ 4,00, só mesmo um candidato a presidente da República comprometido com as reformas estruturais capazes de dar tranquilidade ao país. O cenário traçado nas reuniões mais reservadas de analistas econômicos é o de que, diante da alta dos juros nos Estados Unidos (fator externo), a impopularidade do atual governo e a inclinação do eleitor a candidatos mais “imprevisíveis” deixam o mundo das apostas econômicas sujeito a fuga de capitais e a dólar alto.

A previsão dos analistas é a de que o valor do dólar na eleição será o piso do futuro governo se o vencedor não for comprometido com as reformas estruturais. É o mercado mostrando do que é capaz de fazer, caso o eleitor continue apostando nos extremos.

Meirelles vai a Marun

Pré-candidato do MDB a presidente da República, Henrique Meirelles foi ao Planalto, ontem pela manhã conversar com o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun. Tudo para tentar conquistar algum apoio dentro do partido, que, como já se sabe, movimenta-se para todos os lados. Buscou até mesmo o ex-ministro Nelson Jobim, que, até o momento, prefere ficar longe dessa confusão.

Por falar em Meirelles...

A avaliação interna do MDB é a de que o ex-ministro está errando muito ao não cortejar o partido. Afinal, a candidatura terá que ser submetida à convenção partidária de junho. Ou Meirelles começa a coletar os votos emedebistas desde já ou terá dificuldades.

Efeito Tocantins

Depois que a ex-ministra da Agricultura e presidente da CNA, Kátia Abreu (PDT), chegou em quarto lugar na eleição suplementar para o governo do Tocantins, começaram as apostas de que integrantes de outros partidos que contam com o apoio de Lula podem ter o mesmo fim.

E o Bolsonaro, hein?

O deputado Jair Bolsonaro ficou para lá de feliz com sua conversa com o general Eduardo Villas Bôas, divulgada ontem com exclusividade pela coluna. A avaliação da equipe é a de que ele começou a quebrar resistências na cúpula militar.

Ataque desnecessário/ O presidente Michel Temer acompanhou parte da sabatina do Correio Braziliense com os pré-candidatos ao Planalto. Não gostou nada dos arroubos de Ciro Gomes. Ciro disse, na sabatina, que o Congresso tinha sido o pior momento da sua vida, com Eduardo Cunha e Michel Temer batendo bola — “um já foi para a cadeia, e o outro vai”.

Moral da sabatina/ A maratona de entrevistas do Correio com os pré-candidatos a presidente na última quarta-feira foi considerada por muitos políticos e marqueteiros a largada da campanha. Ali, deu para perceber até quem vai bater em quem: Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB) miram em Jair Bolsonaro (PSL); enquanto Marina Silva mira no PT.

Por falar em Ciro.../ Com Benjamin Steinbruch livre de seus compromissos na Fiesp e pronto para ser vice na chapa de Ciro Gomes ao Planalto, os políticos abriram a bolsa de apostas: Steinbruch já foi chefe de Ciro Gomes e a única pessoa com quem o ex-ministro não brigou. Até quando isso vai durar é a grande aposta.

Chiquinho na roda/ Fiel escudeiro do ex-presidente José Sarney, o ex-senador Francisco Escórcio (foto) era saudado esta semana no Palácio do Planalto como candidato a vice na chapa de Roseana Sarney ao governo do Maranhão.

Crise de confiança

Correio Braziliense - 08/06/2018

Correio Econômico

A crise que afeta o país a pouco mais de quatro meses das eleições presidenciais faz muitos investidores traçarem um cenário preocupante para o país. Vários analistas esperam que o dólar alcance R\$ 5, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) derreta durante o processo eleitoral e após a definição de quem comandará o Palácio do Planalto. Para piorar, as expectativas para a variação do Produto Interno Bruto (PIB) foram revisadas para mais próximo de zero do que dos 3% de crescimento estimados no fim do ano passado. Muitos lembram que o momento atual remonta à crise de 2002, quando o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva despontava na liderança das pesquisas de intenção de voto e tinha um discurso econômico totalmente reprovado pelo mercado.

Em 2018, dois candidatos, um de direita e outro de esquerda, lideram as pesquisas de intenção de votos. De um lado, o deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ) não transmite confiança aos investidores. Eles avaliam que o discurso moderado que o parlamentar tenta adotar perde valor quando é levado em conta o histórico de votações dele no Congresso Nacional. A maioria das medidas sugeridas pela equipe econômica do governo, como teto de gastos

públicos ou o cadastro positivo, tiveram voto contrário do ex-capitão do Exército.

De outro lado, está Ciro Gomes (PDT-CE), que deixou claro não ter qualquer compromisso com ajustes e reformas. Ele diz que, se for eleito, o Banco Central (BC) passará a ter um duplo mandato, de combate a inflação e estímulo ao emprego. Na avaliação da economista-chefe da CM Capital Markets, Camila Abdelmalack, a piora do cenário internacional, aliada à crise doméstica, tem potencial para afetar significativamente o preço dos ativos. Para ela, o mercado começou a precificar uma perspectiva de piora da economia, o que era esperado para o segundo semestre. “Em eleições anteriores, nesse momento, as cartas já estavam na mesa. Agora, não temos qualquer clareza do que vai acontecer. Apenas que os extremistas estão na ponta. E isso gera muita volatilidade”, comentou.

Em meio ao fogo cruzado no país, o mercado cobrou clareza do BC, que não deixava clara a estratégia de atuação diante da escalada do dólar. O presidente da autoridade monetária, Ilan Goldfajn, anunciou, ontem, que ofertará US\$ 20 bilhões em contratos de swap cambial até o fim da próxima semana. Só não deixou claro se esse montante se refere à soma das rolagens feitas diariamente e aos novos contratos ofertados, ou se serão recursos adicionais.

Como de costume, o presidente do BC não quis fazer nenhuma declaração sobre o fato de o cenário eleitoral ser um dos principais componentes da volatilidade. Além disso, não quis admitir que parte do movimento começou com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter os juros inalterados em 6,5% ao ano, após seguidas indicações de que continuaria reduzindo a taxa.

Agora, ao indicar que não medirá esforços para conter a volatilidade cambial, Ilan afirma que o estoque de swaps cambiais pode até ultrapassar o recorde histórico de US\$ 110 bilhões acumulados durante a gestão de Alexandre Tombini no BC. E há quem diga que os dois estão mais parecidos do que nunca.

Assim que chegou à presidência do Banco Central, em junho de 2016, Ilan deixou claro que se distanciaria da imagem de seu antecessor. Para ele, a gestão de Tombini havia sido desastrosa, sobretudo por atender aos pedidos da então presidente Dilma Rousseff para que a autoridade monetária determinasse a política de juros de acordo com os interesses do Palácio do Planalto.

Não se pode negar que, nos últimos dois anos, Ilan conseguiu não só apagar o histórico da gestão de Tombini, como reconstruir a credibilidade do BC. Porém, da mesma forma que se distanciou de Tombini, Ilan se aproxima rapidamente do antecessor.

Os primeiros passos foram dados em meados de maio, quando o Copom surpreendeu o mercado ao manter a Selic inalterada em 6,50%, mesmo após sinalizar que os juros cairiam 0,25 ponto percentual. Ao induzir o mercado ao erro, trincou a relação com os investidores. Tombini era mestre em dar cavalos de pau na política monetária.

A hesitação do BC em atuar no mercado de câmbio para conter a arrancada do dólar empurrou Ilan para mais perto de Tombini. Ontem, ao convocar entrevista coletiva para anunciar medidas mais duras para conter o ataque contra o real, Ilan disse que a situação do país é robusta, com reservas internacionais elevadas e contas externas ajustadas. Tudo como Tombini.

Ainda sinalizou que, se necessário, o BC vai superar o limite histórico de intervenção no mercado de câmbio por meio de contratos de swap, nos quais o banco aposta na queda do dólar e na alta dos juros. Mesmo o BC pagando caro por essas operações, o dólar não caiu durante a gestão de Tombini, e parece que o mesmo ocorrerá agora.

Ilan afirmou que o BC não usará a taxa de juros para segurar a alta do dólar. Tombini disse o mesmo. Logo depois das eleições de 2014, no entanto, o BC elevou os juros. Teremos eleições em outubro próximo. Começou a contagem regressiva para ver quanto Ilan e seu time vão aumentar a Selic. Na visão dos operadores, não se trata mais de quando será a alta dos juros, mas de quanto.

Mal na foto 1

Um fato chamou a atenção na coletiva concedida pelo presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldajn. Os diretores de Assuntos Internacionais, Tiago Berriel, de Política Econômica, Carlos Viana, e de Política Monetária, Reinaldo Le Grazie, sentaram à mesa com ele. Os diretores de Administração, Carolina de Assis Barros, e de Relacionamento Institucional, Maurício Moura, ficaram na plateia.

Mal na foto 2

O presidente do BC também se irritou com os sucessivos questionamentos sobre sua eventual saída do cargo, sobre o fato de o país ser vítima de um ataque especulativo e sobre o fato de ter criado um ruído na última reunião do Copom. “Muitos consideraram a decisão acertada naquele momento”, disse o comandante da autoridade monetária.

Pesquisa mostra que cenário de emprego é ruim, mas vai melhorar

Correio Braziliense - 08/06/2018

Mercado S/A

Pesquisa realizada pela consultoria de recrutamento Robert Half entre 9 de abril e 24 de maio traz duas conclusões interessantes. A primeira: o cenário de

emprego no Brasil é bastante nebuloso. De acordo com o estudo, o índice de confiança de recrutadores e profissionais (empregados e desempregados) do mercado de trabalho caiu 0,5 ponto percentual em relação ao período anterior pesquisado, passando de 31,4 para 30,9 pontos. Importante: índices abaixo de 50 indicam pessimismo. A segunda conclusão é mais curiosa. Quando os entrevistados foram perguntados a respeito da expectativa para os próximos seis meses, o clima é de otimismo. Nesse caso, o índice de confiança chega a 50,2 pontos. Segundo Fernando Mantovani, diretor-geral da Robert Half, por mais que a eleição traga um clima de incertezas, o mercado aposta que o país vai melhorar. “Por isso, acreditamos que o número de contratações nos próximos seis meses será o dobro do ano anterior”, diz Mantovani.

20 jogos

da Premier League, a liga inglesa de futebol, serão transmitidos pelo serviço de streaming da Amazon em 2019. A compra dos direitos de transmissão mostra que a gigante de comércio eletrônico tem ambições que vão muito além do varejo. O valor do negócio não foi revelado.

Black & Decker sofre com produtos chineses

A americana Stanley Black & Decker, famosa no Brasil por suas ferramentas e furadeiras, está preocupada com o aumento dos problemas relacionados à sua marca no país. Embora mantenha uma fábrica em Uberaba, importa da China produtos como ferros de passar roupa e balanças para uso doméstico. Esses equipamentos estão lotando os serviços de assistência e queimando a reputação da empresa. O CEO global, James Loree, pediu um estudo interno para buscar alternativas para reverter a situação.

Dell pressiona o Brasil para melhorar performance

O bilionário americano Michael Dell, fundador e CEO da fabricante de computadores que leva seu sobrenome, aposta no aumento de vendas na América Latina e África para reduzir os prejuízos no mundo. No início da semana, em reunião com os principais executivos, Dell pressionou para que os mercados emergentes, entre eles o Brasil, melhorem a performance. A Dell contabilizou perdas de US\$ 636 milhões no primeiro trimestre fiscal de 2018, finalizado em 4 de maio.

Zema Petróleo foca em produtores rurais

A Zema Companhia de Petróleo, uma das maiores distribuidoras de combustível, planeja ampliar a atuação no segmento de Transportador Revendedor Retalhista (TRR). Trata-se de um modelo de venda de combustível a granel, com foco em produtores rurais e empresas instaladas fora dos centros urbanos. “Queremos fidelizar o maior número de clientes possível, principalmente fazendas, construtoras e transportadoras”, diz

Leceandro Martins, diretor da divisão de petróleo da empresa, sediada em Araxá (MG).

Rapidinhas

» O agravamento da crise hídrica no Nordeste está incentivando o aumento dos investimentos em geração de energia alternativa. Exemplo disso é a Tecno gera, fabricante de geradores que opera uma unidade em Lauro de Freitas, na Bahia. Os bons resultados levaram a empresa a anunciar investimentos de R\$ 20 milhões para ampliar a capacidade produtiva.

» O mercado de criptomoedas continua avançando no Brasil. A mais recente novidade é a Obit, empresa especializada na compra, venda e transferência de bitcoins 100% mobile e que possibilita investimentos a partir de R\$ 30. “Qualquer um que tenha um smartphone poderá usar o aplicativo para comprar e vender bitcoins”, diz o CEO Yosi Bekker, que espera chegar a uma carteira de 50 mil clientes até o final de 2018.

» E o Rota 2030? A demora do governo para definir o novo regime automotivo já virou piada entre as montadoras. “Se tudo continuar nesse ritmo, o Rota vai entrar em vigor só em 2030 mesmo”, diz o vice-presidente de vendas e marketing de uma das gigantes do setor. “Vai ver que é daí que surgiu o nome do programa.”

“A economia moderna cresce como um adolescente inundado por hormônios. Devora tudo que encontra pela frente, mas cresce mais depressa do que podemos registrar”

Yuval Noah Harari, doutor em história pela Universidade de Oxford e autor do best-seller mundial Sapiens — Uma breve história da humanidade

Impasse na Inteligência Artificial

DCI - 08/06/2018

Sergio Cusmai

A área de Inteligência Artificial vive hoje um grande impasse: de um lado, há as empresas que trabalham apenas com acumulação de dados e, de outro, as que apostam nos algoritmos.

O surgimento de novas soluções, entretanto, demonstrará a capacidade de reconciliação entre ambas e de potencialização dessas duas possibilidades.

Além dos mitos clássicos que envolvem a Inteligência Artificial – como o de que substituirá o homem tanto nas atividades diárias quanto no local de trabalho –, há ainda todas as lendas de natureza técnica. E, somam-se a isso, rivalidades que, definitivamente, só travam o desenvolvimento e confundem o usuário.

A maior controvérsia no âmbito da Inteligência Artificial gira em torno dos chatbots, soluções com limitações de recursos e de informações para responder os usuários de maneira assertiva. Como consequência dessas frustrações provocadas contato após contato, surge a descrença do consumidor.

Não podemos negar que existam ferramentas que alimentam essa decepção, mas, por sorte, não são todas assim. Essa é uma área em constante avanço.

Para entender porque existe esta espécie de abismo que coloca, de um lado, as experiências impessoais e pouco úteis com os bots e, de outro, os assistentes virtuais assertivos que oferecem uma atenção agradável, rápida e confiável, é preciso colocar em discussão as diferentes maneiras com que trabalhamos a Inteligência Artificial.

Empresas world class de desenvolvimento são um claro exemplo dessa metodologia que utiliza grande volume de informação. Esse método funciona muito bem quando há muita informação acumulada. Porém, trata-se de algo que demanda tempo, o que muitas vezes não temos, principalmente em uma era em que qualquer empresa que aposte em inovar nessa área, precisa provar resultados satisfatórios desde o primeiro dia.

De outro lado, a possibilidade de resposta diante da combinação de algoritmos tem ganhado mais detratores. Isso se deve ao fato de que, até hoje, o mercado não havia encontrado uma maneira de alcançar altos níveis de assertividade com esse método. Porém, acredito que, agora, tenhamos conseguido êxito na Cognitive, empresa do grupo argentino Apex America, com o nosso mais recente lançamento.

O Iago é um assistente virtual especializado em Customer Experience que funciona com uma combinação algorítmica única de classificadores e redes neurais capazes de analisar a expressão do usuário de diferentes pontos de vista e com técnicas distintas.

Com isso, a qualidade dos dados prevalece sobre o volume de informação. Desse modo, conseguimos 70% de assertividade desde o primeiro dia, uma média real muito superior a qualquer outro assistente de Inteligência Artificial.

Para dissipar definitivamente as nuvens que rodeiam essa dicotomia presente na Inteligência Artificial, a experiência parece indicar que não se trata de definir um método em detrimento de outro.

Trata-se de seguir experimentando, inovando e criando soluções disruptivas que, talvez, como no caso da nossa ferramenta, possam combinar o melhor de cada um para se obter, então, um resultado altamente satisfatório e que realmente agregue valor para a atividade econômica e também para a sociedade.

China vai taxar frango do Brasil em até 34%

O Estado de S. Paulo - 08/06/2018

A China vai impor tarifas para o frango brasileiro a partir de amanhã, afirmou o Ministério do Comércio do país após descobrir, em uma decisão preliminar, que a indústria doméstica foi substancialmente prejudicada pelas importações de produto brasileiro.

As medidas devem prejudicar os negócios externos de gigantes nacionais dos alimentos como a Seara, controlada pela JBS, e a BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão.

A decisão chega num momento difícil para a indústria do frango no Brasil, que ainda se recupera de um recente escândalo de segurança alimentar. E também ocorre enquanto os Estados Unidos pressionam para recuperar acesso ao mercado chinês de frango, dentro das atuais discussões de tarifas comerciais. Em fevereiro, o Ministério do Comércio da China removeu uma tarifa sobre frangos importados dos EUA.

O presidente americano, Donald Trump, tem imposto tarifas a produtos de diversas partes do mundo, mas elegeu o superávit comercial chinês como alvo prioritário das mudanças que a Casa Branca está fazendo em sua política comercial.

Empresas chinesas que compram frango brasileiro serão obrigadas a fazer depósitos, em dinheiro, de 18,8% a 34,4% do valor das aquisições, frisou o ministério em um comunicado. Segundo a decisão, a penalidade impostas à Seara ficará em 18,8%, enquanto o depósito exigido da BRF será de 25,3%.

Participação ampliada. O Brasil contribuiu com mais de 50% das vendas de frango à China, o segundo maior consumidor do produto no mundo, entre 2013 e 2016. O dado foi fornecido pelo próprio ministério, quando anunciou a investigação sobre o tema, em agosto do ano passado. Em 2017, a fatia brasileira nas vendas de frango à China teria superado a marca de 50%.

“Durante o período da investigação de danos, a quantidade de produtos importados e a participação da mercadoria brasileira continuou a crescer, enquanto os preços de produtos domésticos similares foram drasticamente reduzidos, causando sérios danos a indústrias domésticas”, disse o ministério.

O governo afirmou também que, ainda que exista uma tendência positiva em algumas regiões para a indústria doméstica, os preços de venda e os lucros caíram, enquanto os estoques subiram, fazendo o setor operar no prejuízo.

Reunião do G-7 começa em clima de ‘racha’ entre Europa e EUA

O Estado de S. Paulo - 08/06/2018

O clube das sete nações mais industrializadas do mundo se reúne no Canadá a partir de hoje em um clima de hostilidade sem precedentes em relação aos Estados Unidos, o que levou o ministro das Finanças da França, Bruno Le Maire, a dizer com ironia que não existe mais o G-7, mas o “G-6 mais um”. No centro da disputa estão as tarifas sobre a importação de aço e alumínio impostas pelo governo Donald Trump sob o argumento de que elas são necessárias para proteger a segurança nacional do país. Na quarta-feira, dois dias antes da abertura do encontro, a União Europeia anunciou que vai impor tarifas sobre US\$ 3,3 bilhões em importações dos EUA, em retaliação à barreira. Se ela ainda estiver em vigor dentro de três anos, serão adotadas novas tarifas, de US\$ 4,2 bilhões. Analistas e investidores temem que a disputa escale para uma guerra comercial, que poderia afetar o crescimento da economia mundial.

A chanceler alemã, Angela Merkel, disse que as conversas serão “difíceis” e não abrangerão apenas a questão comercial. Europeus e americanos também racharam em relação ao acordo sobre o programa nuclear do Irã, abandonado por Trump. No ano passado, o americano já havia se distanciado do continente ao retirar os EUA do Acordo de Paris sobre mudança climática.

O chefe do Conselho Nacional Econômico da Casa Branca, Larry Kudlow, deixou claro que Trump não pretende ceder às pressões contra as tarifas. Segundo ele, o sistema multilateral construído em torno da Organização Mundial do Comércio (OMC) está “quebrado” há cerca de 20 anos – ele não mencionou isso, mas o período é semelhante ao da entrada na China na instituição, em 2001. “O presidente está tentando consertá-lo”, afirmou Kudlow.

Déficit. Trump se queixa com frequência do déficit comercial dos EUA com muitos de seus parceiros – em especial a China, ignorando as razões estruturais que impulsionam as importações americanas. “O presidente gostaria que outros países atendessem a nossos pedidos. Até agora, eles não o fizeram de maneira satisfatória”, disse. Entre as demandas, estão a redução de tarifas e o aumento da compra de produtos dos EUA.

Os sinais do distanciamento entre Washington e seus aliados ficaram evidentes em um tuíte postado ontem pelo presidente francês, Emmanuel Macron, líder europeu de mais próxima relação com Trump: “Os 6 países do G7 sem os Estados Unidos são um mercado maior que o mercado americano. Não podemos esquecer.”

Duas horas mais tarde, Macron publicou outro post: “O presidente americano pode não se importar em ficar isolado, mas nós também não nos importamos em assinar um acordo de seis países se for necessário. Porque esses seis

países representam valores, eles representam um mercado econômico que tem o peso da história atrás dele e que agora é uma força internacional real”.

Disputa entre EUA e México pode beneficiar carne suína brasileira

Valor Econômico - 08/06/2018

Os exportadores brasileiros de carne suína pediram esta semana ao Ministério da Agricultura para acelerar as tratativas com as autoridades do México a respeito da abertura do mercado daquele país ao produto nacional, disse ao Valor o vice-presidente de mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin.

A intenção é aproveitar a oportunidade aberta pela disputa comercial travada entre Estados Unidos e México atualmente. Em retaliação à sobretaxa aplicada pelo governo Donald Trump contra o aço e o alumínio, o México anunciou quarta-feira uma sobretaxa de 20% sobre uma lista de produtos americanos, entre os quais a carne suína.

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o México é o terceiro maior importador mundial de carne suína, atrás apenas de Japão e China. No ano passado, os mexicanos importaram 1 milhão de toneladas do produto. Os Estados Unidos são os principais fornecedores de carne suína aos mexicanos.

"Com a tarifa de 20% [aplicada aos americanos], passamos a ser competitivos", afirmou Santin. Segundo ele, o México também criou uma cota livre de tarifa de 350 mil toneladas para ocupar o espaço que era normalmente preenchido pelos EUA.

Segundo o vice-presidente da ABPA, o Brasil já tem a documentação necessária para pleitar a abertura do mercado do México. Diante disso, o Ministério da Agricultura já acionou a adida agrícola no México para agendar uma reunião com autoridades do país.

A abertura efetiva do mercado do México deve demandar uma missão sanitária de técnicos ao Brasil, o que costuma demorar. No entanto, as tratativas podem acontecer mais rapidamente diante da necessidade mexicana de ampliar o número de fornecedores, avaliou Santin. Ele não mencionou um prazo exato para a abertura.

Para o Brasil, o México significará uma alternativa à Rússia, que está fechada ao produto brasileiro desde o fim de 2017. Até então, os russos respondiam por 40% das exportações de carne suína do Brasil. Em maio, o Ministério da Agricultura avisou aos exportadores que Moscou poderia reabrir o mercado ainda naquele mês, mas a expectativa foi frustrada. O mercado russo continua fechado e muitos duvidam que haverá uma reabertura antes da Copa do Mundo, que começa semana que vem na Rússia.

No momento, os grandes beneficiários da sobretaxa mexicana à carne suína dos EUA são os produtores europeus. Na terça-feira, o ministro da Economia do México, Ildefonso Guarjado, afirmou que o país "seguramente" buscará a Europa para importar carne suína.

No ano passado, a União Europeia liderou as exportações globais de carne suína, com 2,8 milhões de toneladas, segundo o USDA. Os EUA ficaram na segunda posição, com 2,5 milhões de toneladas. O Canadá ocupou a terceira posição e o Brasil a quarta, com embarques de 786 mil toneladas. As exportações globais do produto somaram 8,3 milhões de toneladas.

O multilateralismo sem a liderança americana

Valor Econômico - 08/06/2018

Apenas uma ou duas décadas atrás, a governança econômica mundial era relativamente simples. Os EUA diziam às economias avançadas do G-7 o que pensar, o G-7 dizia ao FMI e a outras agências multilaterais o que fazer, e era isso.

A ascensão da China e a crise financeira mundial demoliram a ideia de que os EUA e o G-7 tinham legitimidade e peso suficientes para manter o show na estrada - e isso foi antes da chegada de Donald Trump e de sua profunda aversão ao multilateralismo. O G-7 foi suplantado pelo G-20, que obteve conquistas sólidas no campo da regulação financeira, mas teve impacto muito menor no comércio ou sobre as tensões cambiais que dominaram os anos pós-crise.

Com seu principal ator fora de cena, a situação da cooperação internacional é talvez a pior desde o colapso do sistema de taxas de câmbio fixas de Bretton Woods, nos anos 70. Nenhuma nova potência hegemônica deverá surgir em breve, capaz de preencher o vazio deixado pelos EUA. E não está claro se a vontade americana de liderar o sistema financeiro e comercial mundial voltará quando Trump deixar a Casa Branca.

O que deveriam fazer as outras grandes economias? Ninguém tem o tamanho, a coesão interna nem um engajamento efetivo com uma abordagem multilateral para assumir o papel dos EUA.

A União Europeia é o candidato mais provável. Mas o bloco é prejudicado pelos interesses individuais de seus países membros, inclusive a Alemanha. Quando precisa tomar decisões, Berlim costuma adotar uma perspectiva de curto prazo, focada na proteção de suas próprias exportações, em detrimento de uma visão abrangente que vise proteger e ampliar uma economia mundial baseada em regras.

É mais fácil diagnosticar o problema do que resolvê-lo. Mas, por mais limitadas que sejam, há pelo menos algumas coisas que as outras grandes economias avançadas podem fazer. Uma delas é manter as estruturas de diálogo e de

formulação de políticas, tanto quanto possível. O G-7 provavelmente não conseguirá quase nada nesta semana, a não ser atacar Trump verbalmente - com notável admoestação a um membro do grupo. Mas pode ao menos mostrar que o sistema não se desintegrou.

A outra opção, necessariamente fora do G-7, é tentar coordenar a reação às táticas comerciais agressivas de Trump e construir uma cooperação que passe ao largo dos EUA. O Japão, que tradicionalmente tem um papel relativamente passivo na diplomacia do comércio internacional, tomou inesperadamente a iniciativa de reviver a Parceria Transpacífico depois que Trump tirou os EUA do acordo.

Um compartilhamento de táticas também será útil, mesmo em diferentes teatros de combate. O México e o Canadá têm resistido à intimidação americana na tentativa de renegociar o Nafta. A UE, apesar de suas hesitações, decidiu impor tarifas retaliatórias contra os EUA, em vez de tentar uma política de conciliação com Trump.

Até a China, com quem raramente se pode contar para iniciativas multilaterais, informou francamente a Casa Branca que as ofertas feitas recentemente no sentido de abrir sua economia serão retiradas se os EUA concretizarem suas ameaças de impor tarifas.

Nada disso representa um substituto abrangente para o G-7 de décadas passadas ou para o G-20 dos anos mais recentes. Porém há mais que as grandes economias do mundo podem fazer em vez de sucumbir ao caminho do desespero. A Presidência de Trump não durará para sempre, e elas precisam se posicionar de maneira a aproveitar se e quando a era do nacionalismo econômico agressivo estiver, felizmente, no passado.

Trump e Macron discutem à véspera do G-7 da discórdia

Valor Econômico - 08/06/2018

Os líderes do G-7, o grupo das sete grandes economias avançadas, farão hoje e amanhã uma reunião de cúpula, no Canadá, mais divididos do que em qualquer outro momento dos 42 anos de história do grupo. As políticas do presidente dos EUA, Donald Trump, que privilegiam "os EUA em primeiro lugar", ameaçam causar uma guerra comercial mundial e agravar as fissuras diplomáticas.

Numa tentativa de reconstruir o setor industrial americano, Trump impôs sobretaxas às importações de aço e alumínio, incluindo dos aliados importantes do G-7 (formado por EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá). Ele ameaça ainda usar leis de segurança nacional para fazer o mesmo com as importações de automóveis e retirou os EUA do Acordo Clima de Paris e do acordo internacional para evitar que o Irã construa uma bomba atômica.

O presidente da França, Emmanuel Macron, que buscou uma relação próxima com Trump, surpreendeu ontem ao dizer que os demais países do G-7 deveriam ser "respeitosos" para tentar convencer os EUA, mas que "nenhum líder é eterno", num sinal de que a União Europeia não se renderá docilmente ao líder americano.

"Talvez o presidente americano não se importe em ficar isolado hoje, mas não nos importamos em ser seis, se for o caso", disse Macron. "Porque esses seis representam valores, representam uma economia de mercado e, acima de tudo, representam uma força real no âmbito internacional hoje", afirmou.

O premiê do Canadá, Justin Trudeau, prevê "discussões vigorosas" sobre comércio, mas outros países do G-7, como Japão e Itália, estão menos dispostos a desafiar Trump.

Na reunião em Charlevoix, no Quebec, Trump ficará cara a cara com líderes mundiais cujas visões não batem com as suas numa série de questões, que vão do comércio ao meio ambiente, além do Irã e da mudança da embaixada dos EUA em Israel para Jerusalém.

Trump sinalizou ontem que não está disposto a ceder, em encontro com o premiê do Japão, Shinzo Abe, que vem tentando cultivar uma relação amigável com o presidente americano. Na reunião, em Washington, Trump questionou Abe sobre as importações americanas de automóveis e disse que quer mais investimento japonês no coração industrial americano de Michigan, Pensilvânia e Ohio.

Abe não é o único líder mundial que vem tentando cativar Trump, mas sem conseguir concessões do presidente americano.

"Neste cenário, acima de tudo temos de permanecer sempre respeitosos, produtivos e tentar convencê-lo a manter os EUA a bordo, porque eles são nossos aliados históricos e precisamos deles", disse Macron sobre os EUA, em entrevista coletiva ontem com Trudeau, em Ottawa. Trump tem uma relação fria com o premiê canadense, o anfitrião da cúpula do G-7.

Pedidos de outros países membros por isenções das tarifas dos EUA ao aço e ao alumínio, que entraram em vigor em 1º de junho, foram ignorados em Washington. "Obviamente também teremos algumas discussões muito duras sobre o comércio", disse Trudeau. O Canadá está envolvido na disputa com Washington por causa do aço e do alumínio e na renegociação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

Em tom irônico, Trump retrucou pelo Twitter: "Por favor, digam ao premiê Trudeau e ao presidente Macron que eles cobram tarifas maciças dos EUA e criam barreiras não monetárias [ao comércio]". E acrescentou que está "ansioso para encontrá-los" hoje.

Macron observou, porém, que os EUA não são mais a única superpotência econômica do mundo e exortou os outros países industrializados a permanecerem unidos.

Mas seu pedido de união pode não ser atendido nem mesmo dentro da União Europeia. A Alemanha sugeriu fazer concessões comerciais aos EUA, por temer uma escalada das tensões nos automóveis, que prejudicaria empresas como a BMW e Mercedes Benz.

A UE enfrenta ainda novos desafios econômicos e políticos internos, além daqueles representados pelo unilateralismo de Trump. Uma fonte a par do assunto disse que a Itália quer "criar o maior espaço possível para continuar dialogando com os EUA", observando que o novo premiê italiano, Giuseppe Conte, um novato na política, terá muito cuidado no Canadá porque "precisa conhecer a dinâmica do grupo".

O Japão também deverá adotar uma postura menos confrontadora que seus pares do G-7, ao mesmo tempo em que pressiona silenciosamente por vantagens comerciais. Abe tem mais em jogo do que apenas as tarifas, e Trump lhe assegurou que pressionará o líder norte-coreano King Jong-un na questão das centenas de cidadãos japoneses que foram sequestrados pela Coreia do Norte. O Japão já disse que não poderá normalizar as relações diplomáticas com o país se a questão não for resolvida.

Economicamente também, a Europa pode ter mais a perder se Trump decidir adotar a sobretaxa à importação de automóveis. A recuperação europeia da crise financeira de 2008-2009 tem sido bem mais lenta que a dos EUA, onde o Federal Reserve (Fed) está prestes a aumentar novamente as taxas de juros, enquanto o Banco Central Europeu (BCE) continua aplicando medidas da época da crise.

Os mercados financeiros globais foram abalados pelas ameaças de Trump, embora tenham se recuperado parcialmente. Mas seguem vulneráveis, e o novo governo da Itália também traz um risco.

Trump pode ter menos a temer que Europa e Japão (em lento crescimento) numa guerra comercial, em termos de perdas econômicas se o "G-6" retaliar com tarifas.

"Isso [a ameaça de retaliação comercial dos parceiros] não deverá dissuadir o presidente Trump, dado o crescente déficit comercial de U\$ 570 bilhões dos EUA, especialmente se ele se sentir acuado", disse Olivier Desbarres da consultoria de estratégia econômica 4X Global Research.

EUA devem ter PIB forte no 2º trimestre, mas pode ser o pico do ano

Valor Econômico - 08/06/2018

Indicadores apontam para uma forte aceleração do PIB americano no segundo trimestre, após um começo de ano de desaceleração. Economistas estão elevando as projeções de crescimento para taxas anualizadas bem acima de 3%, chegando até a 4,8%. Uma das variáveis que vem surpreendendo é o comércio exterior, com a redução do déficit impulsionada pelas exportações recordes de petróleo.

Contudo, o Goldman Sachs alerta que a economia dos EUA pode atingir o pico de crescimento no atual trimestre e perder força no restante do ano. Também o ex-presidente do Fed (o banco central americano) Ben Bernanke alerta para o risco de superaquecimento da economia seguido por uma forte desaceleração quando o impulso proporcionado pelo corte de impostos do governo Trump perder força, por volta de 2020.

Apesar dos persistentes temores de que o mundo pode estar diante de uma guerra comercial e de desaceleração em outras grandes economias, as exportações de petróleo dos EUA mais que dobraram desde janeiro de 2017, para uma média de 1,7 milhão de barris por dia até agora este ano, segundo o Departamento de Energia.

Essa alta é impulsionado pela produção doméstica recorde de petróleo e pelo desconto em torno de US\$ 10 por barril do petróleo WTI (americano) em relação ao Brent - referência para a maior parte do petróleo produzido na Europa, África e Oriente Médio.

O setor de xisto ajudou a elevar a produção americana de petróleo para acima de 10 milhões de barris por dia neste ano, um recorde. Analistas estimam que a produção continuará a crescer em virtude de novas tecnologias e áreas de exploração, e a exportação pode superar a marca de 2 milhões de barris/dia.

Outros indicadores recentes - balança de bens, desemprego, atividade industrial e de construção - também apontam para um forte impulso econômico.

Duas medidas de PIB em tempo real, uma do Federal Reserve de Nova York e outra da divisão de Atlanta, apontam para uma expansão de 3,3% e de 4,5% do PIB dos EUA no segundo trimestre. O Departamento do Comércio divulga a primeira prévia do PIB do segundo trimestre em 27 de julho.

Mas Jan Hatzius, economista-chefe do Goldman Sachs, alerta que o efeito positivo dos estímulos fiscais e das condições monetárias favoráveis logo atingirão o auge.

Bernanke disse que a economia dos EUA está recebendo estímulos num momento "errado", pois já está em "pleno emprego" e há o risco de despencar em 2020.

Setor privado pede acordo de investimentos na OMC

Valor Econômico - 08/06/2018

Companhias brasileiras têm quase US\$ 200 bilhões em ativos no exterior, o que é uma boa razão para o país defender a negociação de um acordo global de facilitação de investimentos na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A mensagem foi dada ontem pelo setor privado brasileiro na OMC durante o "Trade Dialogues", uma iniciativa do diretor-geral da entidade, Roberto Azevêdo, que juntou mais de 60 representantes de empresas grandes e pequenas de todos os cantos do mundo para discutir desafios que o comércio mundial enfrenta.

Pelo Brasil, participaram a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Embraer. Estiveram presentes representantes de multinacionais como Unilever, Alibaba, Fedex, DHL, Adidas, Amazon, Apple, BT Group, Associação de Exportadores de Bangladesh, Business Europe, Cargill, Consumers International, Diageo, Dow Chemical, Ericsson, Google, Huawei, Keidaren, Samsung, Syngenta, entre outros.

Todos defenderem a OMC e o sistema multilateral de comércio. "Como representante do setor privado brasileiro, expressamos nossa profunda preocupação com tentativas de se enfraquecer o sistema multilateral de comércio", afirmou Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de desenvolvimento industrial da CNI. "O comércio mundial precisa de regras previsíveis e de regras que são aplicadas a todos. Sem isso, consequências negativas sobre o emprego e a renda mundial serão inevitáveis."

Os executivos defenderam ações em questões prioritárias, como uma negociação de acordo de facilitação de investimentos.

Abijaodi afirmou que o Brasil é um dos países mais abertos ao investimento direto estrangeiro, mas que pode se beneficiar de um acordo de facilitação nesse setor. Lembrou avaliação do Banco Mundial, de que o Brasil é um dos países mais lentos no mundo para se abrir a negócios com o estrangeiro. Além disso, para alcançar crescimento de 3% nos próximos anos, o país necessita aumentar o total de investimentos, doméstico e internacional em relação ao PIB - de, pelo menos, 16,4% atualmente (139ª posição no mundo) para 21%.

Para o diretor da CNI, um acordo na OMC é também importante para os investimentos brasileiros no exterior, visto o montante dos ativos de suas multinacionais fora do país. Ele mencionou uma pesquisa realizada pela ApexBrasil, mostrando que o conhecimento sobre a legislação e informações sobre o mercado são as duas principais dificuldades que companhias do país enfrentam ao investir fora.

O setor privado brasileiro listou três questões que considera essenciais num acordo de investimentos. Primeiro, deve criar pontos focais em cada país para dar assistência ao investidor estrangeiro e fornecer informações sobre leis, regulamentações e políticas públicas.

Segundo, deve criar uma única entrada para submissão de documentos pelo investidor externo, similar à janela única do Acordo de Facilitação de Comércio. E terceiro, no caso de países com critérios como licença para aprovar investimentos, o acordo deve torná-los transparente, objetivo, não discriminatório e rápido.

Para Azevêdo, o engajamento do setor privado na OMC continua aumentando, algo ainda mais importante no cenário atual.